



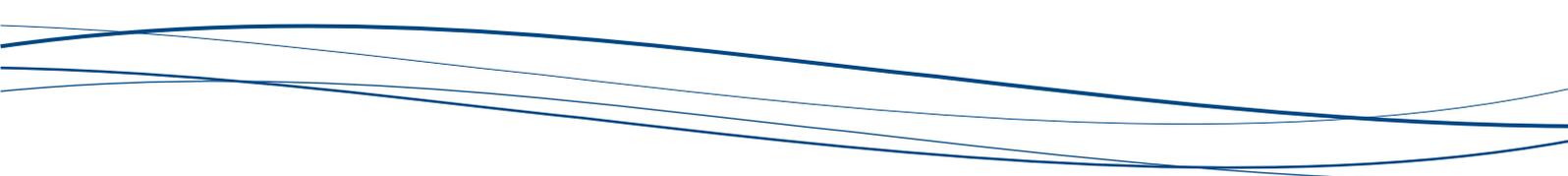
Relatório e Contas 2012



SIMTEJO
Grupo Águas de Portugal



SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.
Relatório e Contas 2012





Índice

Mensagem do Presidente	06
A Empresa	10
Principais Acontecimentos	16

A - Governo da Sociedade

1. Missão, Objetivos e Políticas	23
2. Regulamentos internos e externos	23
3. Informações sobre transações relevantes	25
4. Modelo de Governo	26
5. Remunerações e outros encargos	43
6. Análise de Sustentabilidade	47
7. Gestão do Capital Humano	48
8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação	50
9. Ética e Prevenção da Corrupção	58
10. Controlo de Risco	58
11. Prevenção de Conflitos de Interesses	59
12. Divulgação de Informação	60
13. Informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional	61
14. Cumprimento das instruções, despachos e legislação diversa	62
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo	67
16. Relatório dos Administradores não Executivos	73

B - Atividade da Empresa

1. Introdução	77
2. Enquadramento Macroeconómico	77
3. Enquadramento do Setor	79
4. Regulação	80
5. Análise Económica e Financeira	82
6. Atividade Operacional	87
7. Objetivos de Gestão	104
8. Perspectivas para o Futuro	109
9. Factos relevantes após o termo do exercício	110
10. Sucursais da Sociedade	110
11. Considerações Finais	110
12. Proposta de Aplicação de Resultados	111
13. Anexo ao Relatório	111

C - Contas do Exercício de 2012

Demonstração da posição financeira	115
Demonstração dos resultados por naturezas	116
Demonstração dos fluxos de caixa	118
Notas às demonstrações financeiras	119
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	167
Certificação Legal de Contas	171



Mensagem do Presidente

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros,

Empenhados em cumprir a missão da SIMTEJO, procurámos prosseguir a estratégia que tem marcado os últimos anos a atividade da Empresa, tendo presente o contexto económico em que vivemos, procurando garantir a sustentabilidade económica e financeira da Empresa, com recurso a uma gestão eficiente, com preocupações ao nível social e ambiental, na prestação de serviços primordiais para a vida das populações da sua área de intervenção, cumprindo também assim, os compromissos estabelecidos no âmbito da sua Política de Responsabilidade Empresarial.

Nesse sentido foi prosseguido um trabalho de envolvimento de todos os Colaboradores em torno dos principais objetivos, com identificação clara das medidas e ações a desenvolver, nas várias áreas de forma a estruturar e consolidar uma tendência de otimização dos gastos, sem comprometer a qualidade de serviço.

O ano de 2012 ficou marcado por um desafio de extrema complexidade, resultante do litígio com o empreiteiro da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcântara. A SIMTEJO estava confrontada com a importância da conclusão da empreitada e com um contencioso que mobilizava recursos significativos. As negociações encetadas e o acordo de transação obtido na arbitragem, criaram as condições para que se encontrassem soluções que assegurem os resultados num ambiente de maior normalidade contratual.

A mudança da sede da Empresa para as instalações da ETAR de Alcântara implicaram medidas de planeamento e de logística de alguma sensibilidade, pois essa operação foi realizada sem colocar em causa o normal desempenho das várias áreas da Empresa.

Embora com significativo abrandamento, a SIMTEJO tem vindo a concretizar o seu plano de investimentos, merecendo destaque os sistemas interceptores e elevatórias de Alverca, as obras do sistema da Foz do Lizandro, os emissários gravíticos da Ericeira e foram concretizados vários projetos a lançar no ano de 2013.

A SIMTEJO preparou e apresentou ao POVT uma candidatura ao Fundo de Coesão num valor de cerca de 40 milhões de euros.

A SIMTEJO continua a ser a maior empresa portuguesa na área do saneamento, com um volume de caudais tratados, de cerca de 112 milhões de metros cúbicos, num ano que foi caracterizado como de reduzida pluviosidade.

Os valores do controlo analítico evidenciam bons níveis de eficiência e nessa medida asseguram o cumprimento das licenças de descarga e dão um contributo para a qualidade da água nos meios recetores.

O sistema de medição de caudais tem vindo a ser calibrado e encontra-se em condições de vir a ser a base de cálculo da medição de caudais para fins de faturação, aguardando parecer do Concedente.

A SIMTEJO, como Empresa de reconhecida capacidade técnica, tem vindo a desenvolver, em alguns casos em parceria com centros de excelência nacionais e internacionais, projetos de inovação e desenvolvimento, orientados para a melhoria de eficiência, sendo que alguns desses trabalhos têm vindo a ser reconhecidos internacionalmente.

Embora o Regulador sectorial considere que o rácio de pessoal face à atividade desenvolvida apresenta um valor baixo, a Empresa conseguiu manter o seu nível de serviço reduzindo em 2012 o número de Colaboradores, o que só é possível graças ao ambiente organizacional e ao empenho de todos os seus Colaboradores.

Ao longo do ano foi possível manter os gastos das rubricas de FSE e gastos com pessoal dentro dos limites estabelecidos no Despacho n.º 1315/2010, de 15 de novembro, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e do Despacho n.º 155/2011-MFAP, de 28 de abril.

Relativamente a outros compromissos e com o objetivo de consolidar a relação de confiança, estabelecida com os seus Stakeholders, no ano de 2012, a SIMTEJO manteve a certificação dos sistemas de gestão que tem implementados, no âmbito do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial e publicou o Relatório de Sustentabilidade, elaborado de acordo com as diretrizes Global Reporting Initiative (GRI), onde expõe o seu desempenho nos três pilares da sustentabilidade.

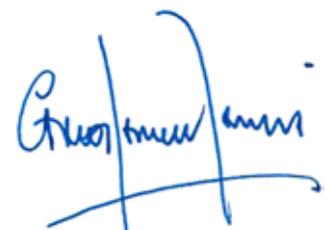
A SIMTEJO esteve envolvida e acompanha de forma interessada a reflexão estratégica para o setor, que sendo uma iniciativa dinamizada pelo acionista AdP, SGPS, se revela de grande alcance nacional.

Ao nível da educação ambiental e apesar dos constrangimentos nos custos, a SIMTEJO concretizou o seu plano de atividades e assegurou a sensibilização para a importância dos contributos dos Colaboradores e dos cidadãos para uma política ambiental sustentável.

Fruto do empenho de todos os parceiros, a SIMTEJO apresentou um resultado líquido próximo dos 9 milhões de euros, os melhores resultados da sua história.

Merece particular destaque a colaboração e o apoio institucional que encontramos no Concedente, na ERSAR e nos Acionistas, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia-Geral e ao Auditor Ernst & Young, pois revelaram-se centrais para o normal desenvolvimento da atividade da SIMTEJO e para os resultados finais obtidos.

Finalmente, quero deixar uma palavra de apreço a todos os Colaboradores, pelo empenho colocado na concretização dos objetivos estabelecidos pela Empresa e na procura, constante, de soluções com maior grau de eficiência, de forma a responder às exigências com que nos deparamos, num contributo essencial para o bom desempenho da SIMTEJO.



Eng.º Carlos Martins
Presidente do Conselho de Administração

SIM

A large, light blue graphic consisting of the letters 'SIM' in a bold, sans-serif font. The letters are slightly tilted upwards to the right. To the right of the 'M', there are two curved arrows pointing to the right, also in light blue. The entire graphic is set against a white background.

[Página em branco]



A Empresa

Acionistas

O Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão foi criado através do Decreto-Lei n.º 288 - A/2001, de 10 de novembro, tendo como objetivo operacional a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos Municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira e como objetivo estratégico a redução dos níveis de poluição no estuário do Tejo, nas bacias do rio Trancão, ribeiras dos Municípios de Mafra e de Vila Franca de Xira.

O citado diploma legal estabeleceu que o exclusivo de exploração e gestão do sistema era adjudicado pelo Estado Português, em regime de concessão, à SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, por um prazo de 30 anos, a qual foi posteriormente prolongada para 43 anos, através de Aditamento ao Contrato de Concessão inicial, celebrado em 2009.

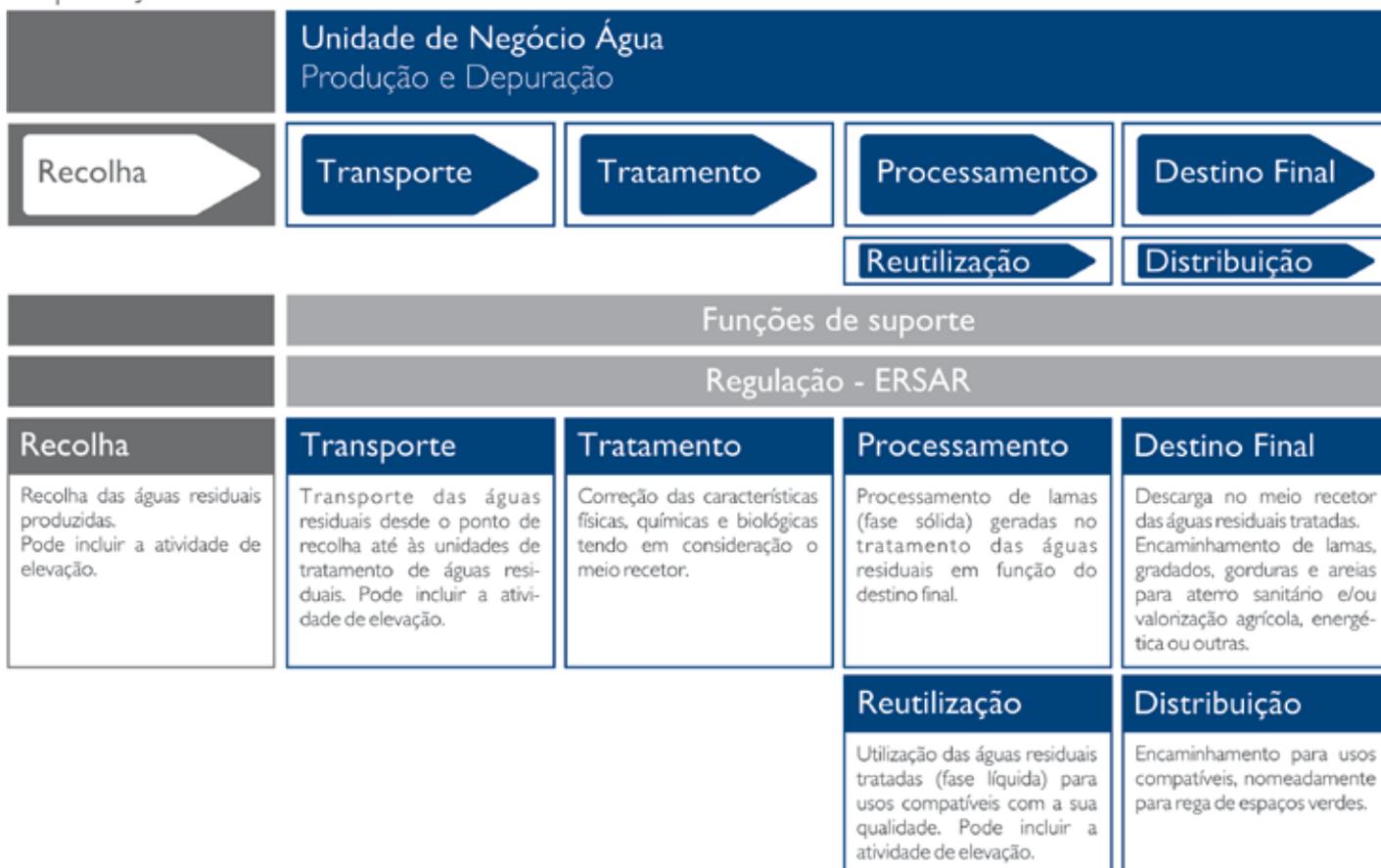
O Capital Social da SIMTEJO é de 38,7 milhões de euros, repartido pelo grupo Águas de Portugal e pelos Municípios de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora, Mafra e Odivelas com a seguinte distribuição:

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,5%
Câmara Municipal de Lisboa	23,5%
Câmara Municipal de Loures	11,5%
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	4,0%
Câmara Municipal de Amadora	3,5%
Câmara Municipal de Mafra	3,5%
Câmara Municipal de Odivelas	3,5%

Cadeia de Valor

Ainda que a operação seja a atividade mais visível da SIMTEJO, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos. Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Saneamento



Síntese de Indicadores

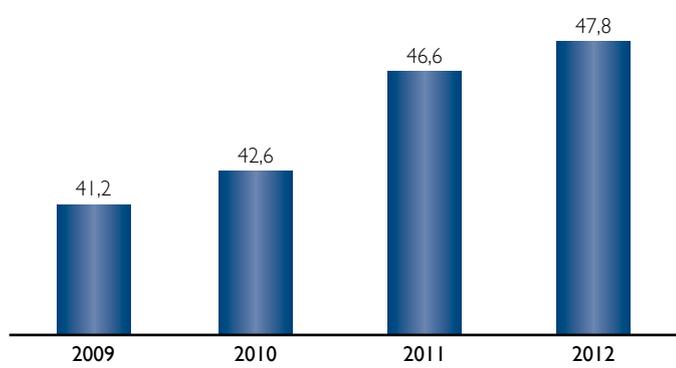
(em euros)

Indicadores financeiros	2009	2010	2011	2012
Volume de negócios	41.217.510	42.590.843	46.597.059	47.810.816
Tarifa (Eur/m ³)	0,4915	0,4850	0,4850	0,4850
EBITDA	21.644.284	23.267.953	31.813.705	29.311.901
Resultados financeiros	533.719	(30.445)	(3.604.120)	(1.088.594)
Resultado Líquido do exercício	7.252.939	5.738.571	7.735.259	8.924.383
Investimento bruto acumulado	238.977.315	298.860.544	324.525.054	342.649.926
Dívida de clientes	21.942.443	15.258.545	37.815.810	65.574.808
Total do ativo	268.124.540	385.955.596	372.610.945	391.265.810
Dívida financeira	119.503.544	163.770.397	171.819.229	182.029.416
Total do passivo	212.845.138	327.034.975	309.332.591	324.412.044
Capital próprio	55.279.402	58.920.622	63.278.354	66.853.766

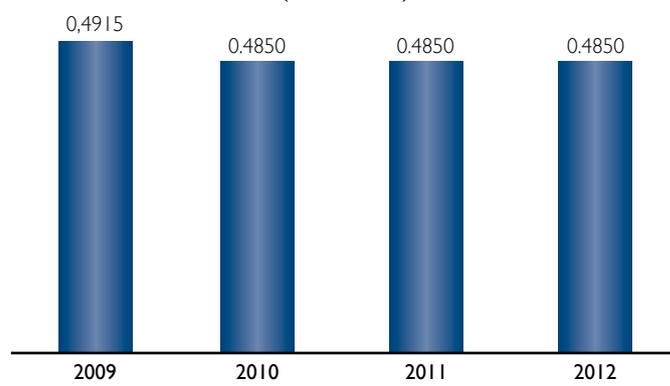
Rácios financeiros	2009	2010	2011	2012
Solvabilidade (capital próprio/ passivo)	21,0%	18,0%	20,5%	20,6%
Autonomia financeira (capital próprio/ ativo)	17,4%	15,3%	17,0%	17,1%
Endividamento (passivo/ ativo)	83%	85%	83%	83%
Estrutura do endividamento (p. corrente/ passivo)	5,0%	7,0%	10,0%	11,6%
Liquidez geral (ativo corrente)/ (passivo corrente)	5,61	3,52	2,29	1,85
Prazo médio de recebimentos	174	140	199	373
Prazo médio de pagamentos	53	44	37	75

Indicadores de atividade	2009	2010	2011	2012
Volume de efluente recolhido (1.000 m ³)	96.563	111.239	118.332	111.974
Volume de efluente tratado (1.000 m ³)	95.838	109.660	118.067	111.763
Volume de efluente faturado (1.000 m ³)	82.315	87.729	97.662	98.329
População abrangida	1.276.976	1.276.976	1.276.976	1.276.976
População servida	1.047.120	1.225.897	1.225.897	1.247.280

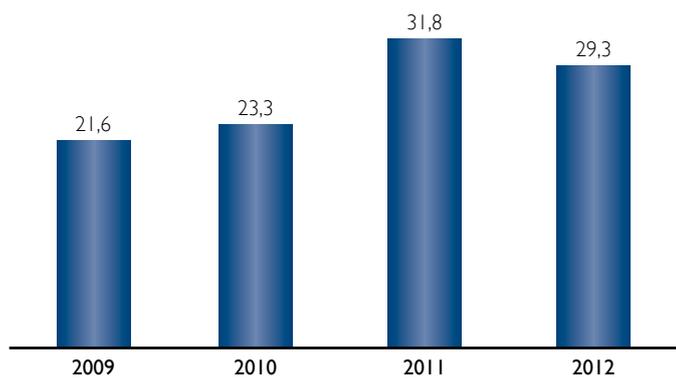
Volume de negócios
(milhões de euros)



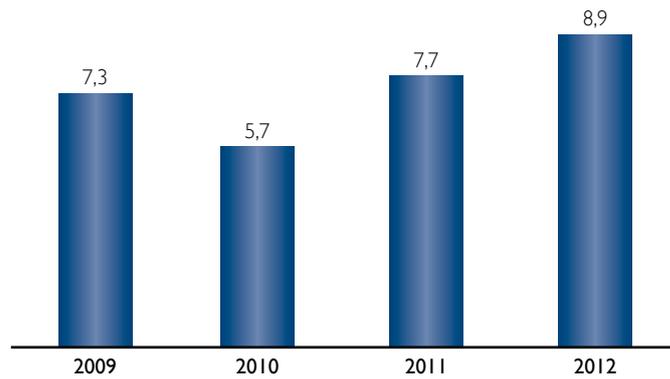
Tarifa
(euros/m³)



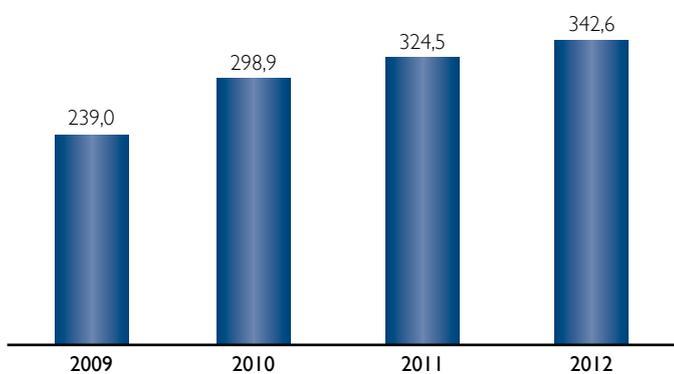
EBITDA
(milhões de euros)



Resultado líquido do exercício
(milhões de euros)



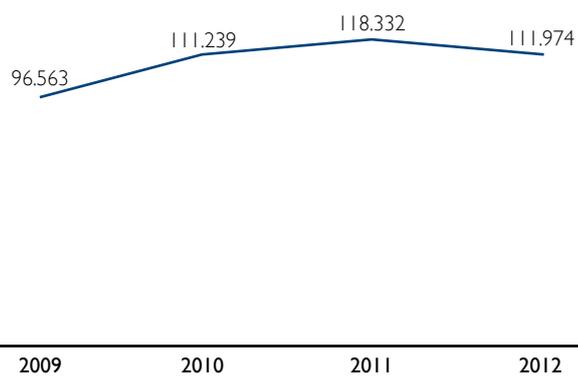
Investimento bruto acumulado
(milhões de euros)



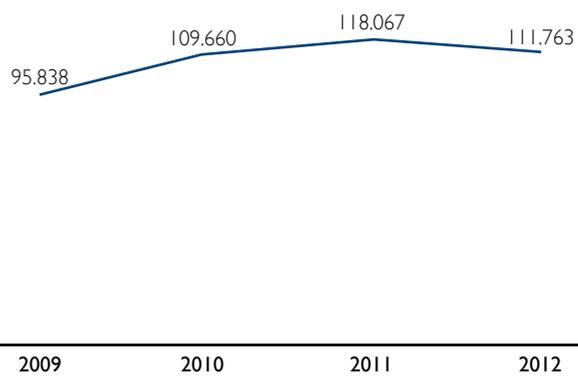
Dívida de clientes
(milhões de euros)



Volume de efluente recolhido
(milhares de m³)



Volume de efluente tratado
(milhares de m³)



Principais Acontecimentos

Destacam-se os aspetos considerados mais relevantes no exercício de 2012 da SIMTEJO (que serão desenvolvidos em rubricas subsequentes deste Relatório):

Evolução geral do investimento e cobertura do serviço

- Evolução significativa da nova ETAR de Alcântara, conclusão da sua parte edificada e transferência da sede da SIMTEJO para a ETAR
- Conclusão das obras dos sistemas elevatórios de Avieros e Icesa, com ligação à ETAR de Alverca, e do emissário de Quintas, com ligação à ETAR de Vila Franca de Xira, permitindo cobertura complementar do Município de Vila Franca de Xira
- Conclusão ou desenvolvimento de empreitadas relativas ao sistema da Foz do Lisandro, em Mafra
- Conclusão da empreitada dos emissários gravíticos da Ericeira
- Realização de várias intervenções de reabilitação nas ETAR de Beirolas, Chelas, Ericeira e Frielas e lançamento de concursos para outras reabilitações
- Conclusão de projetos relativos à intervenção de reabilitação do braço de Sete Rios do Caneiro de Alcântara
- Conclusão de projetos e criação de condições para o lançamento de concurso público para construção do emissário da Praça do Império, em Lisboa
- Obtenção de 98% da cobertura do serviço prevista no Contrato de Concessão
- Contenção da realização do investimento em relação a anos anteriores a 2011, como consequência das diretivas sobre limitação do endividamento, da taxa de cobertura atingida e da cautela necessária perante o agravamento das dívidas de clientes
- Evolução favorável dos relatórios finais respeitantes aos dois projetos da SIMTEJO comparticipados pelo Fundo de Coesão (Adaptação e Completamento da ETAR de Alcântara e Grupo de projetos relativos ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão), com receção da tranche final relativa ao primeiro destes projetos
- Apresentação de novas candidaturas ao Fundo de Coesão relativas a investimento de valor superior a 40 milhões de euros



Estação Elevatória de Icesa



ETAR de Alcântara

Exploração

- Continuação de nível significativo do volume de caudais tratados, que atingiram, em ano seco, cerca de 112 milhões de m³, o que corresponde a uma média diária superior a 300.000 m³, sendo a SIMTEJO a maior empresa de saneamento a operar em Portugal
- Resultados analíticos globais positivos de qualidade de tratamento
- Medidas, em colaboração com os SMAS de Loures e de Vila Franca de Xira, para minimizar impactes negativos no tratamento das águas residuais de efluentes industriais aduzidos para os sistemas em “baixa”

- Continuação da implementação do Plano Geral de Eficiência Energética
- Abertura de concurso público internacional para recolha, transporte de envio a destino final de lamas

Manutenção

- Continuação do permanente esforço de manutenção, com inúmeras intervenções pontuais
- Esforço específico nos equipamentos destinados à cogeração de energia

Laboratórios

- Realização de mais de 40 mil análises
- Realização de trabalhos de investigação
- Taxas relevantes de prazos de execução e de disponibilização de dados
- Manutenção da acreditação nos parâmetros químicos e microbiológicos

Medição de Caudais

- Criação de condições técnicas para arranque da medição de caudais para fins de faturação
- Desencadeamento do processo formal de aprovação pelo Concedente da faturação com base na medição de caudais

Investigação & Desenvolvimento

- Desenvolvimento de vários projetos de reutilização de águas residuais, designadamente em Lisboa e Loures
- Colaboração no projeto AQUASAFE, destinado à integração dos sistemas de informação numa ferramenta de gestão operacional
- Colaboração no projeto SIMAI, que tem por objetivo o suporte de serviços de proteção civil, através de monitorização e avisos de descargas numa bacia hidrográfica
- Continuidade do projeto Envitejo, cujo objetivo é integrar o conhecimento, a informação e as ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do Estuário do Tejo
- Colaboração no projeto SW4E, relativo ao desenvolvimento de um sistema inteligente para a gestão energética das ETAR



Projeto Envitejo

Recursos Humanos

- Redução do quadro de pessoal de 217 para 212 efetivos
- Qualificação crítica da ERSAR quanto ao rácio número de colaboradores/ volume de caudais tratados, por ser o número de colaboradores inferior ao intervalo de referência preconizado pela ERSAR
- Continuidade do esforço coletivo, em geral com muita entrega e qualidade, apesar das condições adversas decorrentes da inexistência de promoções, das reduções salariais e da manutenção das expectativas negativas sobre a evolução salarial em 2013

Evolução Económica

- Situação económica estável
- Acréscimo de volume de negócios para 47,8 milhões de euros
- Nova redução, em relação a 2011, dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos para a atividade comparada, permitindo atingir redução de cerca de 20% em relação ao exercício de 2009
- Resultados, no exercício, operacionais de 12,2 milhões de euros e líquidos de 8,9 milhões de euros, acentuando tendência sustentada dos anos anteriores

Evolução Financeira

- Significativo agravamento das dívidas de clientes e consequentemente a fornecedores
- Estabelecimento de acordos de pagamento com os Municípios de Loures e Odivelas
- Criação de condições para acordos de pagamento com os Municípios de Lisboa e Mafra
- Aumento do endividamento bancário para suprir *deficits* de tesouraria
- Agravamento da fiscalidade associada à adoção das normas IFRS, nomeadamente decorrente das mudanças da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais, deixando de permitir a aceitação como gasto fiscal das amortizações do investimento contratual ainda não realizado, e seu efeito sobre as contas do exercício

Qualidade, Segurança e Responsabilidade Social

- Continuidade do trabalho no Sistema Integrado de Gestão correspondente às NP EN ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2004 (Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Segurança e Saúde no Trabalho)
- Avaliação de risco em todas as estações elevatórias
- Monitorização de ruído ocupacional e de agentes biológicos e químicos em algumas ETAR
- Realização de vários estágios para distintos níveis de ensino e integração profissional

Comunicação e Educação Ambiental

- Realização do Seminário “10 anos afirmando o Saneamento do Tejo e Trancão”
- Lançamento do sítio na *internet* “Laboratórios da SIMTEJO”
- Desenvolvimento da iniciativa “Concurso de ideias” para os Colaboradores da Empresa
- Criação da *intranet* na SIMTEJO
- Lançamento do novo sítio na *internet* da SIMTEJO
- Conclusão da preparação da edição de livro comemorativo do 10º Aniversário da SIMTEJO
- Desenvolvimento da iniciativa “Hidrobox” para sensibilizar a população para a importância da água



Seminário “10 anos afirmando o Saneamento do Tejo e Trancão”

Contencioso

- Solução do litígio com o empreiteiro da ETAR de Alcântara, transação na arbitragem instalada, celebração de acordo relativo à conclusão da empreitada e criação de condições para implementação, sem custos complementares para a SIMTEJO, de ventilação e desodorização adequadas da ETAR
- Intervenção e definição de soluções decorrentes de insolvências de vários empreiteiros

Reconhecimento Externo

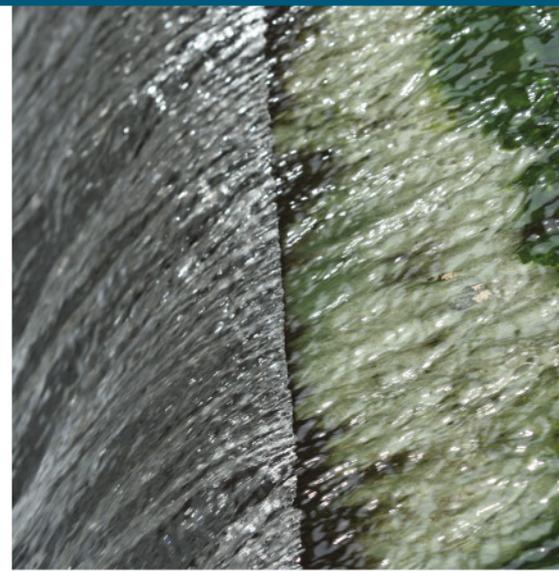
- Troféu “75 anos da Ordem dos Engenheiros”, atribuído na categoria Engenharia do Ambiente, à ETAR de Alcântara, da SIMTEJO
- 2012 Global Honour Award atribuído ao projeto “AQUASAFE – Smart Management Tool Implementation to Wastewater System of SIMTEJO”, da Hidromod e da SIMTEJO, na categoria “Operations/Management” dos Project Management Awards, no Congresso Mundial da International Water Association, na Coreia do Sul
- Menção honrosa na categoria “Gestão - Eficiência e Recursos”, nos Green Project Awards



Entrega do Prémio Global Honour Award 2012, Busan, Coreia do Sul



A- Governo da Sociedade





A - Governo da Sociedade

I. Missão, Objetivos e Políticas

A SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., na qualidade de Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Saneamento Integrado do Tejo e Trancão, tem como missão assegurar a prestação de serviços de saneamento de águas residuais – recolha, tratamento e rejeição – aos Municípios integrados na Concessão.

A gestão da Empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

2. Regulamentos internos e externos

A SIMTEJO tem como documentos normativos mais relevantes, os seguintes:

Regulamento de Descarga

O Regulamento tem por objeto a regulamentação das condições de utilização dos Sistemas de Drenagem Municipais e do Sistema no que se refere às águas residuais industriais lançadas nos mesmos.

Manual de Contratação

Este Manual define a metodologia e responsabilidades para a contratação de empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços por procedimento de ajuste direto.

Conceção de Estudos e Projetos

Carateriza as etapas da metodologia e responsabilidades associadas à conceção de estudos e projetos desde o planeamento do estudo/projeto, o processo de concurso e as fases de desenvolvimento até à sua conclusão.

Manual de Licenciamentos

Estabelece os vários procedimentos a adotar para os casos de licenciamentos e autorizações, nomeadamente inerentes ao Contrato de Concessão e à legislação aplicável associados a projetos de infraestruturas a desenvolver pela SIMTEJO.

Gestão de Empreitadas

Este documento normativo define a metodologia e responsabilidades na preparação e controlo de empreitadas.

Aspetos Ambientais e Perigos e Riscos

O documento normativo define a metodologia para a identificação de aspetos ambientais e determinação daqueles que podem ter impactes significativos no ambiente, bem como para a identificação de perigos e avaliação e controlo dos riscos para a segurança e saúde do trabalho. Aplica-se aos processos, atividades, produtos e serviços da Empresa, existentes, novos, planeados ou modificados.

Gestão de Resíduos

Regulamenta a forma de proceder relativamente à separação, recolha, tratamento e destino final adequado dos resíduos sólidos, líquidos e pastosos resultantes das várias atividades da Empresa produtoras de resíduos sólidos, líquidos e pastosos, incluindo as lamas de processo e a sua monitorização.

Rotinas de Exploração

Definem local e temporalmente as diversas atividades de rotina diárias e não diárias de cada instalação operacional.

Avaliação de Fornecedores

Define a metodologia de seleção e avaliação de fornecedores de bens e serviços com influência na qualidade do serviço prestado pela SIMTEJO e que possam afetar o desempenho ambiental ou causar perigos e riscos para a segurança e saúde do trabalho.

Auditorias

Este procedimento define a metodologia para planejar e realizar auditorias internas ao Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com os normativos internacionais respetivos.

Avaliação da Satisfação de Clientes

Define a metodologia para a avaliação e análise do grau de satisfação dos clientes (Municípios), em relação aos serviços prestados pela SIMTEJO.

Tratamento de Não Conformidades e Reclamações

São definidas a metodologia e as responsabilidades para o tratamento de não conformidades e reclamações e para a definição, implementação e avaliação de ações corretivas e preventivas.

Regulamento de Valorização Profissional

Fixa os termos da comparticipação das empresas do grupo AdP no desenvolvimento dos seus Colaboradores, incentivando à participação em programas de pós-graduação, ações de formação que contribuam para o aumento do capital intelectual.

Gestão da Formação

Define o processo de identificação das necessidades de formação, desde a caracterização dos objetivos da formação individuais e coletivos, elaboração do plano anual de formação e a sua implementação até à avaliação da sua eficácia.

Atribuição de Fardamento e de Equipamentos de Proteção Individual

Regulamenta a metodologia para a atribuição, substituição e lavagem do fardamento bem como dos equipamentos de proteção individual atribuídos a cada colaborador.

Visitas aos Subsistemas da SIMTEJO

Define a metodologia e as diversas responsabilidades na marcação e acompanhamento de visitas de entidades externas às instalações da SIMTEJO. É aplicável a todas as visitas de empresas, escolas, associações ou particulares às unidades operacionais da Empresa.

Regras de Segurança para Entidades Externas

Identifica os requisitos, em termos de qualidade, ambiente e segurança, que os prestadores de serviços externos e os seus Colaboradores, terão de cumprir, aquando da execução de trabalhos nas instalações da SIMTEJO. Constitui um reforço de comunicação das exigências estabelecidas em caderno de encargos e pretende assegurar o cumprimento dos procedimentos existentes na Empresa.

Atribuição de Donativos e Patrocínios

Define a metodologia a aplicar para a atribuição de patrocínios e donativos, de forma a garantir a maior transparência aquando da avaliação da concessão dos mesmos.

Gestão e Segurança dos Sistemas de Informação

Regulamenta e estabelece os procedimentos de gestão e segurança dos sistemas de informação da SIMTEJO e aplica-se a todos os equipamentos e programas informáticos, bem como os acessos disponibilizados a entidades externas.

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Este Plano identifica as principais áreas (contratação de empreitadas, aquisição de bens e serviços, concessão de benefícios públicos) que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e as medidas adotadas para prevenir o seu acontecimento e mitigar o seu impacto. Visa ainda reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos Colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

Regulamento de Exploração

O Regulamento de Exploração, que teve em conta os pareceres dos municípios utilizadores, foi remetido ao Concedente para aprovação final e posterior publicação. O Regulamento tem por objeto o estabelecimento das condições de utilização do Sistema Multimunicipal do Tejo e Trancão, no que se refere à recolha, drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, tendo em conta as exigências de proteção ambiental, segurança e de saúde pública.

3. Informações sobre transações relevantes

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A Empresa, durante o ano de 2012, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria. O relacionamento com a unidade de serviços partilhados, AdP Serviços Ambientais, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.

Universo das transações que não tenha ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

Lista de fornecedores com volume de faturação superior a 1 milhão de euros

Apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representaram mais de um milhão de euros durante o ano de 2012 e/ ou mais de 5% do volume total de fornecimentos da Empresa no ano de 2012:

NIF	Denominação	Valor (€)	%
503504564	EDP Comercial - Com. de Energia, S.A.	4.934.848	39
503447145	Terrafértil - Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.	1.777.221	14
500705570	Rivaz Química, S.A.	804.855	6
507864044	EDP - Serviço Universal, S.A.	800.252	6
503093742	AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	704.267	6

3.1 Cumprimento da orientação relativa às normas de contratação pública

Em cumprimento do determinado no n.º 1 do ofício - circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, as prestações de serviços adjudicadas pela SIMTEJO, S.A. de valor superior a 125 mil euros foram justificadas pela inexistência de soluções internas, sendo a sua adjudicação precedida de procedimento de natureza concorrencial, pelo que, também por esta via, foi obtida a solução mais económica.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2012 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela SIMTEJO foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos.

4. Modelo de Governo

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três, cinco ou sete Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º dos Estatutos da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na Lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia. Nos termos do artigo 19º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração terá os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos Estatutos da Sociedade e pelas deliberações dos Acionistas.

4.1 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Câmara Municipal de Mafra, representada pelo Eng.º José Maria Ministro dos Santos

Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário: Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Carlos Manuel Martins

Vogal: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Vogal: Eng.º António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal: Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres

Vogal: Eng.º José Fernando da Silva Ferreira

Vogal: Arq. Ricardo Alexandre da Silva Bastos

Vogal: José Esteves Ferreira

Comissão Executiva

Na sequência da deliberação da Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, criar uma Comissão Executiva, atualmente constituída pelos seguintes Administradores:

Presidente: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Vogal: Eng.º António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal: Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres

Sem prejuízo das disposições seguintes, a Comissão Executiva deverá informar regularmente o Conselho de Administração das deliberações que tomar no âmbito da sua competência, que serão registadas em livro de atas próprio.



Da esquerda para a direita:

Eng.º José Fernando da Silva Ferreira - Vogal (não executivo); **Arq. Ricardo Alexandre da Silva Bastos** - Vogal (não executivo); **Dr. José Henrique Zenha** - Vogal e Presidente da Comissão Executiva; **Eng.º Carlos Manuel Martins** - Presidente do Conselho de Administração (não executivo); **Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres** - Vogal (executivo); **José Esteves Ferreira** - Vogal (não executivo); **Eng.º António Frazão** - Vogal (executivo).

Delegação de Poderes na Comissão Executiva

O Conselho de Administração deliberou delegar a gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva, para o que lhe atribui os seguintes poderes:

- a) Gerir negócios e praticar todos os atos e operações relativas ao objetivo social que não sejam da competência reservada do Conselho de Administração (art.º 406.º do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- c) Estabelecer a organização técnica-administrativa da Sociedade e introduzir nela as modificações que se revelem necessárias;
- d) Estabelecer as normas de funcionamento interno;
- e) Tomar a decisão de contratar e autorizar a inerente despesa com vista ao lançamento de concursos e envio de convites para a contratação de empreitadas, aquisição de serviços e de bens, pronunciar-se sobre erros e omissões detetados pelos interessados e aprovar minutas de contratos;
- f) Adjudicar empreitadas até ao valor de €150.000 (cento e cinquenta mil euros);
- g) Adjudicar estudos e projetos, fiscalização de empreitadas e aquisição de bens e outros serviços até ao valor de €75.000 (setenta e cinco mil euros);
- h) Adjudicar trabalhos a mais, até ao valor de 5% (cinco por cento) do valor de adjudicação da empreitada ou aquisição de bens e serviços em causa;
- i) Celebrar, acompanhar e controlar os contratos de empreitada e de aquisição de serviços celebrados para a prossecução do objeto social da Sociedade;

- j) Negociar, adquirir e indemnizar os direitos sobre imóveis, constituir servidões e/ ou direitos de propriedade, até ao valor de €75.000 (setenta e cinco mil euros), por parcela de terreno, resultante de relatórios de avaliação tecnicamente fundamentados e elaborados por perito de lista oficial;
- k) Representar a Sociedade, na outorga de contratos-promessa, bem como de contratos definitivos à constituição de servidões de aqueduto e direitos de passagem para concretização dos fins próprios da Sociedade, assim como para aquisição de parcelas de terreno, com vista aos fins e com possibilidade de os subdelegar, por procuração, com vista a obviar a situações de urgência ou conveniência;
- l) Executar todas as faculdades, poderes e direitos, designadamente autos de expropriação e autos de posse administrativa, bem como cumprir os deveres de que, no âmbito da lei e, designadamente, do Código das Expropriações, a Sociedade seja ou venha a ser titular, enquanto entidade expropriante ou enquanto sujeito de direito emergente da constituição de servidões administrativas ou outras, e que estejam relacionados com o desenvolvimento de projetos e obras que a Sociedade careça de executar;
- m) Promover de todos os atos de registo predial e comercial, podendo preencher e assinar em nome da Sociedade, quaisquer declarações e requerimentos junto das entidades competentes, e proceder à sua alteração;
- n) Outorgar em arrendamentos necessários às instalações da Sociedade;
- o) Aprovar e estabelecer contratos relativos à prestação de serviços prestados pelos Acionistas ou por empresas detidas por estes, devendo informar o Conselho de Administração das operações efetuadas ao abrigo da presente alínea;
- p) Elaborar proposta dos relatórios de gestão anuais, orçamentos, planos de atividades, estudos económicos e outros de cariz semelhante, para aprovação pelo Conselho de Administração;
- q) Fazer a supervisão da atividade dos serviços da Empresa;
- r) Recrutar pessoal e renovar contratos de trabalho a termo certo de acordo com os procedimentos definidos e exercer função disciplinar;
- s) Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, no âmbito dos poderes delegados;
- t) Definir áreas de administração de que ficarão especialmente encarregues os seus membros e distribuir por estes tais áreas;
- u) Abrir e movimentar contas, tanto a débito como a crédito, em quaisquer instituições de crédito, incluindo o saque e endosso de cheques, sem qualquer limite, sem prejuízo das competências do Conselho de Administração quanto à contração de empréstimos de valor superior ao limite de €250.000 (duzentos e cinquenta mil euros);
- v) Assinar letras e livranças até ao limite de €75.000 (setenta e cinco mil euros), ou, dentro de obrigações aprovadas pelo Conselho de Administração, de valor superior;
- w) Receber todas as quantias, valores e documentos que pertençam à Sociedade e passar recibos e quitações de importâncias ou valores entregues à Sociedade;
- x) Representar a Sociedade junto dos serviços competentes da Administração Fiscal, preencher, em nome da Sociedade, quaisquer declarações para efeitos fiscais, alterá-las e cancelá-las;
- y) Representar a Sociedade na apresentação de quaisquer candidaturas que tenham como atos e operações correntes relativos ao objeto social e à sua missão;
- z) Praticar qualquer ato de gestão urgente da competência do Conselho de Administração que não caiba, por lei, às suas competências exclusivas, sendo sempre sujeito a posterior ratificação daquele órgão;
- aa) Assinar todo o expediente corrente da Sociedade;
- bb) Assinar os extratos de atas do Conselho de Administração;
- cc) Informar o Conselho de Administração dos elementos essenciais da atividade da Sociedade, designadamente através da subsequente disponibilização das atas da Comissão Executiva e, particularmente, quanto às atividades descritas nas alíneas f), g), h) e j).

A Comissão Executiva poderá subdelegar alguma ou algumas das funções que lhe foram delegadas.

Órgão de Fiscalização

Nos termos do artigo 24º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não sejam membros daquele órgão. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em Assembleia-Geral, sendo o seu Presidente também por ela nomeado. O Revisor Oficial de Contas, ou a sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado pela Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho Fiscal. Para o mandato de 2010/2012, e na sequência da deliberação da Assembleia-Geral do dia 17 de junho de 2010, foi eleito um Conselho Fiscal e uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Assembleia-Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia-Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia-Geral.

A SIMTEJO cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, acionistas, ministérios, entidades reguladoras, utilizadores e instituições financeiras.

Curriculum Vitae dos Administradores

Eng.º Carlos Manuel Martins

Nasceu em Lisboa a 19 de janeiro de 1956.

Habilitações Académicas e Profissionais

Mestre em Planeamento Regional e Urbano, Licenciado em Engenharia Civil e Doutorando em Administração Pública.

Diplomado na UC no “Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Água” e Pós-graduado em “Direito da Água”, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Membro da Ordem dos Engenheiros, com nível de qualificação de sénior e outorga do grau de Especialista em Engenharia Sanitária.

Carreira Profissional

Iniciou atividade profissional em 1979 no Município de Loures, onde exerceu como Chefe de Divisão até abril de 1998.

Em 1998 foi nomeado pela Presidência do Conselho de Ministros para as funções de Vice-presidente do Instituto dos Resíduos do Ministério do Ambiente, tendo coordenado a implementação nacional do PERSU (Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos) e, no âmbito das suas funções, participou na elaboração dos planos estratégicos sectoriais para os resíduos hospitalares e resíduos industriais.

Em 2002 foi designado Administrador nos Serviços Municipalizados de Loures, função que acumulou com a assessoria técnica à Direção Regional do Ambiente da Secretaria do Ambiente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, integrou a Comissão de Acompanhamento do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto da Central de Valorização de Resíduos da Ilha de S. Miguel, promovido pela Associação de Municípios – AMISM e desempenhou as funções de Administrador não executivo no Conselho de Administração da SIMTEJO, em representação da Câmara Municipal de Loures, sendo também Assessor da AMEGA (Associação de Municípios para Estudos de Gestão da Água).

Em 2007 foi nomeado pela AdP - Águas de Portugal, para as funções de Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A., função que exerceu até novembro de 2009.

Em abril de 2009 foi nomeado para membro do Conselho de Administração da Empresa Geral do Fomento, S.A., acumulando com as funções de Presidente do Conselho de Administração da AMARSUL, S.A. e do ACE EGF & DOUROGÁS, de Administrador da VALORSUL, S.A., da empresa AQUASIS, S.A. e da AdP Serviços - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.

Atualmente é Gestor da Unidade de Negócio de Água - Produção e Depuração, do grupo AdP, sendo Presidente do Conselho de Administração das seguintes empresas: SANEST, S.A., SIMTEJO, S.A., Águas do Oeste, S.A. e Águas do Zêzere e Côa, S.A. assumindo responsabilidade de coordenação da Águas do Centro, S.A.

Exerce funções de equiparado a Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, lecionando disciplinas no domínio da Organização de Obras, Ordenamento do Território e Saneamento Básico. Integrou, de 2004 a 2010, o Conselho Científico do Departamento de Engenharia Civil e, desde 2009, o Centro de Estudos de Engenharia Civil do ISEL.

Integrou a Comissão Técnica mista de acompanhamento dos estudos e execução das infraestruturas na área de intervenção da Expo'98, atual Parque das Nações (Lisboa/ Loures).

Foi Presidente da APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas de 2003 a 2009, foi membro da CNAIA - Comissão Nacional da Associação Internacional da Água e, no mandato 2004/2005, exerceu funções de Presidente da European Union of National Associations of Water Suppliers and Waste Water Services, com sede em Bruxelas.

Foi coordenador do Grupo de Resíduos da APESB de 2002 a 2006, tendo representado Portugal no *Board* da ISWA - International Solid Waste Association; foi membro do Conselho Editorial da revista Água e Resíduos; é membro do Senado do ISR - Instituto para a Sustentabilidade dos Recursos, com sede em Madrid.

Integrou a Comissão da Seca, criada por despacho interministerial em 2005 e a Comissão de Acompanhamento de Elaboração do PEAASAR II – Plano Estratégico do Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013).

Tem proferido dezenas de intervenções técnicas como participante convidado em seminários, colóquios, *workshops* e sessões em estabelecimentos de ensino superior; nomeadamente a convite do Banco Interamericano para o Desenvolvimento; é autor de mais de quatro dezenas de artigos técnicos apresentados em eventos técnicos e publicados em revistas nacionais e internacionais.

Funções atuais

Presidente do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A.

Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Nasceu em 6 de novembro de 1949, em Braga.

Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Direito (Universidade de Lisboa)

Carreira Profissional

Advogado e Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados; Consultor Jurídico do Banco Português do Atlântico; Consultor Jurídico e Diretor dos Serviços Jurídicos da EPAL- Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.; Administrador da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.; Administrador da Águas do Cávado, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A.; Presidente do Conselho de Administração e Administrador-delegado da Águas do Oeste, S.A.; Membro do Conselho Consultivo do IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos; Presidente da Comissão Executiva da SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

Experiência profissional complementar: Membro da Comissão de Economia e Legislação da APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas e da União Europeia das Associações de Distribuidores de Água e de Serviços de Saneamento (EUREAU); participação como formador em ações de formação no âmbito do Banco Mundial; comunicações em congressos nacionais e internacionais; autoria ou coautoria de diversas publicações respeitantes ao Setor da Água.

Projetos mais relevantes: Preparação dos projetos de expansão da EPAL para o Médio Tejo; participação na conceção da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e no apoio jurídico ao respetivo projeto; colaboração na conceção dos sistemas multimunicipais e na instalação dos primeiros; colaboração na criação da Águas do Cávado, S.A.; criação e início da exploração da SANEST, S.A.; início e desenvolvimento da atividade da Águas do Oeste, S.A.; colaboração na criação da SIMTEJO, S.A.

Funções Atuais

Presidente da Comissão Executiva da SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.; Membro das comissões de Economia e Legislação da APDA e da EUREAU.

Eng.º António Alberto Côrte-Real Frazão

Nasceu em S. Mamede Infesta, Matosinhos a 22 de setembro de 1951.

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo Energia e Sistemas de Potência, pelo IST.

Programa de Alta Direção de Empresas (AESE - 1992).

Carreira Profissional

Iniciou a carreira em 1978, como Engenheiro Eletrotécnico na D.S. de Projetos e Obras da Direção-Geral do Saneamento Básico, tendo participado em estudos, projetos e acompanhamento e fiscalização de obras nos domínios de abastecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais, designadamente para as cidades de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Coimbra, Faro, Portimão e Santarém. No Gabinete Coordenador do Projeto de Saneamento da Costa do Estoril desde abril de 1987, tendo tido como principais tarefas a coordenação da execução da ETAR da Guia e das estações elevatórias e da sua entrada em funcionamento. Participação no projeto de despoluição do Rio Alviela (1986 a 1989), onde foi responsável pela beneficiação e entrada em funcionamento das estações de tratamento de Alcanena e a gestão do serviço de exploração. Consultor da Comissão de Saneamento Básico do Algarve entre 1980 e 1985. Como projetista, procedeu à elaboração de inúmeros projetos no domínio do tratamento de águas de abastecimento, residuais domésticas e industriais. Consultor da Organização Mundial de Saúde para a Europa, no domínio das Instalações Eletromecânicas. Diretor de Exploração e de Estudos e Desenvolvimento da SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., desde outubro de 1995 a abril de 1999. Assessor de Administração da AQUAPOR Serviços S.A., desde maio de 1999 até dezembro de 2001, onde foi o coordenador técnico dos estudos para criação das empresas SIMTEJO, S.A. e SIMARSUL, S.A., e efetuou a revisão e remodelação do Plano Diretor de Esgotos da PROLAGOS, no Rio de Janeiro. Representante da APDA na Commission 2 da EUREAU desde outubro de 1998 a janeiro de 2000. Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO desde dezembro de 2002. Vogal do Conselho de Administração da SIMARSUL, entre janeiro de 2003 a maio de 2003.

Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SIMTEJO.

Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres

Nasceu em 21 de janeiro de 1950.

Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa. Diploma de Estudos Superiores Especializados em Gestão e Execução de Obras e Edificações. Diplomado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa no "Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas". Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros. Membro efetivo da Sociedade Portuguesa de Geotecnia. Membro efetivo da Associação Francesa de Topografia.

Carreira Profissional

Iniciou a carreira em 1978, no Metropolitano de Lisboa, onde também exerceu as funções de Chefe de Divisão de Topografia e Medições, Chefe de Divisão de Estudos e Projetos e Diretor Adjunto do Gabinete dos Novos Empreendimentos até 1991.

Entre 1991 e 2006 foi Diretor Técnico da FERCONSULT.

Entre 2006 e 2009 regressa ao Metropolitano de Lisboa para desempenhar as funções de Responsável pelo Núcleo de Planeamento e Apoio Técnico do Gabinete de Infraestruturas.

Entre fevereiro de 2009 e junho de 2010 foi Diretor de Projeto, Planeamento, Obras, Investigação e Desenvolvimento da SIMTEJO.

Exerce funções de docência no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, lecionando disciplinas do domínio da Gestão de Obras e Legislação. É membro da Direção do Centro de Estudos de Engenharia Civil do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Funções Atuais

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SIMTEJO, S.A.

Eng.º José Fernando da Silva Ferreira

Nasceu em Lisboa, 19 de dezembro de 1951.

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo Energia e Potência, pela Universidade de Luanda, em agosto de 1974.

Carreira Profissional

De outubro a novembro de 1973 - Tradutor-intérprete de Inglês e Francês na Petrangol, Refinaria de Luanda.

De novembro de 1974 a abril de 1975 - Professor de Matemática no Liceu Nacional Paulo Dias de Novais em Luanda.

De abril a julho de 1975 - Professor de "Instalações Elétricas" no Curso de Engenharia Mecânica do Instituto Tecnológico de Luanda.

De abril de 1975 a julho de 1978 - Assistente convidado da Universidade de Luanda, primeiro no Departamento de Física da Faculdade de Ciências e, posteriormente, no Departamento de Engenharia Eletrotécnica da Faculdade de Engenharia, tendo lecionado as disciplinas de Física III (Eletromagnetismo), Mecânica Clássica, Iluminação e Climatização e Eletrotecnia Teórica II.

De janeiro de 1975 a janeiro de 1979 - Técnico Superior dos SMAE de Luanda, Angola, (posteriormente Empresa de Distribuição de Eletricidade de Luanda - EDEL), tendo desempenhado cargos dirigentes da Rede de Iluminação Pública e da Rede de Exploração de Energia Elétrica (Alta e Baixa Tensão).

De janeiro de 1979 a dezembro de 1979, funções na Área da Eletrónica Industrial, primeiro como Entwicklung Ingeieur (Engenheiro de I&D) e posteriormente no Controle de Qualidade, na firma REKOBA, Relais und Fernmeldetechnik, GmbH em Berlim Ocidental, República Federal Alemã.

De janeiro de 1980 a dezembro de 1981, funções idênticas na Sucursal da firma alemã REKOBA em Lisboa e, mais tarde também como sócio-gerente, na firma REKOBA, Relés e Telecomunicações Lda., que sucedeu à firma alemã.

De dezembro de 1981 a julho de 1999 - Administração do Território de Macau, Direção de Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, desempenhando funções de chefia da Divisão de Eletricidade e mais tarde do Departamento de Edifícios Públicos.

De janeiro de 2000 a abril de 2002 - Iluminação Pública da Câmara Municipal de Lisboa, tendo exercido funções de chefia da Divisão, de agosto de 2000 a março de 2002.

De abril até agosto de 2002 - Assessor do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Carmona Rodrigues.

De agosto a novembro de 2002 - Diretor Municipal da Intervenção Local da CML.

De novembro de 2002 a novembro de 2005 - Diretor Municipal Ambiente Urbano da CML.

De novembro de 2005 até fevereiro de 2011 - Diretor Municipal de Projetos e Obras da CML.

Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A.

Arq. Ricardo Alexandre da Silva Bastos

Nasceu em Lisboa, a 10 de novembro de 1972.

Habilitações Académicas

Licenciatura em Arquitetura na Universidade Lusíada (Lisboa), com especialização em Recuperação Arquitetónica e Urbana.

Carreira Profissional

Iniciou a sua carreira no ano de 1997, na empresa Arquinova - Arquitetura e Gestão de Obra, Lda. onde exerceu a função de coordenador de projetos até 2012. Foi consultor técnico para a reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's) nas Freguesias de Camarate (janeiro/00 a dezembro/01) e de Unhos (fevereiro/00 a fevereiro/02), ambas freguesias do concelho de Loures, bem como consultor técnico na empresa de construção Joaquim Lourenço David, Lda. (abril/99 a setembro/01) e na empresa de construção Pelixo e Filho, Lda (abril /06 a dezembro /09). Como projetista procedeu à elaboração de inúmeros projetos de arquitetura no seu *atelier* desde fevereiro de 2005. Entre agosto de 2006 e agosto de 2012 exerceu a função de Vogal do Conselho de Administração da Loures

Parque, Empresa Municipal de Estacionamento E.M. Entre janeiro de 2007 e outubro de 2012 foi técnico perito avaliador ao abrigo do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU). Em janeiro de 2008, fundou a empresa de diagnósticos imobiliários – IMODiag, Lda., empresa vocacionada para a avaliação e deteção de patologias em imóveis.

Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A.

José Esteves Ferreira

Nasceu em Lisboa, a 30 de julho de 1966.

Habilitações Académicas

Bacharel em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa (curso 1985-1987).

Carreira Profissional

Iniciou a sua atividade profissional em 1988 no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, a cujos quadros ainda pertence (com a categoria de Enfermeiro - Graduado), no Bloco Operatório do Serviço de Cirurgia Cárdio-Torácica, onde permaneceu (com a interrupção para cumprimento do serviço militar obrigatório) até 1993. Passou nessa data a exercer funções no Bloco Operatório do Serviço de Otorrinolaringologia do mesmo Hospital, onde permaneceu até 2000. Depois de uma interrupção para exercício de funções dirigentes na Comissão Instaladora do Município de Odivelas, volta ao Hospital de Santa Maria em 2002, agora para exercer funções no Bloco Operatório do Serviço de Pediatria, onde permanece até nova interrupção no mesmo ano, agora para exercício de cargo político, como Vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Odivelas.

Participou ainda na equipa inicial de arranque do projeto “Saúde 24 - Serviço de Orientação Pediátrica” do Ministério da Saúde, onde esteve entre janeiro de 1999 e janeiro de 2000. Prestou também serviços no Hospital Prisional S. João de Deus (Caxias), entre setembro e novembro de 1998, bem como no projeto privado AdvanceCare, Gestão de Cuidados de Saúde, entre março e dezembro de 2001.

Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A.

Atividade Política

- Membro do M.O.C. - Movimento Odivelas a Concelho (até à data da criação do Concelho de Odivelas);
- Membro da Assembleia de Freguesia da Pontinha, no mandato autárquico 1993-1997;
- Presidente da Assembleia de Freguesia de Odivelas, no mandato autárquico 1997-2001;
- Coordenador do Gabinete de Tráfego, Circulação e Estacionamento da Comissão Instaladora do Município de Odivelas (desde o início do seu funcionamento, em janeiro de 2000, até dezembro de 2001);
- Membro da Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal “ALO-Digital”, que integra os Municípios da Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, em representação do Município de Odivelas, entre 2004 e 2005;
- Membro da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios “Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis”, onde desempenhou as funções de Secretário da Mesa, em representação do Município de Odivelas, entre 2005 e 2009;
- Vereador na Câmara Municipal de Odivelas entre 2001 e 2009, cargo que exerceu em regime de permanência desde maio de 2002, tendo à sua responsabilidade no mandato de 2001/2005 os pelouros Jurídico, do Património e da Administração Geral, e no mandato de 2005/2009 os pelouros da Habitação e da Saúde;
- Presidente da Assembleia-Geral da Sociedade Comercial “Odivelas Viva”, em representação do Município de Odivelas, desde a sua criação em março 2009 até fevereiro de 2010;
- Chefe do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas, desde novembro de 2009;
- Membro da Assembleia de Freguesia da Ramada (com mandato suspenso).

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Luís Filipe Cracel Viana

Vogal: Eng.º José Manuel Ribeiro Lopes Tomé

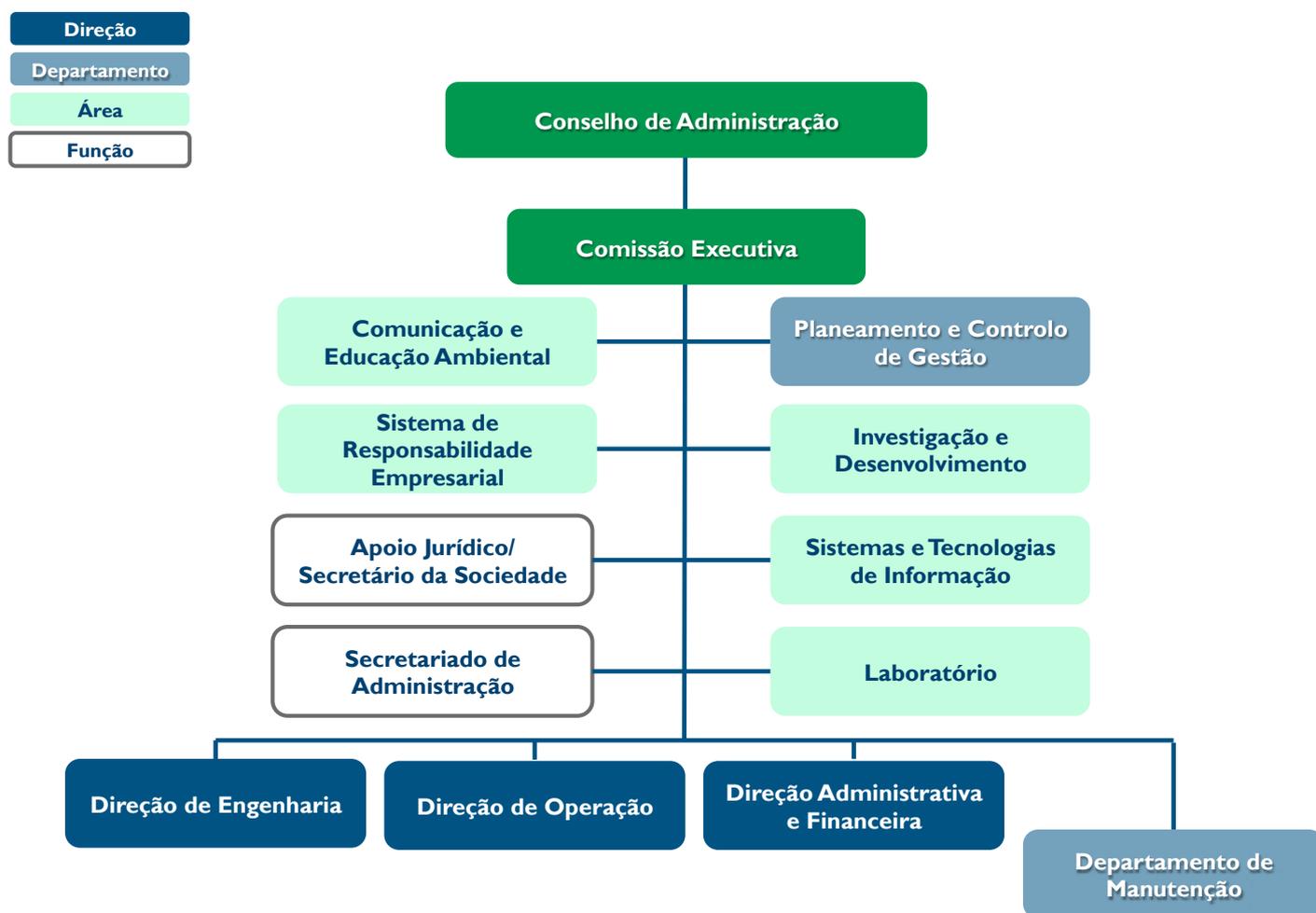
Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados – S.R.O.C., S.A., representada pelo Dr. Rui Abel Serra Martins (R.O.C. n.º 1119) ou Dr. Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896)

Suplente: Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (R.O.C. n.º 1154)

4.2 Estrutura Organizacional

Para o correto exercício das suas funções, a SIMTEJO dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da Empresa. Estes órgãos operacionais e de *staff*, apresentam a seguinte afetação, não estando atualmente preenchidas o Apoio Jurídico (interno):



DE – Direção de Engenharia

Órgãos diretamente subordinados:

- PRO - Área de Estudos e Projetos;
- OBR - Área de Obras;
- ITE - Área de Instalações Especiais.

DE - Atribuições globais

- Planeamento, coordenação e fiscalização de obras de ampliação, de melhoria/renovação e de reabilitação de coletores, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade (incluindo obras relativas a desvios de coletores provocados por terceiros) em articulação com a DO.
- Programação temporal e afetação de meios aos grandes investimentos físicos, novos e em curso na Empresa.
- Análise e gestão da execução de projetos.
- Manutenção do arquivo administrativo técnico, bem como dos elementos de cadastro.

PRO - Área de Estudos e Projetos - atribuições específicas

- Identificação do sistema existente e das suas necessidades de expansão.
- Gestão de projetos elaborados internamente ou por prestadores externos.
- Elaboração de programas de concursos e de cadernos de encargos e apoio na seleção e adjudicação de obras.
- Lançamento de concursos, seleção de propostas, adjudicação e contratação de obras de ampliação, melhoria e reabilitação do Sistema.
- Elaboração de estudos e projetos de obras de ampliação, de melhoria/ renovação e de desvio de coletores.
- Realização de estudos e pareceres específicos para o CA.
- Emissão de pareceres técnicos e aprovação dos respetivos projetos relativos a obras de terceiros com implicações no Sistema.
- Elaboração de estudos prévios.
- Realização de desenho, topografia, medições e orçamentos de obras, projetos ou partes de obras.

OBR - Área de Obras - atribuições específicas

- Acompanhamento e fiscalização técnica e administrativa das obras, coordenando os aspetos interdisciplinares.
- Elaboração de manuais de obras.
- Preparação de elementos técnicos de apoio necessários aos projetos e obras.
- Vigilância, acompanhamento e controlo de trabalhos na via pública ou zonas adjacentes.
- Implementação de um sistema de segurança no trabalho da construção.
- Gestão corrente do relacionamento com empreiteiros e controlo do progresso.
- Controlo e conferência de faturas dos prestadores externos e controlo financeiro das obras.
- Articulação com os clientes finais internos.
- Definição das normas e procedimentos das comissões de apreciação de concursos de sua competência.

ITE - Área de Instalações Especiais - atribuições específicas

- Manutenção de equipamentos elétricos e de comunicações não especificamente ligados ao sistema de drenagem.
- Otimização das redes e tecnologias de telecomunicações, em articulação com os utilizadores internos e prestadores externos.
- Desenvolvimento e manutenção do sistema de telegestão, incluindo apoio técnico ao equipamento e *software* instalados nos centros de controlo.
- Detecção e solução de avarias ou anomalias do sistema de telegestão e intervenção na programação de autómatos.
- Apoio às Áreas da DE e da DO respeitante a questões relacionadas com instalações especiais.

DO - Direção de Operação

Órgãos diretamente subordinados:

- ALC - Área do Centro Operacional de Alcântara;
- ALV - Área do Centro Operacional de Alverca;
- BEI - Área do Centro Operacional de Beirolas;

- CHE - Área do Centro Operacional de Chelas;
- FRI - Área do Centro Operacional de Frielas (inclui também Bucelas);
- SJT - Área do Centro Operacional de São João da Talha;
- MFR - Área do Centro Operacional de Mafra (inclui também Ericeira, Malveira e outros subsistemas);
- VFX - Área do Centro Operacional de Vila Franca de Xira (inclui também outros subsistemas).

DO - Atribuições globais

- Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a coordenação geral funcional dos centros de comando nas ETAR.
- Monitorização da qualidade de serviço prestado, em articulação com SRE.
- Manutenção geral e corrente das instalações, edifícios e recintos.
- Manutenção dos espaços verdes e sistemas de drenagem dos recintos.
- Gestão da vigilância, segurança e higiene das instalações na Empresa (exceto na Sede).
- Análise e resolução das reclamações sobre qualidade da prestação dos serviços e dos resultados das colheitas realizadas pelos Laboratórios, investigando e estudando as causas possíveis e promovendo as medidas conducentes à respetiva resolução.
- Coordenação da articulação operacional com os clientes municipais.
- Em articulação com a DE, avaliar a necessidade de realização de estudos, de investimentos e de intervenções e a deteção e alerta para disfuncionalidades.
- Em articulação com o Departamento de Manutenção, avaliar a necessidade de realização de intervenções e investimentos bem como da eficiência das operações.
- Gestão do destino final das lamas.

Centros Operacionais - atribuições específicas

- Assegurar a operação dos Subsistemas, nomeadamente a operação das ETAR, a operação das estações elevatórias e o funcionamento dos coletores a cargo da Empresa.
- Preparação dos manuais de procedimentos da operação.
- Garantir o cumprimento dos parâmetros de descarga.
- Controlar a utilização de reagentes e consumíveis.
- Zelar pela manutenção dos espaços envolventes das ETAR quanto a higiene e imagem bem como pela operacionalidade da rede de telemetria.
- Garantir a vigilância das instalações.
- Aplicação de modelos matemáticos com vista à otimização da exploração, em colaboração com I&D.
- Análise e controlo sistemático dos consumos energéticos das ETAR, estações elevatórias e demais instalações para a otimização da exploração.
- Programação dos consumos e produção de todo o Subsistema.
- Participação na elaboração e atualização de Manuais de Segurança e de Planos de Emergência.

DAF - Direção Administrativa e Financeira

Órgãos diretamente subordinados:

- TES - Função de Tesouraria;
- CONT - Função de Contabilidade;
- RHS - Função de Recursos Humanos;
- LOG - Função de Logística;
- ADM - Função Administrativa.

DAF - Atribuições globais

- Elaboração de planos a médio e longo prazo para a Empresa.
- Participação na definição da estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos à produção.
- Gestão financeira da Empresa.

- Contabilidade geral e analítica.
- Gestão corrente da relação com o Regulador.
- Implementação do Sistema de Informação da Empresa.

TES - Área de Tesouraria - Atribuições específicas

- Gestão financeira da Empresa.
- Gestão e controlo da tesouraria.
- Elaboração de orçamentos de tesouraria.
- Planeamento financeiro e pesquisa das fontes de financiamento bem como das alternativas de aplicação de fundos e elaboração dos correspondentes contratos.
- Gestão e controlo de cobranças e pagamentos (incluindo “caixas” locais).

CONT - Área de Contabilidade - Atribuições específicas

- Definição da estrutura do sistema de contabilidade analítica.
- Registo dos movimentos contabilísticos (contabilidade geral e analítica), atualização do plano de contas e elaboração de fechos de contas.
- Identificação de riscos a cobrir por seguros e gestão da carteira de seguros, em articulação com as outras áreas da Empresa e corretoras.
- Processamento de faturação.
- Processamento de outros produtos e serviços.
- Atualização do inventário do ativo imobilizado e controlo físico do património.
- Controlo de inventariação física anual das existências.

RHS - Área de Recursos Humanos - Atribuições específicas

- Estudo e desenvolvimento de sistemas e metodologias inerentes à gestão integrada de recursos humanos.
- Apoio à Administração no relacionamento com organizações sociais e representativas dos trabalhadores.
- Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho (legislação de trabalho, regulamentação e contratação coletiva).
- Assegurar, em articulação com CEA, a comunicação interna relativamente à sua Área.
- Identificação e priorização das necessidades de formação da Empresa.
- Elaboração, execução e avaliação do Plano de Formação da Empresa.
- Programação e gestão das ações de formação profissional.
- Promoção e avaliação da participação em ações de formação profissional (internas e externas), bem como de visitas de estudo e de atualização de conhecimentos, no País e no estrangeiro.
- Desenvolvimento de ações de aprendizagem e de autoaprendizagem.
- Implementação de políticas de medicina do trabalho, programas de saúde e controlo de riscos profissionais e de unidades de saúde assistencial, de acordo com o Sistema de SST.
- Promoção de atividades de higiene e segurança no trabalho, nas áreas de prevenção e do controlo.
- Promoção de iniciativas de acolhimento e reconhecimento empresarial de trabalhadores.
- Administração da política de compensação e retributiva do pessoal.
- Em articulação com as demais Áreas, definição do quadro de pessoal.
- Gestão administrativa de pessoal, recrutamento e seleção, sua movimentação e respetiva atualização dos sistemas de suporte.
- Implementação dos procedimentos inerentes às relações laborais.
- Centralização dos registos das representações da Empresa e dos seus profissionais em entidades externas.
- Processamento de salários.

LOG - Área de Logística - Atribuições específicas

- Aprovisionamentos dos materiais e consumíveis, utilizados nos subsistemas, bem como de peças e ferramentas necessárias à MAN.
- Aquisição, após consulta ao mercado, de bens móveis requisitados pelas Áreas da Empresa.
- Prospecção de fornecedores e gestão do seu relacionamento com a Empresa, em articulação com a MAN.

- Igualmente em colaboração com a MAN, elaboração e atualização da listagem de fornecedores de bens e serviços qualificados pela Empresa.
- Elaboração de programas de concursos ou cadernos de encargos no âmbito dos aprovisionamentos.
- Gestão dos processos de compras ao mercado acionados pelas várias Áreas da Empresa, nomeadamente pela MAN.
- Gestão económica dos *stocks* e respetivo suporte administrativo.

ADM - Área Administrativa - Atribuições específicas

- Interface comercial com os Clientes da Empresa.
- Gestão da relação contratual.
- Gestão da frota automóvel e acompanhamento de acidentes.
- Gestão do economato.
- Gestão dos seguros da Empresa.

MAN - Departamento de Manutenção

MAN - Atribuições globais

- Definição da política de manutenção da Empresa e coordenação dos programas de manutenção preventiva e curativa de todo o Sistema.
- Gestão de *stocks* de peças de reserva e consumíveis, que garantam eficiente e eficaz manutenção das instalações operacionais.
- Definir normas e procedimentos de manutenção (rotinas) do Sistema.
- Em articulação com a DO, promover a elaboração e a atualização de manuais de manutenção.
- Implementação do sistema informático de gestão de manutenção.
- Manutenção da instrumentação de medida e controlo.
- Manutenção da rede de telemetria e telegestão.
- Criação dos cadernos de equipamentos.
- Controlo, vigilância e manutenção das instalações operacionais.
- Manutenção dos coletores e equipamentos associados.
- Vigilância e conservação das faixas de servidão.
- Realização de intervenções de beneficiação de instalações operacionais que lhe sejam especificamente cometidas.
- Manutenção da integridade operacional do Sistema que suporta as atividades da Empresa, em articulação com a DE e com a DO.
- Avaliação das causas de incidência sistemática.
- Manutenção preventiva e curativa do Sistema, coletores confinantes e órgãos hidromecânicos de responsabilidade da Empresa.
- Apoio logístico quanto a fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais a trabalhos de construção civil inerentes ao Sistema.
- Montagem e manutenção curativa, preventiva e condicionada das instalações e equipamentos eletromecânicos, electropneumáticos e eletrónicos do sistema de drenagem.
- Assegurar a execução de trabalhos oficinais metalomecânicos e outros, em órgãos e componentes de equipamentos do Sistema.
- Montagem, ensaios, reparação e manutenção de instalações, equipamentos, cabos e circuitos de telecomunicações.
- Manutenção e análise metrológica dos caudalímetros e outros equipamentos instalados, em colaboração com a DO e a I&D.
- Controlo metrológico dos caudalímetros objeto de reclamações dos clientes.
- Gestão de *stocks*, em articulação com a LOG, de peças e consumíveis necessários a uma eficiente e eficaz manutenção do Sistema, incluindo instalações e recintos.
- Prospeção de fornecedores de peças e equipamentos da área da manutenção e gestão do seu relacionamento com a Empresa.
- Elaboração de programas de concursos ou cadernos de encargos no âmbito da gestão de *stocks* que lhe compete.
- Definição das normas e procedimentos das comissões de apreciação de concursos de sua competência.
- Arrumação, movimentação e conservação dos armazéns a seu cargo.
- Gestão de bens "excedentários/ em abate", mediante reafecção interna ou venda externa como material sem utilização.

PCG - Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão

PCG - Atribuições globais

- Planeamento geral e coordenação dos investimentos da Empresa.
- Organização e acompanhamento dos dossiês do Fundo de Coesão e outros.

- Atualização contínua de indicadores de desempenho.
- Apoio à preparação e controlo dos planos anuais e plurianuais da Empresa, relativamente aos investimentos sob a sua responsabilidade de gestão.
- Avaliação contínua da evolução dos caudais e habitantes e unidades industriais servidos.
- Assegurar o processo de expropriações e de constituição de servidões, bem como de todos os licenciamentos necessários para o efeito.
- Acompanhamento de processos de licenciamento de obras de outras entidades interferentes com as instalações operacionais.
- Participação e/ ou apoio em Comissões de abertura de propostas de concurso.
- Preparação dos planos a médio e longo prazos para a Empresa, assegurando a sua utilização como instrumentos de gestão.
- Análise crítica de planos operacionais da Empresa.
- Avaliação de grandes investimentos potenciais.
- Resposta a inquéritos estatísticos de entidades externas.
- *Benchmarking* e análise de métricas de desempenho do negócio.
- Desenvolvimento de modelos de controlo de gestão (*tableau de bord*).
- Elaboração de candidaturas de investimentos e financiamentos.
- Consolidação dos *inputs* das diferentes áreas para elaboração do orçamento de exploração.
- Elaboração do orçamento de exploração, do plano de investimentos e sua atualização.
- Controlo da execução dos orçamentos de exploração e de investimentos, identificação e investigação de desvios.
- Em articulação com SRE, promover a realização de auditorias internas.

I&D - Área de Investigação e Desenvolvimento

I&D - Atribuições globais

- Planeamento e gestão do desenvolvimento dos sistemas de informação de processo da Empresa, nomeadamente, sistemas de telegestão e rede de telecomunicações.
- Promoção e acompanhamento de estudos de inovação e desenvolvimento.
- Desenvolvimento de estudos comparativos para avaliação de desempenho dos processos, órgãos e subsistemas.
- Desenvolvimento e gestão do sistema de medição de caudais para fins de faturação.
- Administração e atualização do cadastro do Sistema.
- Assegurar a cobertura dos sistemas pelo Sistema de Informação Geográfica.

STI - Área de Sistemas e Tecnologias de Informação

STI - Atribuições globais

- Definição de necessidades e soluções informáticas (*hardware* e *software*) em articulação com os utilizadores.
- Planeamento e gestão do desenvolvimento dos subsistemas de informação de gestão e de informação de processo da Empresa, este em articulação com a I&D.
- Desenvolvimento de aplicações a disponibilizar na Internet e sua administração, garantindo a interface com os sistemas de informação implementados na Empresa.
- Conceção e execução de testes aos subsistemas informáticos.
- Apoio aos utilizadores dos sistemas de informação de Empresa.
- Apoio aos utilizadores ao nível da microinformática.
- Execução de testes técnicos a equipamentos e *software* microinformático.
- Desenvolvimento e administração dos subsistemas de informação de gestão da Empresa, nomeadamente o SAP.
- Conceção e articulação do *Site* da Empresa, em articulação com a CEA.
- Gestão dos contratos de prestação de serviços telefónicos.
- Manutenção do sistema telefónico e rede de dados da Empresa.

LAB – Área de Laboratório

LAB - Atribuições globais

- Execução das análises microbiológicas, físicas e químicas necessárias ao cumprimento das normas legais e do programa de monitorização da Empresa, assegurando os requisitos do Sistema de Qualidade.

- Assegurar a atualização de metodologias de análise, de acordo com novas exigências técnicas e normas em vigor.
- Cumprimento das normas legais de frequência de amostragem e de análise de qualidade das águas residuais drenadas pela Empresa.
- Definição e execução do programa de monitorização da qualidade ambiental (para além dos requisitos legais), adequado às necessidades de gestão da Empresa e aos níveis de qualidade de serviço a oferecer aos seus Clientes.
- Recolha de amostras, com a colaboração dos Subsistemas.
- Preparação do material necessário à execução das análises e da recolha de amostras.
- Gestão dos resíduos sólidos e líquidos das Unidades Laboratoriais.
- Execução de relatórios técnicos relativos à qualidade da água, necessários às Áreas da Empresa e a disponibilizar a entidades externas.
- Garantir a disponibilização sistemática de dados de qualidade das águas residuais para informação às autoridades e aos Clientes Diretos e Municipais.
- Sugestão de possíveis medidas corretivas de desvios atuais ou potenciais na qualidade das águas residuais.
- Apoio técnico à seleção de materiais/produtos usados no sistema da Empresa, no respeitante à influência na qualidade das águas residuais.
- Garantir a acreditação dos ensaios laboratoriais.
- Assegurar a gestão do armazém de reagentes e vidraria do Laboratório.
- Assegurar o cumprimento dos requisitos do Sistema de Qualidade.
- Em articulação com a DO, propor medidas corretivas.
- Em articulação com a DE, promover o levantamento e controle de descargas.

CEA - Área de Comunicação e Educação Ambiental

CEA - Atribuições globais

- Elaboração, em articulação com a AdP, do Plano de Comunicação da Empresa.
- Gestão das iniciativas de comunicação institucional da Empresa.
- Gestão das relações com os órgãos de comunicação social, particularmente em situações de crise.
- Apoio ao CA em funções de representação protocolar e acolhimento de visitas institucionais à Empresa.
- Assegurar a comunicação interna e externa da Empresa.
- Definição, em articulação com a AdP, dos *standards* de imagem da Empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações.
- Implementação de atividades de educação ambiental de acordo com a estratégia de comunicação e imagem da Empresa.

SRE - Sistema de Responsabilidade Empresarial

SRE - Atribuições globais

- Colaborar na definição da Política do Sistema.
- Coordenar a implementação, operação, análise crítica e melhoria contínua do SRE, de acordo com a Política definida, o Manual do Sistema, as Partes Interessadas e os Requisitos das Normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001.
- Promover a realização do levantamento ambiental e de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e assegurar a sua consolidação e atualização.
- Garantir o Controlo Operacional em matéria de Ambiente e de SHST de acordo com os respetivos normativos.
- Coordenar a elaboração do Planeamento de Gestão do Sistema Integrado e acompanhar a respetiva execução.
- Elaborar o Manual do Sistema.
- Coordenar o programa de auditorias internas do SRE.
- Promover a revisão do SRE.
- Gerir o sistema documental do SRE.
- Promover e assegurar o cumprimento do Plano de Formação no domínio do SRE.
- Coordenação, implementação e manutenção da Certificação dos Sistemas de Qualidade da Empresa.
- Monitorização da qualidade do serviço prestado pela Empresa.
- Promover a monitorização da eficiência do Sistema e dos meios recetores.
- Promover a regulamentação das descargas.
- Promover estudos da caracterização das lamas e dos solos agrícolas.

- Promover o levantamento da tipologia das indústrias, nomeadamente das lavandarias a seco.
- Em articulação com DAF, promover auditorias internas.
- Normalização de impressos e procedimentos administrativos da Empresa.
- Garantia da separação dos resíduos nas instalações.
- Obtenção das licenças de descarga e de utilização do domínio hídrico.

JUR - Apoio Jurídico e Secretário da Sociedade

JUR - Atribuições globais

- Consulta e assessoria jurídica ao CA e às várias Áreas da Empresa.
- Representação da Empresa em processos judiciais, para-judiciais e jurídico-administrativos.
- Elaboração e participação em estudos de foro jurídico-institucionais relevantes para a Empresa.
- Apoio institucional e jurídico aos Órgãos da Empresa.

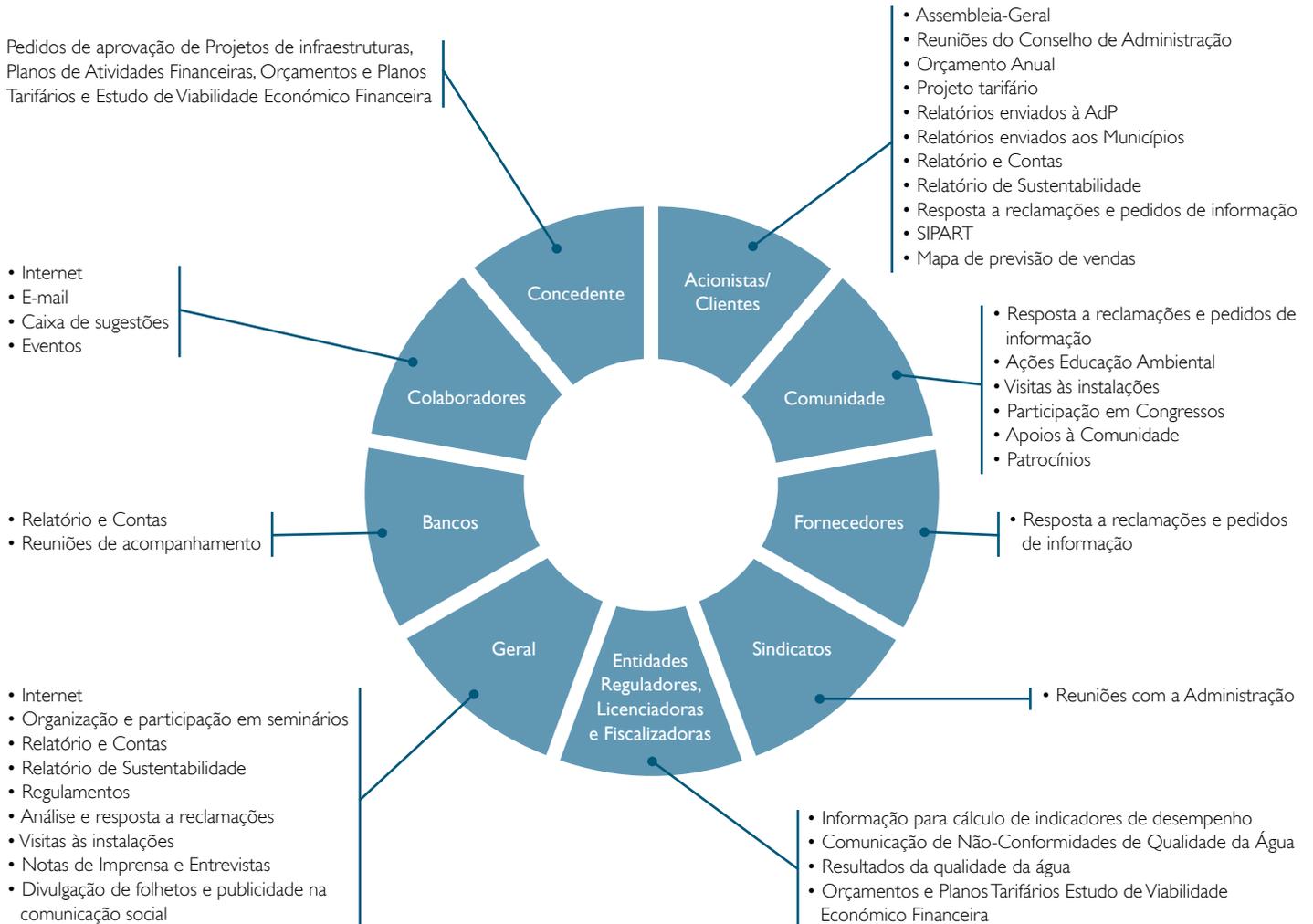
SEC - Secretariado da Administração

SEC - Atribuições globais

- Velar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do membro do CA designado para o efeito, em matéria de elaboração e arquivo de atas do CA, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos.
- Secretariado das reuniões do CA e controlo do cumprimento dos prazos estabelecidos nas deliberações do CA.
- Apoio logístico diretamente afeto aos membros do CA.
- Aquisição, classificação, circulação e arquivo de publicações e documentação técnica (externa e interna) com vista à criação de um Centro de Documentação.
- Receção e expedição de correspondência, distribuição interna e arquivo geral, designadamente dos documentos normativos.
- Manutenção geral e corrente das instalações da sede.
- Assegurar viagens e alojamentos no país e no estrangeiro.
- Controlo dos serviços de motoristas adstritos à Sede e estafetas.

Relações com as partes interessadas (*stakeholders*), acionistas, reguladores, clientes, fornecedores, pessoal, etc.

São vários os grupos de partes interessadas da SIMTEJO, com quem a Empresa se relaciona de várias e diversas formas. No esquema seguinte são ilustradas, para cada grupo de *stakeholders*, as principais formas de comunicação.



5. Remunerações e outros encargos

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos Acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia-Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia-Geral que teve lugar no dia 17 de junho de 2010, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o triénio 2010/2012, tendo o Conselho de Administração a seguinte composição:

Presidente: Eng.º Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

Vogal: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Vogal: Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres

Vogal: Eng.º António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal: Eng.º José Fernando da Silva Ferreira, representante da Câmara Municipal de Lisboa

Vogal: Eng.º José Augusto Borges Neves, representante da Câmara Municipal de Loures

Vogal: José Esteves Ferreira, representante da Câmara Municipal de Odivelas

Em março de 2012 o Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Arnaldo Lobo Moreira Pêgo, apresentou a renúncia ao cargo (por reforma) e foi substituído pelo Eng.º Carlos Manuel Martins a partir de abril de 2012.

Em outubro de 2012 o Vogal Eng.º José Augusto Borges Neves apresentou a sua demissão, e foi substituído pelo Arq. Ricardo Alexandre da Silva Bastos, em representação do Município de Loures, a partir de novembro de 2012.

Em março de 2012, a Dra. Joana Almodôvar apresentou a sua renúncia ao cargo de Vogal do Conselho Fiscal.

A Comissão de Vencimentos, composta por um Presidente e dois Vogais, foi eleita na de Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010. Com efeitos a partir da data de eleição supra referida, fixou as remunerações dos órgãos sociais para o mandato em curso, bem como a remuneração variável dos administradores executivos para o triénio 2010/2012. As remunerações foram subsequentemente reduzidas nos termos da sucessiva legislação aplicável.

O montante total de remunerações anuais auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi o seguinte:

I. Mesa da Assembleia-Geral

(em euros)

Mesa da Assembleia-Geral Mandato 2010-2012	2012		
	Presidente	Vice-Presidente (I)	Secretário (I)
	José Maria Ministro dos Santos	Paulo Manuel Marques Fernandes	Ana Cristina Rebelo Pereira
Remuneração anual fixa	-	830	552
Redução remuneratória*	-	n.a.	n.a.
Remuneração anual efetiva	-	830	552

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(1) Valores faturados pela AdP, SGPS, S.A.

2. Órgãos de Fiscalização

(em euros)

Conselho Fiscal	2011 (a)			2012		
	Presidente	Vogal	Vogal	Presidente	Vogal	Vogal
	Luis Filipe Cracel Viana	José Manuel Lopes Ribeiro Tomé	Joana Taveira Almodôvar	Luis Filipe Cracel Viana	José Manuel Lopes Ribeiro Tomé	Joana Taveira Almodôvar
Remuneração anual fixa	5.597	5.166	1.553	6.888	5.166	1.292
Redução remuneratória*	929	922	n.a.	2.739	2.057	515
Remuneração anual efetiva	4.668	4.244	1.553	4.149	3.109	777

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(a) em 2011 houve alteração da composição do conselho fiscal

(em euros)

ROC (Ernst & Young & Audit & Associados, SROC, S.A.)	2011	2012
Remuneração anual auferida	12.000	12.000
Redução remuneratória*	n.a.	n.a.
Remuneração anual efetiva	12.000	12.000

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

3. Auditor Externo

A SIMTEJO, S.A. não tem auditor externo.

4. Conselho de Administração

(em euros)

	Presidente não executivo	Presidente não executivo	Presidente Comissão Executiva	Vogal executivo	Vogal executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo
Exercício de 2012	Arnaldo Lobo Moreira Pêgo	Carlos Manuel Martins	José Henrique Guimarães Salgado Zenha	António Alberto Côrte Real Frazão	Joaquim Carlos Correia Peres	José Fernando da Silva Ferreira	José Augusto Borges Neves	José Esteves Ferreira	Ricardo Bastos
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração total (1.+2.+3.+4.)	6.127	7.230	63.034	62.071	62.071	10.993	0	13.500	2.786
OPRLO (Opção pela Remuneração do Lugar de origem)	n.a.	n.a.	Não	Não	Não		n.a.	n.a.	n.a.
Entidade de origem (identificar)									
Entidade pagadora (origem/Destino)									
1.1.Remuneração anual	8.603	12.769	96.222	91.252	91.252	20.918	-	22.820	5.705
1.2.Despesas de representação (RCM 16/2012)	-	-	12.678	12.678	12.678	0	-	-	-
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	-	-	-	-	-	0	-	-	-
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (5%)	430	638	4.811	4.563	4.563	1.046	-	1.141	285
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011 (OE 2012)	817	1.213	9.141	8.669	8.669	1.987	-	2.168	542
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	1.229	3.687	13.746	13.036	13.036	3.486	-	3.260	951
1.7.Redução resultante da aplicação da RCM 16/2012	-	-	18.168	15.592	15.592	3.406	-	2.751	1.141
1. Remuneração anual efetiva líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	6.127	7.230	63.034	62.071	62.071	10.993	-	13.500	2.786
2. Remuneração variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.Isenção de horário de trabalho (IHT)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.Outras (identificar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio de refeição	-	-	1.365	1.391	1.545	-	-	0	0
Encargos com benefícios sociais									
Regime de proteção social (Seg. Social)	-	-	11.934	11.976	11.907	2.199	-	2.661	544
Seguros de saúde	-	-	664	664	664	-	-	0	0
Seguros de vida	-	-	1.684	1.703	2.194	-	-	0	0
Seguro de acidentes pessoais	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Seguro de acidentes de trabalho	83	250	334	334	334	334	250	334	83
Acumulação de funções de gestão (S/N)									
Entidade (identificar)	n.a.	n.a.	Não	Não	Não	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Remuneração anual	n.a.	n.a.	-	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(em euros)

Parque automóvel	Presidente não executivo	Presidente não executivo	Presidente da Comissão Executiva	Vogal executivo	Vogal executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Modalidade de utilização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de referência da viatura nova (AOV)	-	-	37.680	39.663	36.227	-	-	-	-
Ano de início	-	-	2007	2008	2008	-	-	-	-
Ano de termo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
N.º prestações (se aplicável)	-	-	60	48	48	-	-	-	-
Valor residual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	-	-	7.896	6.864	6.972	-	-	-	-
Combustível gasto com a viatura	-	-	2.880	1.565	2.555	-	-	-	-
Plafond anual de combustível atribuído (e portagens) **	-	-	4.226	4.226	4.226	-	-	-	-
Outros (Portagens)	-	-	1.346	676	1.132	-	-	-	-
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-

Outras regalias e compensações	Presidente não executivo	Presidente não executivo	Presidente Comissão Executiva	Vogal executivo	Vogal executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis **	-	-	80	80	80	-	-	-	-
Gastos anuais com comunicações móveis	-	-	1.039	551	1.245	-	-	-	-
Outras (indicar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-

Gastos com deslocações	Presidente não executivo	Presidente não executivo	Presidente Comissão Executiva	Vogal executivo	Vogal executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Custo total anual c/ viagens	-	-	4.478	-	-	-	-	-	-
Custos anuais com alojamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajudas de custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras (indicar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

** Em vigor a partir de 1 de abril de 2012. Até 31 de março de 2012 o *plafond* mensal era de 175 euros.

Nos quadros acima, são apresentadas todas as remunerações auferidas pelos órgãos sociais da SIMTEJO, não recebendo os administradores executivos mais qualquer remuneração, despesas de representação, prémios de gestão, ou outras.

6. Análise de Sustentabilidade

Os valores que regem a atividade da SIMTEJO vão desde a procura constante do envolvimento dos Municípios, à racionalização dos investimentos e obtenção de economias de escala, ao desenvolvimento de capacidades, *know-how* e domínio tecnológico das soluções técnicas, para que sejam adequadas, eficientes e economicamente sustentáveis e de forma a melhorar e preservar os ecossistemas, com tarifas socialmente aceitáveis.

A atividade da SIMTEJO é desenvolvida tendo por base a estratégia e os objetivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais - o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.^a Série, de 14 de fevereiro de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, a par com a necessária execução de infraestruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, a SIMTEJO tem ainda como dever assegurar que o preço dos serviços reflita os custos do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em termos de posicionamento estratégico, a SIMTEJO tem desenvolvido a sua estratégia em duas frentes em simultâneo:

- **Expansão** - pela conceção e construção de novas infraestruturas que visam abranger uma maior população servida de tratamento de águas residuais;
- **Especialização** - na contínua melhoria da qualidade e eficiência dos processos de tratamento dos afluentes.

A SIMTEJO tem como principal objetivo estratégico contribuir para a despoluição dos recursos hídricos das bacias hidrográficas e dos meios recetores na sua área de influência com o correspondente contributo da atividade da Empresa para a melhoria das condições ambientais, dos valores naturais em presença e da qualidade de vida das populações na área servida.

Isto significa que o desempenho da SIMTEJO visa contribuir para o bem-estar de cerca de 1,5 milhões de habitantes, numa área geográfica da ordem dos 1000 km², situada na zona metropolitana mais importante do País.

Os valores estratégicos a preservar incluem o Estuário do Tejo, que se destaca pela sua representatividade e importância a nível europeu e pela diversidade de ecossistemas e valores naturais que possui, as bacias hidrográficas do rio Trancão, das pequenas ribeiras afluentes da margem direita do rio Tejo, situadas entre Vila Franca de Xira e Algés, as ribeiras do Oeste do Município de Mafra e a respetiva frente atlântica.

No Planeamento de Objetivos e Metas para 2012 a SIMTEJO definiu metas quantificáveis para cada um dos objetivos definidos.

No domínio da responsabilidade social a SIMTEJO tem como pressuposto a gestão adequada do capital humano da Empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, a instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos Colaboradores, num quadro de um Código de Ética que garante a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos humanos e de não discriminação.

A sustentabilidade da SIMTEJO está devidamente relatada e disponível no Relatório de Sustentabilidade, publicado anualmente, e a sua análise está também disponível na página de *Internet*, em www.simtejo.pt, que contém também o presente Relatório e Contas e o referido Relatório de Sustentabilidade.

7. Gestão do Capital Humano

A SIMTEJO é uma empresa que pugna pela melhoria contínua dos processos internos de recursos humanos, garantindo a igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos dos seus Colaboradores, bem como dando cumprimento aos requisitos das normas de referência do Sistema de Gestão Integrado da Empresa.

O sistema de gestão de avaliação de desempenho profissional realiza-se considerando a avaliação de competências, sendo um dos objetivos deste processo de integrar no plano de formação anual da Empresa as necessidades constantes no plano de desenvolvimento pessoal.

7.1 Evolução dos gastos e do quadro de pessoal (a 31 de dezembro)

	2009	2010	2011	2012
Quadro de pessoal (n.º)	207	215	217	212
Gastos com pessoal (euros)	5.330.948	5.547.449	5.188.005	4.723.793
Gasto médio anual com pessoal (euros)	25.753	25.802	23.908	22.282
Gastos com pessoal/ Volume de negócios	13%	13%	11%	10%

A SIMTEJO procedeu, sempre que aplicável, às reduções remuneratórias aplicáveis aos seus trabalhadores, em conformidade com a lei.

7.2 Quadro de pessoal por área funcional (a 31 de dezembro)

	2009	2010	2011	2012
Áreas operacionais	169	176	178	177
Áreas de suporte	38	39	39	35
	207	215	217	212

	2012
Comunicação e Educação Ambiental	1
Direção Administrativa e Financeira	12
Direção de Engenharia	13
Direção de Operação	125
Investigação e Desenvolvimento	5
Laboratório	13
Manutenção	26
Planeamento e Controlo de Gestão	6
Secretariado de Administração	6
Sistema Responsabilidade Empresarial	3
Sistemas e Tecnologias de Informação	2
Total Geral	212

7.3 Evolução dos vínculos contratuais

	2010	2011	2012
Sem termo	178	185	195
Termo certo	29	27	13
Outros	8	5	4
	215	217	212

7.4 Distribuição da formação académica

	2009	2010	2011	2012
Sem Escolaridade	1	-	-	-
1º Ciclo	16	14	14	11
2º Ciclo	33	32	31	21
3º Ciclo	44	50	55	57
Ensino Secundário	54	59	55	64
Bacharelato	4	3	3	3
Licenciatura	55	57	59	56
Total	207	215	217	212

7.5 Segurança e saúde no trabalho

Durante o ano 2012 foram desenvolvidos esforços no sentido de manter a política ativa de gestão da prevenção da segurança, através do planeamento, da avaliação de riscos e da definição de medidas de controlo garantindo-se a melhoria contínua neste âmbito. Para tal, foram levadas a cabo as atividades/ações sucintamente descritas de seguida:

- Participação no acompanhamento de auditorias externas, efetuadas aos subsistemas segundo a ISO 18001, no âmbito do Sistema de Qualidade, Ambiente e Segurança.
- Análise contínua da aplicabilidade dos diplomas constantes na base de dados de legislação, tendo-se também atualizado a avaliação da conformidade legal.
- Consulta aos colaboradores em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), nomeadamente através de sugestões apresentadas e das reuniões realizadas entre com os representantes em matéria de SST.
- Finalização, com o auxílio de uma entidade prestadora de serviços, do Plano de Segurança Interno da SIMTEJO, que incluiu a compilação das medidas de autoproteção (MAP) para todas as instalações e a elaboração (para o caso de novos estabelecimentos) e revisão dos Planos de Emergência Internos existentes, tendo as medidas de autoproteção sido submetidas à aprovação da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), e aprovadas no decurso de 2012 apenas as respeitantes ao Centro Operacional de Beirolas, e aguarda-se aprovação para os restantes Centros Operacionais (Alcântara, Chelas, São João da Talha, Alverca, Vila Franca de Xira, Frielas e Mafra).
- Manutenção de equipamentos de proteção contra incêndios, nomeadamente a manutenção e recarga de todos os meios de extinção de incêndios – extintores, carretéis e hidrantes –, a verificação e reparação de iluminação de emergência e blocos autónomos e a verificação da sinalização de emergência e evacuação.
- Identificação das melhorias ao nível da adequação da infraestruturas, tendo sido preparada uma lista de intervenções de beneficiação, ao nível da segurança.
- Monitorização de ruído ocupacional em todas as instalações, de modo a minimizar os riscos de surdez profissional, com informação dos colaboradores sobre os valores de ruído a que estão expostos e as medidas de proteção que devem adotar.
- Monitorização de agentes biológicos e químicos na ETAR de Alcântara, nomeadamente no novo edifício da sede da Empresa.
- Implementação das correções e ações corretivas definidas no decurso da avaliação da conformidade legal, auditorias e inspeções diversas.
- Cumprimento da obrigação de prestar anualmente informações sobre a atividade social da Empresa, Relatório Único, no anexo D, vertente da segurança.

- Organização da celebração da Semana da Segurança, com realização de treinos com equipamentos de proteção e sensibilizações no âmbito da saúde ocupacional.
- Ações de sensibilização, informação e de formação, interna e externa, vocacionadas para o exercício das funções e das medidas de prevenção dos riscos associados às atividades dos colaboradores, nomeadamente socorrismo, trabalhos em altura, deteção de gases e ruído ocupacional.

No que respeita à saúde, mantiveram-se na SIMTEJO as políticas de promoção da saúde dos colaboradores, cumprindo a Empresa os objetivos a que se havia proposto, para além dos exames médicos que visam cumprir as obrigações legais. Realizaram-se 135 exames periódicos, 2 exames de admissão aos trabalhadores que iniciaram o seu vínculo contratual com a SIMTEJO e ainda 246 exames ocasionais, dos quais 196 a pedido dos trabalhadores.

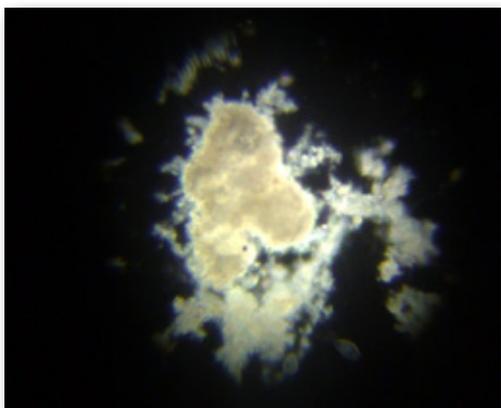
Manteve-se o aumento do número de exames ocasionais, potenciando desse modo um efetivo e regular acompanhamento de todos os trabalhadores no seu meio laboral. No que respeita à campanha de vacinação da gripe sazonal, aderiram 74 Colaboradores da Empresa, número em linha com o do ano anterior.

8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

No ano de 2012 consolidaram-se as atividades de investigação e desenvolvimento a decorrer dos anos anteriores e iniciaram-se novas atividades e projetos:

Projeto NEREDA

No ano de 2012 foram obtidos os objetivos do projeto de I&D nomeadamente, a obtenção de flocos de lamas ativadas granulares, tendo-se obtido a fiabilidade e estabilidade no processo biológico. Dispondo o processo de tratamento de NEREDA de escassas referências internacionais, a SIMTEJO contribuiu assim para o desenvolvimento de um *upgrade* significativo dos sistemas de lamas ativadas convencionais.

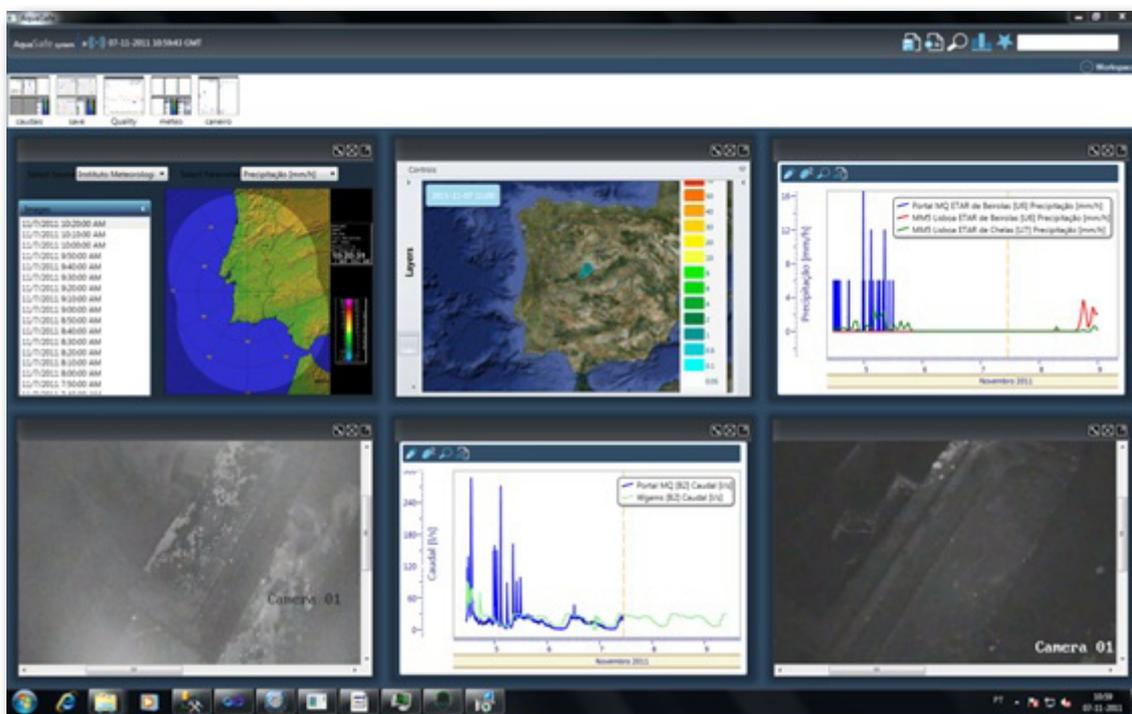


Projeto AQUASAFE

A ferramenta AQUASAFE foi aplicada numa primeira fase como projeto de I&D, ao caso particular do subsistema de Beirolas, tendo-se, no primeiro semestre de 2012, procedido ao início da ampliação para a área de concessão da SIMTEJO.

Em maio de 2012 o projeto AQUASAFE foi galardoado com o *Honour Award* da IWA Project Innovation Awards Europe & West Asia Regional Awards 2012 na categoria de *Operations & Management*. Os Project Innovation Awards (PIA) são uma competição prestigiada globalmente que premeia e celebra a inovação e excelência em projetos de engenharia relacionados com água em 6 categorias diferentes - *applied research, planning, design, operations/management, small projects and marketing and communications*.

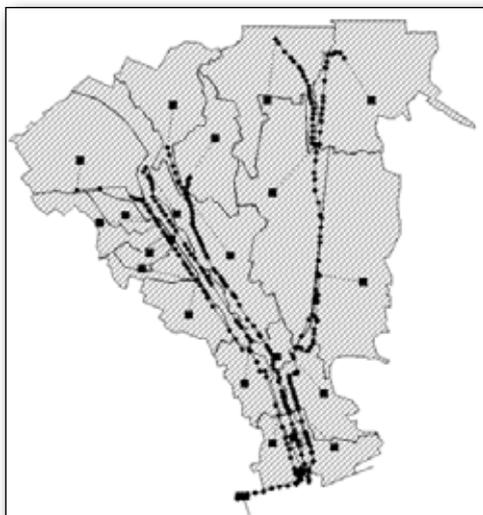
Já em setembro de 2012 no âmbito da conferência internacional da IWA em Busan, a SIMTEJO foi distinguida mundialmente com o *Honour Award da IWA Project Innovation Awards Global Awards 2012* na categoria de *Operations & Management*.



Projeto SIMAI

O projeto SIMAI tem como objetivo o desenvolvimento de um sistema de monitorização, aviso e alerta em tempo real numa bacia hidrográfica da zona baixa de Alcântara, em Lisboa, para suporte de serviços de proteção civil, assim como a monitorização e aviso de descargas, com estimativa das cargas poluentes no meio recetor. Os artigos publicados no âmbito do projeto estão disponíveis no seguinte *link* <http://projectosimai.wordpress.com/>.

No primeiro semestre de 2012 procedeu-se à construção do modelo matemático da bacia do Terreiro do Paço.



Projeto WasteWater4Environment

No ano de 2012 conclui-se o projeto “WasteWater4Environment”, cofinanciado pelo Programa Life08, juntamente com o Instituto Superior Técnico, Universidade do Minho, Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação. Entre outros, este projeto tem como objetivos otimizar o balanço de energia, avaliar e minimizar a pegada de carbono, aumentar a eficiência energética, minimizar a produção de lamas e determinar os custos ambientais dos processos de tratamento de águas residuais.



Projeto Envitejo

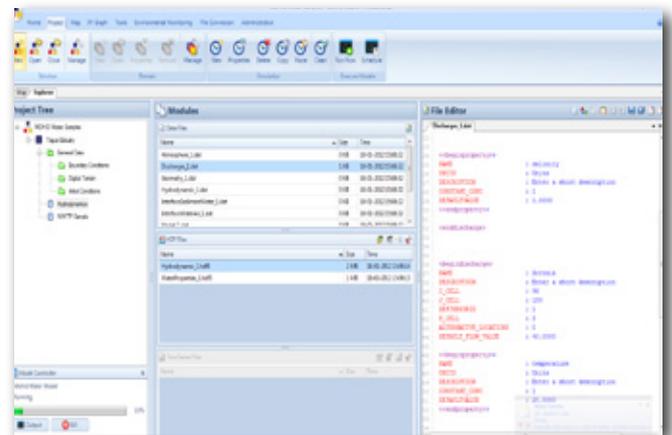
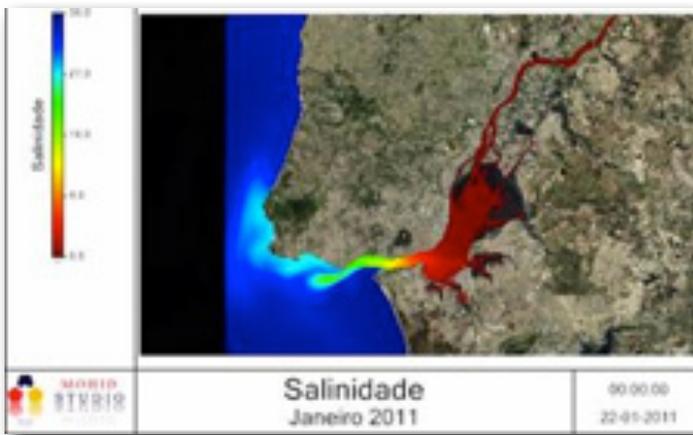
Deu-se continuidade ao projeto Envitejo, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, em parceria com a Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P. e a SIMARSUL. O Envitejo visa integrar conhecimento, informação e ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do Estuário do Tejo, bem como otimizar a logística de monitorização efetuada pelos parceiros de projeto.

Durante o ano de 2012 deu-se seguimento à realização das atividades previstas da responsabilidade da SIMTEJO:

- Aquisição de dados em tempo real do Estuário do Tejo através de uma boia instrumentada adquirida no âmbito do Envitejo;



- Continuação da monitorização do estuário e locais de descarga;
- Implementação de atualizações no modelo do Estuário do Tejo, manutenção e exploração do sistema de modelação;
- Atualização do Modelo Hidrológico, Microbiológico e Biogeoquímico da Bacia do Rio Trancão;
- Desenvolvimento, implementação e teste da ferramenta de exploração do modelo.

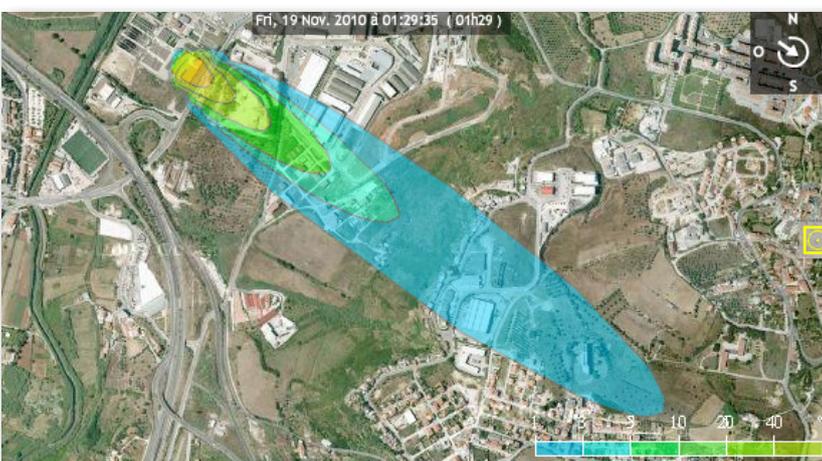


- Construção do Modelo Hidrológico da Bacia do Rio Trancão.



Projeto Odowatch

Durante o ano de 2012 foi realizado o trabalho de automação de análise de dados, sendo enviados semanalmente relatórios aos responsáveis da ETAR com informação relativa à caracterização dos eventos de odor ocorridos.



Relatório ODOWATCH ETAR de Frielas - de 01-12-2012 00:04
a 06-01-2013 23:56

Ocorrência de eventos críticos nos pontos de alerta

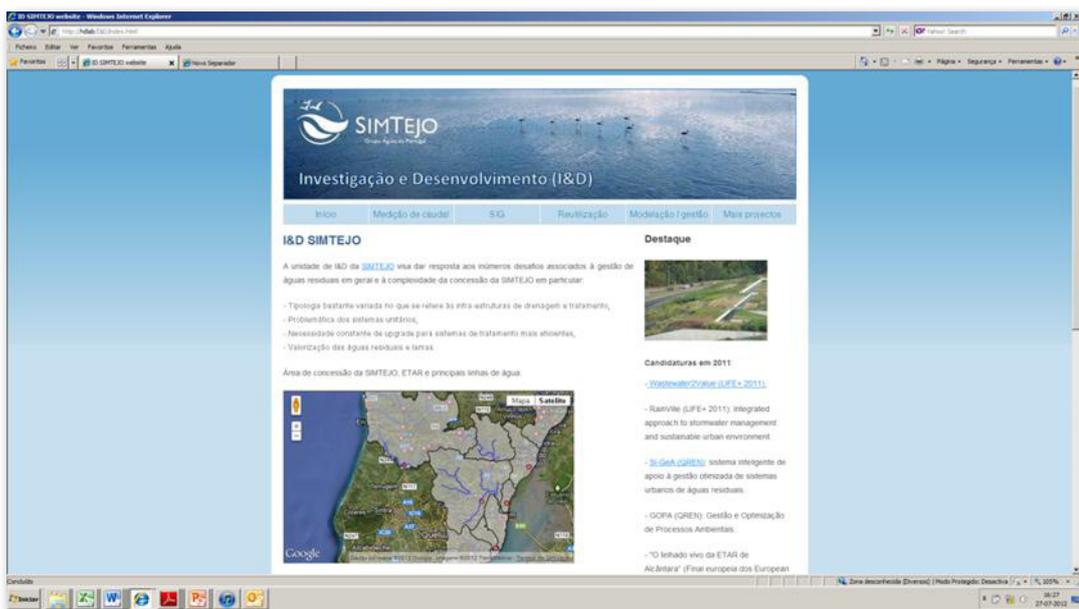
	Número de eventos de nível de alerta:		
	Mínimo	Médio	Alto
A. IKEA	0	0	0
B. IKEA entrada	19	0	0
C. Acesso principal ETAR	42	30	7
D. Barraqueiro	1	0	0
E. Zona industrial Frielas	0	0	0
F. A8	0	0	0
G. Ponte de Frielas	0	0	0

Duração (minutos) dos eventos de nível de alerta:

	%/ alerta	Duração (minutos)		
		Mínimo	Médio	Alto
A. IKEA	100,0%	0	0	0
B. IKEA entrada	98,0%	204	0	0
C. Acesso principal ETAR	95,0%	260	188	52
D. Barraqueiro	100,0%	0	0	0
E. Zona industrial Frielas	100,0%	0	0	0
F. A8	100,0%	0	0	0
C. Ponte de Frielas	100,0%	0	0	0

Portal/ Newsletter I&D

De forma a dar a conhecer aos Colaboradores da SIMTEJO o trabalho a decorrer na área de I&D, em 2012 foi construído o Portal do I&D, disponível apenas na rede interna. Este portal visa dar a conhecer a todos os Colaboradores os diversos projetos de I&D que decorrem na SIMTEJO incluindo em colaboração com entidades de investigação.



Si-GeA

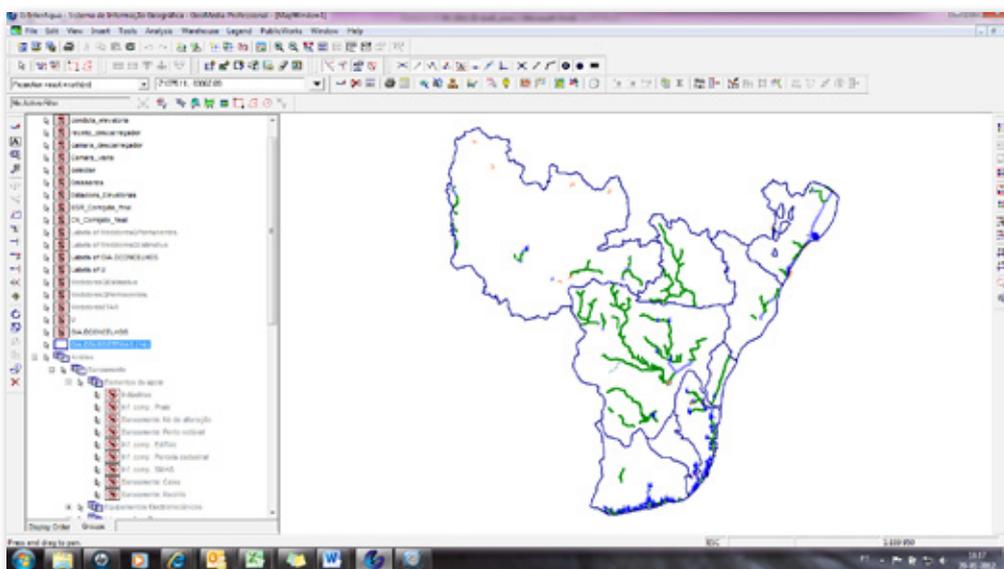
O projeto SI-GeA é um projeto de I&D que tem como objetivo final a criação de um sistema inteligente de apoio à gestão otimizada de sistemas urbanos de águas residuais, baseado em monitorização e simulação em tempo real. A otimização permite integrar toda a informação relevante, tendo em vista, nomeadamente, a redução do risco de inundações, de aflúencias indevidas e de descargas poluentes nos meios recetores, a custos mínimos.

GOPA

O Projeto visa dar seguimento ao projeto NAVIA, tendo como objeto a implementação de uma ferramenta com vista à gestão operacional em ETAR, nomeadamente, ao nível da instrumentação e gestão operacional da informação em sistemas de digestão anaeróbia. Esta candidatura foi aceite para financiamento em maio de 2012, tendo o projeto inicio previsto para janeiro de 2013.

SIG

Foi disponibilizada a nova versão do WebSIG, compatível com Windows 64Bits, tendo-se procedido igualmente a melhorias significativas na organização da informação das entidades por separador.



Modelação Matemática dos Sistemas de Drenagem Urbana

Foi construído o modelo referente ao intercetor Algés-Alcântara e foram realizadas campanhas de medição de caudais, tendo em vista a calibração do modelo. Nos dias 26 e 27 de março de 2012 decorreu na ETAR de Frielas uma ação de formação interna do *software* de modelação matemática de sistemas de drenagem *Sewergems*.

Reutilização de Águas Residuais Tratadas

No seguimento do grupo de trabalho criado após assinatura de protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a SIMTEJO procedeu-se à realização de um estudo de viabilidade técnica e económica da implementação de um sistema de reutilização de ART na frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria a partir da ETAR de Alverca, bem como os possíveis modelos de gestão e exploração.

Medição de Caudal (MQ)

Após o termo do período experimental de medição de caudal para efeitos de faturação, a 30 de junho de 2012, no segundo semestre de 2012 foi elaborado o relatório de medição de caudal referente a esse mesmo período, o qual se encontra dividido em 4 volumes e será apresentado aos Municípios no primeiro semestre de 2013:

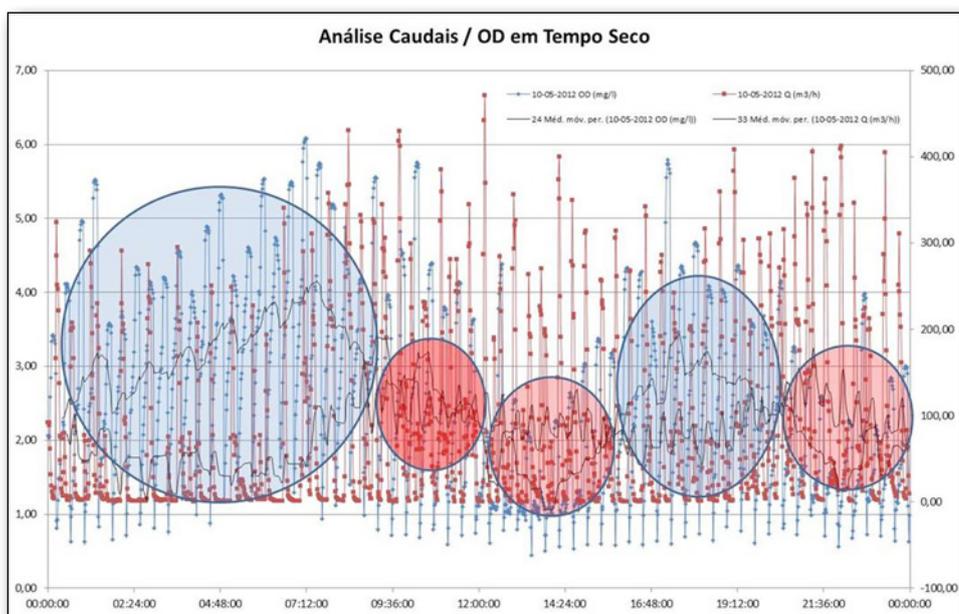
- Volume 1 - Relatório de medições permanentes em tempo seco
- Volume 2 - Relatório de medições permanentes em tempo húmido e revisão da metodologia para faturação de caudais
- Volume 3 - Relatório de medições por estimativa
- Volume 4 - Síntese conclusiva

É assim expectável que logo que seja emitido parecer favorável pela Entidade Reguladora, estejam reunidas as condições para iniciar em 2013 a faturação com base em caudal efetivamente medido.

Foi também lançado no último semestre de 2012 o Concurso Público para a Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da SIMTEJO, que permitirá assegurar a manutenção dos equipamentos de medição para efeitos de faturação por um período de 3 anos.

Otimização do Sistema de Arejamento da ETAR de Mafra

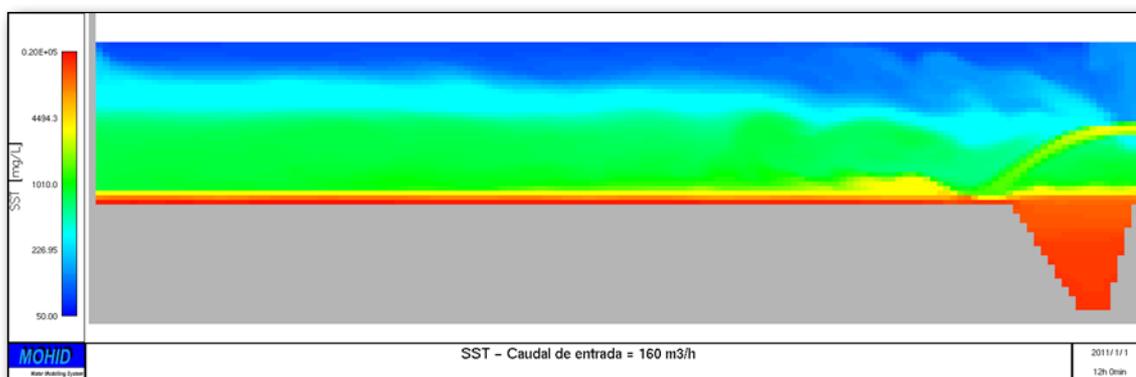
No âmbito do Mestrado em Engenharia e Gestão da Água, ministrado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, decorreu em 2012 um projeto de I&D intitulado por “Otimização das condições de arejamento do tratamento biológico da ETAR da Ericeira – estágio curricular”.



Otimização Hidráulica do Funcionamento Hidráulico da Decantação Secundária por CFD

Deu-se início no primeiro semestre de 2012 a um projeto de I&D designado por “Otimização Hidráulica do Funcionamento Hidráulico da Decantação Secundária por CFD”.

O projeto tem como objetivo a apresentação de uma metodologia para a simulação numérica da circulação tridimensional do escoamento hidráulico nas etapas de decantação secundária das ETAR da Ericeira e Frielas, de forma a aumentar a sua eficiência.



SEREA 2012

A área de I&D submeteu dois artigos com apresentação oral, intitulados "Sistema de Medição de Caudais da SIMTEJO - Implementação e metodologia para tratamento de dados" e "Os Modelos Matemáticos como Ferramenta de Gestão dos Sistemas de Drenagem Urbana - o caso da SIMTEJO". Foram igualmente apresentados na conferência os trabalhos a seguir referidos, que foram realizados no âmbito de dois estágios profissionais: "A utilização do STRATHTOXTM como instrumento de auxílio na deteção de toxicidade associada aos afluentes das ETAR" e "Avaliação da toxicidade em meio aquático por bioensaios, PolyTox e Daphnia magna e aplicação de modelos de previsão QSAR".

Alterações Climáticas

Deu-se início no primeiro semestre de 2012 à colaboração entre a SIMTEJO e a entidade de investigação líder na área de alterações climáticas em Portugal - SIM, o laboratório de sistemas, instrumentação e modelação em ciências e tecnologias do ambiente e do espaço, em diversas áreas da reutilização, subida do nível médio do mar e alteração do padrão dos eventos de pluviosidade.

Candidaturas a Financiamento de Projetos de Investimento

- Preparou-se a candidatura do projeto Wastewater2Value ao Programa LIFE+ 2012, tendo como principal objetivo a demonstração de soluções de valorização do esgoto em subprodutos com valor de mercado, nomeadamente, reciclagem de fósforo, reutilização de água tratada e de lamas para fertilização e irrigação de plantas ornamentais, separação de gorduras para bioconversão em plásticos e otimização da digestão anaeróbia através da adição de gorduras residuais como cosubstrato para aumentar a produção de metano a partir das lamas.
- Por intermédio do Instituto Superior Técnico a SIMTEJO integra a candidatura "COWACO - Corrosion and Odor of Wastewater Collection Systems" à Call "FP7-PEOPLE-2013-ITN" referente ao programa Marie Curie Initial Training Networks (ITN).
- A SIMTEJO, na qualidade de entidade demonstradora, integrou a proposta da candidatura WW4CLIMATE ao Programa LIFE+ 2012. A candidatura deste projeto surge na sequência do trabalho realizado no projeto WW4Environment, pelo que o consórcio do projeto é constituído pelos mesmos parceiros, nomeadamente, pelo Instituto Superior Técnico, Universidade do Minho, Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.
- Preparou-se a candidatura do projeto SW4E: SmartWater4Energy a financiamento QREN, com o objetivo de criação de um produto de apoio à decisão na eficiência energética associada à modelação do tratamento de águas residuais, como resposta aos desafios que atualmente estão a ser colocados a este setor: O consórcio do projeto é constituído pelo Instituto Soldadura e Qualidade, Hidromod e SIMTEJO.

Programa Impulso Jovem

A SIMTEJO procedeu à inscrição no referido programa, tendo em vista a possibilidade de iniciar um Programa de Estágios na área da eficiência energética.

SIFIDE

Na sequência da candidatura da SIMTEJO ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) a Comissão Certificadora emitiu o parecer final referente a 2009, 2010 e 2011, resultando num benefício fiscal líquido para a SIMTEJO de €40.124,99, €428.365,33 e de €179.266,18 respetivamente.

9. Ética e Prevenção da Corrupção

No ano de 2012 deu-se continuidade à implementação do Código de Conduta e Ética do grupo AdP, adotado no ano anterior e que tem como principais objetivos:

- Ser uma referência, formal e institucional, para a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, tornando-se um padrão de relacionamento quer entre colaboradores, quer com os públicos externos do grupo AdP;
- Cimentar no Grupo a existência e a partilha de valores e normas de conduta comuns, reforçando uma cultura comum;
- Promover relações de confiança entre o grupo AdP e seus parceiros;
- Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos;
- Responder ao desafio cívico de alicerçar a sociedade em princípios éticos que respeitem as orientações de organizações supranacionais.

O Código de Conduta e Ética explicita ainda a razão da sua existência, o âmbito de aplicação, a natureza das regras, os valores do grupo AdP e princípios de atuação, os valores centrais e a sua prática e as normas de conduta.

O Código de Conduta e Ética está disponível para consulta no sítio da SIMTEJO, com o seguinte endereço eletrónico:
http://Simtejo.pt/output_efile.aspx?id_file=480&id_object=652

10. Controlo de Risco

A SIMTEJO, e em particular o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2012 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar;
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco;
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela SIMTEJO, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, S.A.). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela SIMTEJO e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a Empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Sustentabilidade financeira;
- Cobranças;
- Envolvente política, económica e financeira;
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios;
- Crédito e financiamento.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

11. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A. cumprem as seguintes obrigações:

- Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na Empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto-Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

12. Divulgação de Informação

A SIMTEJO, S.A. dá cumprimento à divulgação das informações previstas na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, através do sítio da Empresa na *Internet*, bem como para cumprimento dos deveres especiais de informação previstos no Despacho n.º 14277/2008, tal como expressos na tabela seguinte:

Informação a constar no <i>Site</i> da Empresa	Divulgação		
	S	N	N.A.
Existência de <i>Site</i>	S		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S		
Organigrama	S		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:			
Identifica dos órgãos sociais	S		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	S		
Identificação de comissões existentes na sociedade	S		
Identificar sistemas de controlo de riscos	S		
Remuneração dos órgãos sociais	S		
Regulamentos internos e externos	S		
Transações fora das condições de mercado	S		
Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	S		
Código de Ética	S		
Relatório e Contas	S		
Provedor do cliente			N.A.

S - Sim; N - Não; N.A. - Não aplicável

13. Informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os institutos públicos e as empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público - estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no Relatório de Atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de ações e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na referida portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela SIMTEJO tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela SIMTEJO durante o ano de 2011 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos quadros seguintes a informação sintética requerida.

Quadro A - Montante global, do ano de 2012, discriminado por trimestres

Órgão	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Valor Global
Ambiente Magazine				580 €	580 €
Jornal Água e Ambiente				1.932 €	1.932 €
Jornal a Tribuna				380 €	380 €
Total				2.892 €	2.892 €

Nota: Os valores apresentados não incluem IVA

Quadro B - Ações, de entre as referidas no quadro A, com montante superior a 15.000 euros

Não aplicável.

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a SIMTEJO cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º 47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da SIMTEJO divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta Empresa.

14. Cumprimento das instruções, despachos e legislação diversa

A SIMTEJO deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente as seguintes:

- Os objetivos de gestão, sempre que aplicável (artigo 11º do DL n.º 300/2007).
- Gestão do risco financeiro (Despacho n.º 101/2009-SETF e Despacho n.º 155/2011-MEF).
- Autorização prévia por parte dos Acionistas em Assembleia-Geral dos aumentos de endividamento.
- Orientações sobre remunerações salariais, promoções e outras (Lei que aprovam os OGE para 2011 e 2012).
- Determinação de não atribuição de prémios de gestão nos termos do artigo 29º da Lei 64-B/2011.
- Reduções remuneratórias dos gestores públicos (artigo 20º da Lei 64-B/2011 e artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010).
- Reduções remuneratórias dos trabalhadores (artigo 20º da Lei 64-B-2011).
- Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal (artigo 21º da Lei 64-B/2011).
- Aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público no que concerne à utilização de cartões de crédito e do reembolso de despesas de representação.
- Cumprimento da orientação relativa às normas de contratação pública (Despacho n.º 438/10-SETF).
- Medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços (tomadas no âmbito das orientações previstas na Lei n.º 64-A/2011 e respeitantes ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parques de Veículos do Estado):
 - O grupo Águas de Portugal dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas do que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo.
 - A existência desta estrutura privativa do Grupo justifica-se por um conjunto de particularidades bastante relevantes dos bens e serviços de que as empresas participadas carecem. Tratando-se de categorias de bens tão específicos como os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelo segmento do tratamento da água ou dos efluentes ou contentores utilizados pela fileira dos resíduos, estas particularidades encontram-se igualmente presentes no parque automóvel no qual as viaturas operacionais utilizadas obedecem a tipologias específicas adaptadas às atividades desenvolvidas que podem ir desde pick-ups adaptadas a camiões de transporte de resíduos – neste contexto, foram contratadas em 2012 apenas viaturas operacionais e em situações excecionais de carácter urgente e inadiável, suscetíveis de comprometer o desempenho operacional do sistema.
 - O mesmo se aplica no caso da energia elétrica com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão (Especial e Normal) onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra os recentes concursos públicos para fornecimento de energia elétrica ao Grupo.

- Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género (n.º 1 da RCM n.º 19/2012, de 23 de fevereiro):
 - O grupo Águas de Portugal rege-se por um conjunto de princípios que promovem a Igualdade de Géneros, através da adoção de práticas evidentes de não discriminação, seja em razão da raça, etnia, sexo, idade, deficiência física, convicção religiosa, opinião ou filiação política. A promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, assim como, a adoção de medidas tendentes a potenciar a conciliação entre a vida pessoal e profissional, são objetivos estratégicos das empresas do Grupo.
 - O grupo Águas de Portugal tem 38% das suas empresas certificadas em Responsabilidade Social, de acordo com os requisitos da norma SA8000, e está comprometido com o United Nations Global Compact que no seu princípio n. 6 enuncia a "eliminação da discriminação no emprego e ocupação". Estes compromissos são um garante adicional do respeito pelo Princípio da Igualdade do Género.
 - O grupo Águas de Portugal aposta igualmente na mobilidade interna como forma de proporcionar aos colaboradores um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. As oportunidades que em cada momento existam são divulgadas por todo o Grupo permitindo a candidatura dos colaboradores que, fruto das suas motivações, pretendam abraçar outra função na mesma ou noutra empresa.
 - A possibilidade de trabalhar em regime de horário flexível ou inclusive a tempo parcial permite aos colaboradores ajustar melhor o seu horário de trabalho às necessidades da sua vida familiar.
- Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2012 (conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG):
 - A avaliação do indicador prioritário relativo ao plano de redução de custos é efetuado em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas do Grupo.
- Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes (conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG):
 - A avaliação relativa ao plano de redução do número de órgãos sociais, dirigentes e efetivos é efetuado em termos consolidados estando o seu grau de cumprimento espelhado no relatório e contas do Grupo.
- Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 89º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de junho):
 - A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade da Empresa são desenvolvidas pela AdP SGPS, S.A., no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.
 - A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas.
 - Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada à tutela pela AdP SGPS, dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do estado, nos termos previstos na Lei.
- Auditorias do Tribunal de Contas:
 - No seguimento da auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas ao grupo Águas de Portugal foram emanadas recomendações dirigidas ao Conselho de Administração da AdP SGPS cujo cumprimento está expresso no respetivo relatório e contas consolidado.

Evolução do Prazo Médio de Pagamento

Apresenta-se o prazo médio de pagamento a fornecedores, nos termos da RCM n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009-SETF.

PMP (em dias)	Dez-12	Set-12	Jun-12	Mar-12	Dez-11	Set-11	Jun-11	Mar-11
Prazo médio de pagamento	75	64	61	46	44	35	30	27

A evolução negativa do prazo médio de pagamento resulta diretamente do aumento exponencial do prazo médio de recebimento ocorrido em 2012, amplamente explicitado noutros capítulos do presente Relatório e nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, apresentam-se os pagamentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2012 (em euros):

	Até 90 dias	90-120 dias	120-180 dias	180-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Empreitadas (obras públicas)	2.838.502	2.382.462	-	41.596	118.718	3.050.083
Fornecimentos e serviços externos (grupo AdP)	18.933.795	311.978	655.197	375.264	-	-
Fornecimentos e serviços externos (outros)	2.565.313	323	32.624	674	480	13.743

Com a exceção de alguns casos em que havia a necessidade de estabilizar a relação contratual com empreiteiros, a SIMTEJO procurou evitar a projeção exterior ao Grupo da pendência de pagamentos por prazos superiores ao adequado.

Quadro com o resumo do cumprimento das orientações legais (2012)

	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
ROCE	S			128%	Ver capítulo B.7
EBITDA / Receitas	S			109%	Ver capítulo B.7
Custos com pessoal / EBITDA (%)	S			160%	Ver capítulo B.7
Cash-Cost saneamento	S			93%	Ver capítulo B.7
Investimento		N		71%	Ver capítulo B.7
Prazo médio de recebimento (PMR)		N		20%	Ver capítulo B.7
Prazo médio de pagamento (PMP)		N		54%	Ver capítulo B.7
Volume de atividade	S			99%	Ver capítulo B.7
Taxa de cobertura de AR potencial	S			98%	Ver capítulo B.7
Qualidade dos efluentes tratados	S			100%	Ver capítulo B.7
Reforço da eficiência contratual	S			93%	Ver capítulo B.7
Cumprimento dos prazos de reporte	S			174%	Ver capítulo B.7
Cumprimento das orientações corporativas	S			100%	Ver capítulo B.7
Gestão do Risco Financeiro	S			Autorização prévia em A.G. para aumentar endividamento	Assembleias-Gerais de 21 de julho de 2011 e de 19 de julho de 2012
Limites de Crescimento do Endividamento			N.A.	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista do grupo AdP (consolidado).
Evolução do PMP a fornecedores		N		Aumento: 31 dias (de 44 para 75 dias)	Ver capítulo A.14
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)				Ver capítulo A.14	-
Deveres Especiais de Informação			N.A.	Não aplicável	Avaliação efetuada no relatório e contas consolidado da AdP SGPS.
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			N.A.	Não aplicável	Não existiram
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão (art. 29.º da Lei 64-B/2011)	S			Não aplicável	-
Órgãos sociais - redução remuneratória (do art. 20.º da Lei 64-B/2011)	S			Ver capítulo A.14	-
Órgãos sociais - redução de 5% (art. 12.º da Lei n.º 12-A/2010)	S			Ver capítulo A.14	-
Órgãos sociais - suspensão do sub. de férias e natal (art. 21.º da Lei n.º 64-B/2011)	S			Ver capítulo A.14	-

	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Auditor externo - redução remuneratória (art.º 26 da Lei 64-B/2011)			N.A.	Não aplicável	-
Trabalhadores - redução remuneratória (art.º 20 da Lei 64-B/2011)	S			Ver capítulo A.14	-
Trabalhadores - suspensão sub. férias e natal (art. 21º da Lei 64-B/2011)	S			Ver capítulo A.14	-
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	S			Não aplicável	Não existe a utilização de cartões de crédito
Reembolso de despesas de representação pessoal	S			Não aplicável	Não existem despesas de representação pessoal
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	S			Ver capítulo A.14	-
Normas de contratação pública pelas participadas			N.A.	Não aplicável	-
Contratos submetidos a visto prévio do TC			N.A.	Não aplicável	-
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			N.A.	Não aplicável	Ver capítulo A.14
Parque Automóvel	S			Variação nula	Ver capítulo A.14
Princípio da Igualdade do Género	S			Não aplicável	Ver capítulo A.14
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal			N.A.	Ver capítulo A.14	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista do grupo AdP (consolidado).
Fornecimentos e Serviços Externos			N.A.	Ver capítulo A.14	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista do grupo AdP (consolidado).
Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes					
N.º de efetivos			N.A.	Ver capítulo A.14	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista do grupo AdP (consolidado).
N.º de cargos dirigentes			N.A.	Ver capítulo A.14	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista do grupo AdP (consolidado).
Princípio da Unidade de Tesouraria	S			100% das disponibilidades permanentes	Ver capítulo A.14

15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A governação da SIMTEJO, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março.

No quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as Empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Princípios	Missão, objetivos e princípios gerais de atuação	Grau de cumprimento	Fundamentação
As Empresas detidas pelo Estado devem:			
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a Empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. 		Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das suas políticas. 		Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação da missão da SIMTEJO, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na <i>internet</i>.
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos. 		Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e os objetivos fixados.
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 		Total	<ul style="list-style-type: none"> O grupo AdP, e por consequência a SIMTEJO, definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade. A estratégia de sustentabilidade da SIMTEJO encontra-se disponível no seu Relatório de Sustentabilidade e no sítio da Empresa na <i>internet</i>.
<ul style="list-style-type: none"> Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 		Total	<ul style="list-style-type: none"> O grupo AdP, e por consequência a SIMTEJO preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência. A SIMTEJO foi das primeiras Empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela. Anualmente é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida. A SIMTEJO elabora anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade.
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Toda a atividade do grupo AdP e da SIMTEJO é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. Neste contexto, a SIMTEJO adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O grupo AdP e a SIMTEJO apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas. A SIMTEJO possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação. A SIMTEJO tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva de desenvolvimento e valorização profissional.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da Empresa na <i>internet</i>.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Conduzir com integridade os negócios da Empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O grupo AdP e a SIMTEJO pautam a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. O Código de Conduta e Ética da SIMTEJO expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para desenvolvimento sustentável consolidado. Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SIMTEJO, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. A SIMTEJO desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.
<ul style="list-style-type: none"> Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Código de Conduta e Ética da SIMTEJO encontra-se disponível no sítio da Empresa na <i>internet</i>.

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As Empresas detidas pelo Estado devem: <ul style="list-style-type: none">• Deter Órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da Empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em Empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.	Total	<ul style="list-style-type: none">• Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos Órgãos de administração e fiscalização da SIMTEJO está perfeitamente ajustada à complexidade da sua missão e perfeitamente alinhada com a estratégia definida para o grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.
<ul style="list-style-type: none">• Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das Empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos Órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa.	Total	<ul style="list-style-type: none">• O Modelo de Governo da SIMTEJO, em alinhamento com o definido para as Empresas participadas do grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:<ul style="list-style-type: none">• A Assembleia-Geral;• O Conselho de Administração;• O Conselho Fiscal;• O ROC.• Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as Empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos Órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da Empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A auditoria anual às contas da SIMTEJO é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal e a Direção Administrativa e Financeira. De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.
<ul style="list-style-type: none"> Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus Órgãos de fiscalização. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Os membros dos Órgãos Sociais da SIMTEJO são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.
<ul style="list-style-type: none"> O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da Empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela Empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores das Empresas que integram o grupo AdP. A SIMTEJO está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades Empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.

Remunerações e outros direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As Empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none">• Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.	Total	<ul style="list-style-type: none">• A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos Órgãos sociais da SIMTEJO consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na <i>internet</i>.
<ul style="list-style-type: none">• Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela Empresa.	Total	<ul style="list-style-type: none">• A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da SIMTEJO consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na <i>internet</i>.

Prevenção de conflitos de interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos sociais das Empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none">• Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	<ul style="list-style-type: none">• Os membros do Conselho de Administração da SIMTEJO têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
<ul style="list-style-type: none">• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.	Total	<ul style="list-style-type: none">• Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na SIMTEJO e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.• Os membros do Conselho de Administração da SIMTEJO cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.• Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas Empresas onde exercem funções.

16. Relatório dos Administradores não Executivos

Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos

1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, cumpre-nos, na qualidade de Administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho dos Administradores executivos, que constituem a Comissão Executiva, referente ao exercício de 2012.

2. Atividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da Empresa e o desempenho dos Administradores executivos e da Comissão Executiva.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação dos Administradores executivos que integram a Comissão Executiva de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Lisboa, 1 de março de 2013

Os Administradores não Executivos



Carlos Manuel Martins
(Presidente do Conselho de Administração)



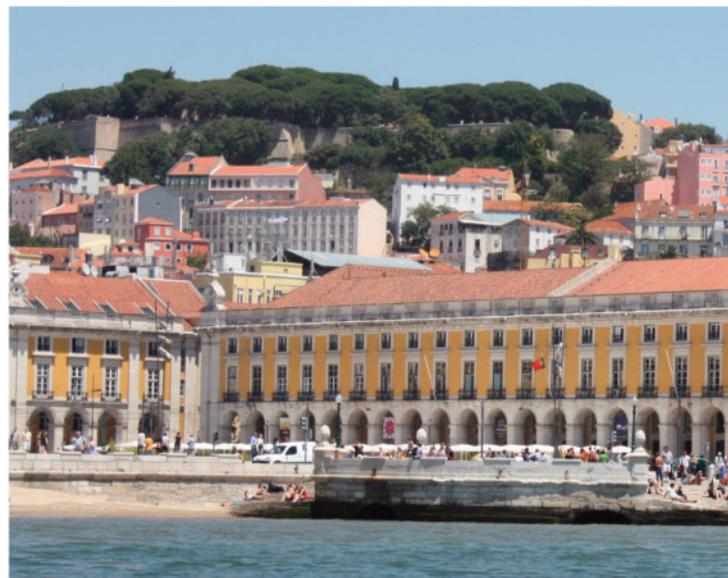
José Fernando da Silva Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



Ricardo Alexandre da Silva Bastos
(Vogal do Conselho de Administração)



José Esteves Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



B - Atividade da Empresa





B - Atividade da Empresa

I. Introdução

No âmbito da sua missão, a SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., procede à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais geradas nas áreas dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Vila Franca de Xira e algumas áreas limítrofes, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

No cumprimento da sua missão, a SIMTEJO assume os seguintes princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança:

- A importância social da sua atividade é suportada por objetivos, metas e processos relevantes, claramente orientados para as necessidades de clientes, cidadãos, colaboradores e acionistas;
- A preocupação de organização, simplificação e otimização dos processos e recursos, através de uma gestão transversal, é o suporte da melhoria contínua do desempenho do Sistema de Gestão Integrado, com o objetivo de maior eficiência e qualidade, sempre com a preocupação de uma redução de custos;
- O desenvolvimento do conhecimento e a disponibilidade do pleno potencial de todos os colaboradores, ao nível do indivíduo e das equipas, é condição essencial ao desenvolvimento da Política e da eficácia dos processos;
- A avaliação periódica da satisfação e necessidades do Cliente, conjugada com a resposta adequada a áreas de melhoria identificadas, é um objetivo de todos;
- A atividade da SIMTEJO desenvolve-se de acordo com os requisitos e a legislação aplicável, com uma postura de aposta na prevenção, nomeadamente da poluição e dos acidentes.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

À semelhança de 2011, em 2012 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,2% em 2012; 3,9% em 2011). As crises das dívidas soberanas dos últimos anos nas economias mais avançadas, que levaram à estagnação do seu crescimento económico são fatores relevantes que influenciam de sobremaneira este *status quo*, cuja recuperação se afigura lenta e que teve início no já longínquo ano de 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do *subprime*. Não fosse novamente o crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) e o abrandamento da economia mundial teria sido mais acentuado. Surpreendente foi o desempenho económico dos Estados Unidos, com uma taxa de crescimento superior ao esperado (2,3%), suportado, em grande medida, por um ambiente favorável dos mercados financeiros e uma recuperação do mercado imobiliário. Em 2013 é expectável uma ligeira recuperação económica, podendo, no entanto os riscos da Zona Euro e a recessão do Japão inviabilizar esta perspetiva.

União Europeia

A economia da União Europeia registou em 2012 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,5%. A diminuição da procura interna, a queda do investimento, a diminuição da produção industrial, o aumento do desemprego, são indicadores que sustentam a grave crise económica da Europa, com particular incidência na Zona Euro. Por outro lado, a desconfiança dos mercados sobre a capacidade dos governos europeus e do Banco Central Europeu em resolverem em definitivo a crise da dívida soberana também não ajudam a inverter este ciclo negativo. Ainda que numa primeira fase esta crise tenha afetado principalmente países considerados periféricos (Irlanda, Portugal e Grécia, e mais recentemente o Chipre), é um facto que durante 2012 também chegou a Espanha e Itália, economias com peso significativo na Zona Euro. Esta instabilidade colocou uma pressão adicional nas instituições europeias no sentido de aprovarem medidas que salvaguardem a integridade do Euro, como moeda única.

Deste modo, o Banco Central Europeu tomou medidas consideradas determinantes na recuperação de alguma confiança da Zona Euro. No início de 2012 efetuou uma segunda operação de cedência de liquidez à banca que, em conjunto com a primeira em dezembro de 2011, atingiu o montante de 1.000 milhões de euros. Posteriormente apresentou um programa de aquisição de títulos de dívida pública em mercado secundário, sem limite máximo. Estas medidas, consideradas instrumentos potentes, em conjunto com alguns passos dos governos nacionais que consolidaram o compromisso e coordenação política no sentido de estabilização e fortalecimento da união monetária, tiveram um efeito positivo no final de 2012, no que concerne à redução dos riscos sistémicos da Zona Euro e à recuperação de alguma confiança dos mercados, tendo contribuído, de forma significativa, para a forte redução das taxas de juro da dívida pública dos países intervencionados.

Portugal

Em 2012, deu-se continuidade ao cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. O desempenho da economia portuguesa em 2012 continuou a ser fortemente marcado pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas, no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário e de persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana na área do Euro. Em 2012, a queda do PIB em cerca de 3% confirma um cenário de recessão que não se observava na economia portuguesa desde 1975. Esta evolução resulta de uma queda expressiva e generalizada da procura interna, mitigado pelo assinalável crescimento das exportações ao longo do ano. Em 2012, o consumo privado deverá ter registado uma contração de 5,5%, ao passo que o investimento deverá ter caído cerca de 14%, traduzindo uma redução de todas as componentes, com especial incidência no investimento público e residencial. O consumo público ter-se-á reduzido cerca de 4,5% pelo segundo ano consecutivo. A retração da procura global, não obstante o significativo aumento das exportações, contribuiu para uma queda das importações de cerca de 7,0%, refletindo a redução expressiva de componentes da procura com elevado conteúdo importado – consumo de bens duradouros e investimento empresarial.

Positiva tem sido a alteração da composição da despesa agregada, traduzindo-se num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4 por cento do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. A atual projeção aponta para a continuação da melhoria da balança de bens e serviços, para a qual se projetam excedentes de 3,1 e 4,1 por cento do PIB em 2013 e 2014, respetivamente.

O *deficit* das contas públicas nacionais deverá atingir um valor próximo dos 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto (em cerca de 1.622 milhões de euros), em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA (800 milhões de euros recebidos em 2012, ou perto de 0,5% do PIB).

A taxa de desemprego em Portugal, deverá ser de 15,6% em 2012, superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 10,7%. A taxa em Portugal é a terceira mais alta da Europa, logo atrás da Grécia e de Espanha, onde o desemprego supera já os 26% da população ativa.

O grande desafio com que Portugal está confrontado é o de promover o desenvolvimento e crescimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas e a redefinição do papel do Estado são fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá desenvolvimento económico. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção da coesão social.

Fontes: grupo AdP; FMI World economic outlook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat.

3. Enquadramento do Setor

A SIMTEJO prestou os serviços públicos de abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos urbanos durante o ano de 2012 num contexto de acrescidas restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) quer quanto à evolução de custos, quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

Neste contexto de restrição de recursos, a SIMTEJO prosseguiu o esforço de adaptação dos diversos processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios de universalidade no acesso, de qualidade de serviço e de eficiência e equidade de preços na prestação destes serviços de interesse económico geral essenciais ao bem-estar das populações, à saúde pública, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do ambiente.

Paralelamente, durante o ano de 2012, iniciou-se o processo de implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante a SIMTEJO, enquanto ator predominante.

O Programa do Governo ditou três linhas orientadoras para a reestruturação preconizada:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, a abertura à participação de entidades públicas estatais ou municipais (bem como de entidades privadas na gestão do sistema), a promoção da eficiência, a integração vertical e o agrupamento de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsetor dos resíduos no seio do grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

Neste âmbito, o Governo mandou o grupo AdP que procedesse à realização de estudos que permitissem apurar a adequada agregação territorial para o setor das águas de forma a promover a sustentabilidade económico-financeira dos sistemas multimunicipais, através da obtenção das economias de escala geradas por sistemas de maior dimensão e para a redução das desigualdades entre as diversas regiões do País, fomentando a convergência tarifária. A gradual verticalização dos sistemas em “baixa” foi apontada como a forma de completar a maximização de sinergias operacionais bem como de transmitir às populações o referido equilíbrio tarifário dos sistemas em “alta”.

Os estudos relativos à agregação dos sistemas multimunicipais, bem como da verticalização dos sistemas multimunicipais através de parcerias a constituir no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, têm vindo a ser apresentados aos municípios abrangidos, envolvendo neste processo de reestruturação todas as partes interessadas. Através destes processos, está a proceder-se aos estudos necessários para a integração e verticalização dos sistemas em “alta” e em “baixa” promovendo soluções que conduzam à melhoria dos níveis de serviço prestados à população bem como ao objetivo de acessibilidade tarifária e de resolução dos défices tarifários, num contexto de respeito do princípio, já amplamente disposto na atual legislação, de recuperação integral de custos incorridos na prestação deste serviço de interesse económico geral.

A reestruturação do setor será acompanhada pela revisão de diversos diplomas legais determinantes para os referidos objetivos nacionais de acessibilidade universal do serviço no respeito pela sustentabilidade económica e financeira. Das matérias a cristalizar em diploma legal destacam-se:

- A reforma das leis de bases dos setores de abastecimento e saneamento;
- A adoção de medidas com vista à redução do impacto dos incumprimentos por parte dos clientes municipais, em complemento das medidas já adotadas no Orçamento de Estado para 2013 (Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro), por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;
- A adoção de medidas para proceder ao reconhecimento e reintegração por via tarifária dos montantes relativos aos défices tarifários, bem como de medidas determinadas a promover a eficiência económica na prestação do serviço;

- O reforço dos poderes do Regulador sectorial, tendo sido submetida ao parlamento a proposta da nova lei orgânica da ERSAR. Esta medida vem no âmbito da proposta do Programa de Governo que visa transformar as entidades com funções reguladoras dependentes do Governo, e cujos mercados regulados pela sua importância o justifiquem, em Autoridades Administrativas Independentes, reintegrando as restantes na administração tradicional.

O desenvolvimento destas matérias vem ao encontro das recomendações vertidas na Resolução da Assembleia da República n.º 113/2012, de 10 de agosto, onde se recomenda ao Governo que se promova a acessibilidade, sustentabilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento, destacando-se a agregação dos sistemas em “alta”, a sua verticalização com os sistemas em “baixa” e a harmonização e equilíbrio tarifário com recuperação integral dos custos de prestação dos serviços e resolução do défice tarifário.

No que diz respeito à autonomização do setor dos resíduos no seio do grupo AdP, os trabalhos encontram-se mais avançados, tendo já sido elaborado o estudo de diagnóstico das bases do novo modelo regulatório que, por despacho da Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, será objeto de desenvolvimento pelo Regulador. Também se deu início ao processo de revisão dos diplomas legais que estruturam o setor; por forma a criar as bases necessárias à abertura à iniciativa privada, criando as condições necessárias para que a prossecução do interesse público seja assegurada bem como para que o referido envolvimento da iniciativa privada garanta o aprofundamento da eficiência económica na prestação do serviço, com ganhos para o utilizador; e a atração de capitais que permitam o desenvolvimento dos objetivos nacionais e europeus em matéria ambiental.

Simultaneamente, encetaram-se as revisões dos planos estratégicos PEAASAR II (2007 – 2013) e PERSU II (2007 – 2016), que definirão as metas e objetivos do Estado para cada um destes setores. Estes dois planos serão estruturantes para os planos de investimento a realizar nos próximos anos.

4. Regulação

A SIMTEJO exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental, beneficiando os utilizadores e consumidores através das tarifas praticadas, sujeitas também às fortes restrições determinadas para o Setor Empresarial do Estado.

A SIMTEJO tem a sua atividade desenvolvida em regime de concessão efetivamente regulada economicamente pela ERSAR. Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação (Decretos-Lei n.º 373/93, de 5 de novembro, n.º 294/94, de 16 de novembro, n.º 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhes é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto) e regulamentação em vigor; pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e respetivos anexos, bem como pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR criou condições para reduzir as distorções decorrentes de se verificarem tarifários aos utilizadores finais que não estão otimizados, por não serem escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), complementada em 2010 com uma Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

Uma das linhas de reestruturação do setor, amplamente defendida e promovida pelo atual Governo, passava pelo reforço dos poderes da ERSAR e pelo aumento da sua independência, para a qual foi apontada como crítica a reformulação da respetiva lei orgânica, cuja proposta legislativa deu entrada no Parlamento durante janeiro de 2013. Durante o ano de 2012 foi preparado pelo Governo um

diagnóstico dos alicerces para o novo modelo regulatório do setor dos resíduos, atividade que previsivelmente passará a contar com a possibilidade de participação maioritária de agentes económicos privados.

Em novembro de 2012, por despacho da Sr.^a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a ERSAR foi mandatada pelo Governo para, com base no estudo de diagnóstico, aprofundar o novo modelo regulatório para o setor, designadamente para o setor dos resíduos no contexto de futuro fortalecimento da participação do setor privado, devendo a ERSAR proceder ao desenvolvimento de um modelo de custeio e de um regulamento tarifário.

Regulação económica sujeita à atuação da ERSAR

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de setembro com a apresentação ao Concedente e ao Regulador das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). Com a publicação do Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, o prazo de avaliação das propostas uniformizou-se em 60 dias para todos os sistemas multimunicipais.

As propostas de orçamento e tarifa para 2012 foram apresentadas nos termos da Portaria 1275/2003, de 7 de novembro, uma vez que a Portaria 269/2011, de 19 de setembro, não foi conhecida em prazo que permitisse a entrega das propostas de orçamento e tarifa no prazo contratual.

Para 2013 as propostas foram apresentadas pela primeira vez nos termos da portaria 269/2011, de 19 de setembro. O ciclo orçamental de 2012, iniciado em setembro de 2011, estendeu-se até 30 de janeiro de 2012, data em que foi aprovada a tarifa. O ciclo orçamental da SIMTEJO durou cerca de 120 dias.

O Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite uma mais adequada recuperação dos encargos de prestação dos serviços, num cenário de maior pressão sobre os meios financeiros disponíveis.

Em setembro de 2012 iniciou-se o ciclo orçamental para 2013, tendo a Proposta de Orçamento e Projeto Tarifário sido aprovada em 22 de fevereiro de 2013, prevendo um aumento de 1% da tarifa face ao ano anterior que se fixa em 0,4899 Eur/ m³.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão, podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade e eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Durante o ano de 2010 o Regulador apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos défices e *superavit* tarifários ou de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e legislação aplicável.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da lei e dos contratos, exigem que não se adie por mais tempo o expresso reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de custos preconizado nos contratos de concessão, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou de recuperação de custos das concessionárias, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

Regulação da qualidade de serviço

A atuação da ERSAR abrange ainda a monitorização e a avaliação da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, efetuando um exercício de *benchmark* entre as várias entidades gestoras dos setores das águas e dos resíduos, publicando anualmente os resultados no relatório que elabora sobre o setor. Desde 2004, esta Empresa tem obtido por parte do Regulador uma avaliação positiva da qualidade do serviço prestado.

Os resultados dos indicadores da SIMTEJO referentes à Qualidade de Serviço podem ser consultados no sítio da ERSAR em www.ersar.pt.

5. Análise Económica e Financeira

O ano 2012 fica marcado por ser aquele que apresenta o maior resultado líquido da história da SIMTEJO, o que por si só, demonstra a solidez e robustez económica da Empresa. Ainda assim, o exercício de 2012 foi particularmente difícil ao nível da tesouraria, uma vez que a dívida de clientes aumentou de forma significativa face ao ano anterior (de 37,8 para 65,5 milhões de euros). Verificando-se, assim, a tendência de deterioração da situação de pagamentos a partir de meados de 2011, com inversão do ciclo de recuperação anterior, que permitira atingir uma muito significativa evolução positiva da dívida de clientes. No entanto, há que realçar o estabelecimento de acordos de pagamento com os Municípios de Loures e Odivelas no final do ano de 2012, a preparação e negociação avançada com os Municípios de Lisboa e Mafra, e o reinício dos pagamentos correntes por parte dos municípios que não estavam a efetuá-los.

Para fazer face ao reduzido volume de recebimentos, foram contratualizadas junto da banca comercial duas linhas adicionais de financiamento de curto prazo no montante de 8,5 milhões de euros, por forma a assegurar a operacionalidade da SIMTEJO. Toda esta conjuntura ao nível da tesouraria teve impacto direto e significativo nos prazos médios de recebimento e de pagamento.

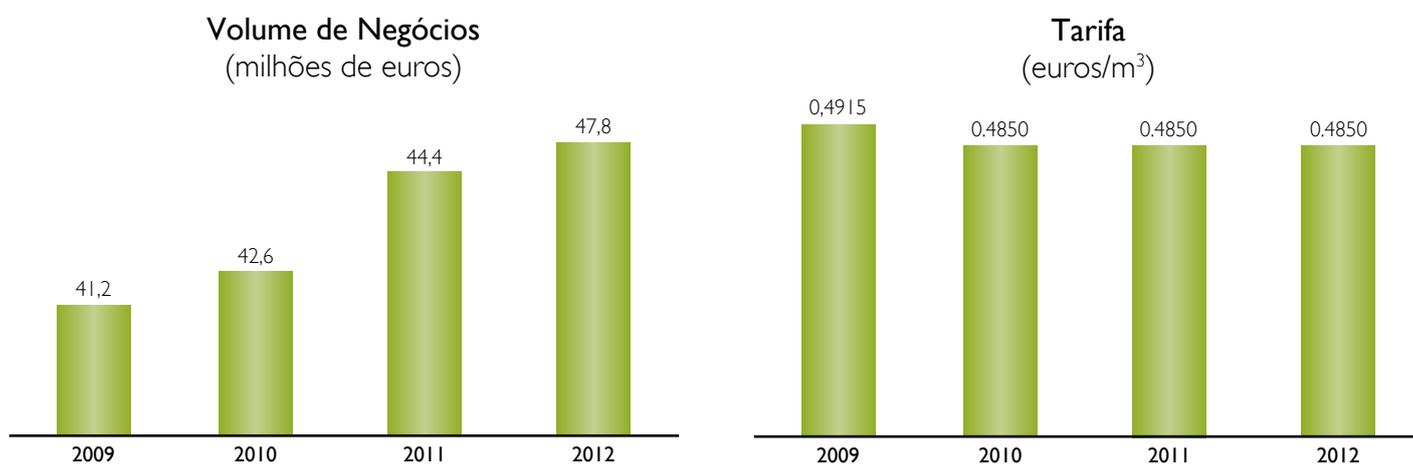
Por fim, saliente-se a clarificação no Orçamento de Estado para 2013 do tratamento fiscal dos acréscimos de custos do investimento contratual (pelo remanescente prazo da Concessão), situação ainda assim altamente prejudicial para a SIMTEJO, uma vez que se traduz numa elevadíssima taxa de imposto a pagar.

Resultados

Demonstração dos Resultados	31.12.2012	31.12.2011	Var. %	Var. Eur
Volume de negócios	47.810.816	46.597.059	2,60%	1.213.757
Custo das vendas/ variação dos inventários	(2.478.870)	(2.213.073)	12,01%	(265.797)
Fornecimentos e serviços externos	(12.264.833)	(12.740.854)	(3,74%)	476.021
Gastos com pessoal	(4.723.793)	(5.188.005)	(8,95%)	464.212
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(16.982.164)	(16.923.467)	0,35%	(58.697)
Subsídios ao investimento	1.121.353	5.546.511	(79,80%)	(4.425.158)
Outros gastos e perdas (outros rendimentos e ganhos) operacionais	(221.357)	(382.310)	(42,10%)	160.953
Resultados operacionais	12.261.153	14.866.039	(17,50%)	(2.604.886)
Gastos financeiros	(4.883.826)	(5.839.698)	(16,40%)	955.872
Rendimentos financeiros	3.795.232	2.235.578	69,80%	1.559.654
Resultados financeiros	(1.088.594)	(3.604.120)	(69,80%)	2.515.526
Resultados antes de impostos	11.172.559	11.261.918	(0,80%)	(89.360)
Imposto do exercício	(6.466.937)	(6.130.445)	5,50%	(336.492)
Imposto diferido	4.218.761	2.603.786	62,00%	1.614.976
Resultado líquido do exercício	8.924.383	7.735.259	15,40%	1.189.124

Volume de negócios

O volume de negócios aumentou por via do aumento dos caudais mínimos (EVEF), uma vez que a tarifa não sofreu qualquer aumento desde 2010 (0,4850 Eur/ m³).



Gastos operacionais

Gastos operacionais	31.12.2012	31.12.2011	Var. %	Var. Eur
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/ variação dos inventários	2.478.870	2.213.073	12,01%	265.797
Fornecimentos e serviços externos	12.264.833	12.740.854	(3,74%)	(476.021)
Gastos com pessoal	4.723.793	5.188.005	(8,95%)	(464.212)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	16.982.164	16.923.467	0,35%	58.697
Outros gastos e perdas operacionais	529.155	314.594	68,20%	214.561
	36.978.815	37.379.993	(1,07%)	(401.178)

Globalmente os gastos operacionais diminuiram 1,07%, o que se traduziu numa poupança de aproximadamente 401 mil euros. Esta diminuição não foi maior devido ao aumento dos preços dos reagentes e da energia elétrica, com peso significativo na estrutura de gastos da SIMTEJO.

O aumento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas resulta do aumento dos preços dos reagentes, bem como do aumento dos custos com materiais de manutenção das infraestruturas. A diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos demonstra uma contenção dos gastos diretamente controláveis pela SIMTEJO, tendo igualmente contribuído o facto de 2012 ter sido um ano atípico em termos de pluviosidade (seco) com impacto ao nível da diminuição do caudal tratado. Ainda assim, houve um aumento dos gastos com energia (de 4,8 para 5,0 milhões de euros), em resultado do aumento da tarifa (+13%) ainda que o consumo tenha sido inferior ao ano anterior e, com o tratamento de lamas (de 1,9 para 2,0 milhões de euros), inerente ao nível do tratamento atualmente em vigor na ETAR de Alcântara, com maior eficácia, mas maior produção de lamas.

Saliente-se que, nos três últimos exercícios, para a atividade comparada a SIMTEJO alcançou uma redução de quase 20% nos fornecimentos e serviços externos.

A redução verificada nos Gastos com Pessoal está diretamente relacionada com as reduções impostas pela legislação em vigor (em 2012 foram pagos em média 12 meses de salários contra 13 em 2011), uma vez que não existiram variações relevantes no número de colaboradores da SIMTEJO.

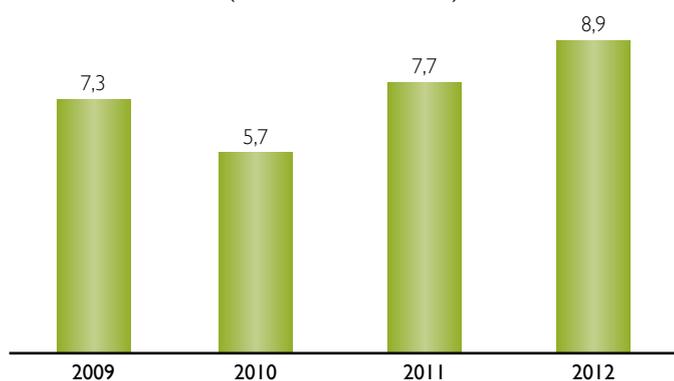
Resultados financeiros

Ainda que os gastos financeiros apresentem uma diminuição face a 2011, este valor está igualmente influenciado pela atualização de dívida aos municípios pela integração de infraestruturas, com um impacto negativo de 2,2 milhões de euros em 2011. Assim, excluindo esse efeito nos gastos financeiros, estes apresentam um aumento de 2,8 milhões de euros face a 2011, que se explicam pelo acréscimo de recurso a linhas de financiamento bancário de curto prazo (juros e comissões), bem como pelo aumento dos *spreads* e comissões do suprimento da AdP SGPS. O aumento dos rendimentos financeiros resulta do aumento do débito dos juros de mora aos clientes da SIMTEJO que apresentam saldos vencidos em dívida (3,2 milhões de euros em 2012 vs. 0,4 milhões de euros em 2011).

	31.12.2012	31.12.2011
Juros obtidos	571.523	1.819.636
Juros de mora	3.223.709	415.942
Total de rendimentos financeiros	3.795.232	2.235.578
Juros suportados	4.735.598	5.021.530
Comissões bancárias	1.427.341	937.645
Desconto de dívidas	-	2.182.681
Outros gastos financeiros	26.035	25.125
	6.188.973	8.166.982
Gastos financeiros capitalizados	(1.305.148)	(2.327.284)
Total de gastos financeiros	4.883.826	5.839.698

Por fim e tendo em conta que os Resultados antes de impostos quase não variaram face ao ano anterior, são as seguintes as causas de crescimento do resultado líquido: (i) ao tratamento fiscal dos acréscimos de custos do investimento contratual, (ii) outros ajustamentos na transição com impacto ao nível da fiscalidade, bem como (iii) do aumento da taxa de imposto (de 29% para 30%) que tiveram um efeito positivo no imposto diferido do período.

Resultado Líquido do Exercício (milhões de euros)



Situação patrimonial

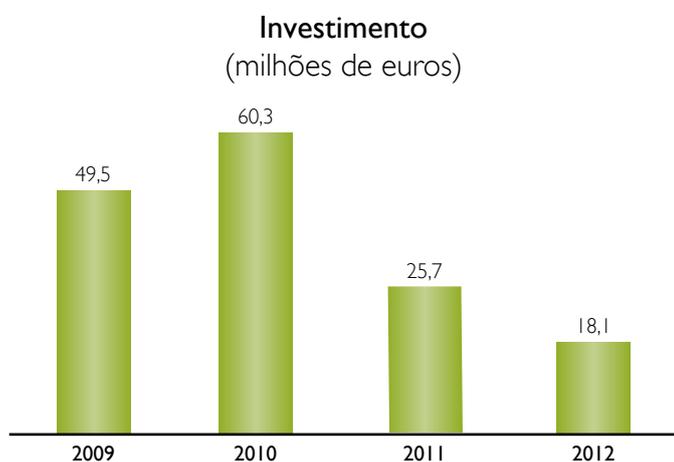
Balço	31.12.2012	31.12.2011	Var. %	Var. Eur
Ativos intangíveis	273.657.100	274.331.735	(0,20%)	(674.635)
Investimentos financeiros	6.870.161	5.875.479	16,90%	994.682
Impostos diferidos ativos	28.279.284	21.315.488	32,70%	6.963.797
Clientes	65.574.809	37.815.810	73,41%	27.758.999
Caixa e seus equivalentes	12.180.507	22.726.889	(46,40%)	(10.546.382)
Outros ativos	4.703.949	10.545.543	(55,39%)	(5.841.594)
Total do ativo	391.265.810	372.610.945	5,00%	18.654.865
Empréstimos de médio e longo prazo	171.470.293	163.002.134	5,20%	8.468.159
Empréstimos de curto prazo	10.559.123	8.817.095	19,80%	1.742.029
Impostos diferidos passivos	17.105.593	14.360.558	19,10%	2.745.036
Acréscimo de custos do investimento contratual	58.649.705	60.467.049	(3,00%)	(1.817.344)
Subsídios ao investimento	39.268.905	40.390.258	(2,80%)	(1.121.353)
Fornecedores	14.308.035	7.598.096	88,30%	6.709.938
Outros passivos	13.050.391	14.697.402	(11,21%)	(1.647.011)
Total do passivo	324.412.044	309.332.591	4,90%	15.079.453
Total do capital próprio	66.853.766	63.278.354	5,70%	3.575.412
Total do passivo e do capital próprio	391.265.810	372.610.945	5,00%	18.654.865

Ativos intangíveis

A variação negativa face ao ano anterior resulta do efeito das amortizações do exercício (7,5 milhões de euros) e da transferência de 11 milhões de euros da rubrica de acréscimos de custos do investimento contratual.

Investimento

O investimento do ano correspondeu a 18,1 milhões de euros (25,6 milhões de euros em 2011), repartidos entre 13 milhões de euros de gastos diretos em empreitadas, 2,3 milhões de gastos capitalizados e 2,7 de outros investimentos. A desaceleração do ritmo do investimento, que já se iniciara no exercício anterior, resulta fundamentalmente das limitações de acesso ao crédito e das inerentes orientações de limitação de endividamento, acentuadas pelas dificuldades de tesouraria da SIMTEJO.



Investimento financeiro

A variação dos investimentos financeiros resulta do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social previsto no Contrato de Concessão.

Clientes

Facto relevante do ano foi o aumento significativo das dívidas de clientes, assim discriminadas:

Clientes municipais	Vencido	Não vencido	Total 2012	Total 2011
Município de Lisboa	41.770.382	4.541.157	46.311.539	20.694.474
Município de Loures	1.639.791	10.506.961	12.146.751	11.387.518
Município de Odivelas	22.921	4.759.670	4.782.591	3.463.313
Município de Vila Franca de Xira	87.217	301.507	388.724	682.807
Município de Mafra	974.526	317.003	1.291.529	943.195
Município de Amadora	-	436.092	436.092	428.452
SMAS Oeiras	-	93.933	93.933	92.340
	44.494.836	20.956.323	65.451.159	37.692.100

A degradação das condições financeiras do país, com particular impacto no setor público, contribuirá decisivamente para o aumento das dívidas de clientes. Os esforços permanentes da SIMTEJO no sentido de inverter esta situação permitiram uma ligeira recuperação de alguns saldos no final do ano, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento com os Municípios de Loures e Odivelas. Adicionalmente, como já referido, estão em fase adiantada os acordos de pagamento com os Municípios de Lisboa e Mafra. A diminuição das rubricas de caixa e seus equivalente está diretamente relacionada com o aumento da dívida de clientes.

Fornecedores

Este aumento da dívida de clientes teve impacto direto na diminuição das disponibilidades, no aumento das contas a pagar (fornecedores e outros credores) e no nível de financiamento bancário. O prazo médio de recebimento aumentou de 199 para 373 dias, e consequentemente o de pagamento passou de 37 para 75 dias.

	2009	2010	2011	2012
Prazo médio de recebimento	174	140	199	373
Prazo médio de pagamento	53	44	37	75

Ainda assim, com ressalva de alguns casos em que havia a necessidade de estabilizar a relação contratual com empreiteiros, a SIMTEJO procurou evitar a projeção exterior ao Grupo da pendência de pagamentos por prazos superiores ao adequado.

Financiamentos (dívida financeira)

No segundo semestre de 2012 foram contratualizadas e utilizadas duas linhas de financiamento de curto prazo no montante 8,5 milhões de euros junto da banca comercial. No final de 2012 foi igualmente contratada uma nova tranche de financiamento do Banco Europeu de Investimento no montante de 23 milhões de euros, e foi reembolsado parte do suprimento à AdP SGPS no montante de 13 milhões de euros (de 30 para 17 milhões de euros).

6. Atividade Operacional

6.1 Investimentos

Faz-se em seguida a discriminação dos estudos e projetos e, depois, das empreitadas que durante o ano de 2012 estavam concluídas, em fase de conclusão, em curso ou em concurso.

6.1.1 Estudos e Projetos

Subsistema de Alcântara

- Estudos e projetos para a frente de drenagem Algés - Alcântara, das infraestruturas desde o descarregador D1 até à EE3 - D16, D17, D19A, D19B, D19C e D20 (em curso);
- Adaptação do projeto dos poços de acesso ao Caneiro de Alcântara – Braço de Sete Rios (concluído);
- Estudos e projetos do sistema de drenagem da margem esquerda do Caneiro de Alcântara (em curso);
- Projeto de execução da duplicação da ribeira da Falagueira (concluído).

Subsistema de Alverca

- Projeto de Beneficiação da estação elevatória da Quinta das Drogas (em curso);
- Projeto de reabilitação da estação elevatória da Póvoa de Santa Iria (em curso);
- Adaptação dos projetos de execução do subsistema de Alverca - Sistemas Elevatórios de Avieiros e Icesa (concluído).

Subsistema de Beirolas

- Projeto de execução do sistema de drenagem da bacia norte afluente à estação elevatória de Sacavém (em curso).

Subsistema de Frielas

- Elaboração do plano de controlo de caudais pluviais no subsistema de Frielas - Fase I (concluído);
- Elaboração do plano de controlo de caudais pluviais no subsistema de Frielas - Fase II (em curso);
- Adaptação do projeto de execução do emissário de Montemor (em curso);
- Projeto de execução do coletor de ligação do Bairro Maximino ao interceptor Serra da Luz/Vale do Forno (concluído).

Subsistema de São João da Talha

- Estudo de adaptação dos interceptores de São João da Talha às redes unitárias (concluído).

Subsistemas do Município de Mafra

- Projeto de execução do emissário de descarga do efluente tratado da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Estudo de dispersão da pluma de efluente do emissário da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Projeto de execução da estação elevatória 2 de Alcainça (concluído);
- Adaptação do projeto de execução do subsistema do Carvalho (concluído);
- Projeto de beneficiação e ampliação do subsistema de Póvoa da Galega Fase II (concluído);
- Projeto de execução da estação elevatória da Arrifana (em curso);
- Projeto de execução da estação elevatória da Praia da Foz do Lizandro (concluído);
- Adaptação do projeto de execução da estação elevatória de Valbom (concluído);
- Adaptação do projeto de execução da estação elevatória da Carvoeira (concluído);
- Adaptação do projeto de execução da estação elevatória da Carvoeira – fase I (concluído).

De âmbito geral

- Medição de caudal III - ETAR (em curso);
- Medição de caudal IV - restantes subsistemas (em curso);
- Prestação de serviços de execução de servidões (em curso);

- Prestação de serviços de levantamentos topográficos (em curso);
- Prestação de serviços de consultoria, assessoria técnica e prospeção geológica - geotécnica (em curso);
- Sistema de informação geográfica da SIMTEJO (em curso);
- Assessoria técnica e execução de serviços de arqueologia no âmbito do sistema de saneamento integrado dos Municípios do Tejo e Trancão (em curso);
- Monitorização ambiental dos meios recetores da SIMTEJO (em curso);
- Implementação de atualizações no modelo do Estuário do Tejo, manutenção e exploração do sistema de modelação (em curso);
- Fornecimento, instalação e manutenção de sistemas de monitorização ambiental - bóia instrumentada (concluído);
- Atualização do modelo hidrológico, modelação da microbiológica e biogeoquímica da bacia do Rio Trancão (em curso);
- Desenvolvimento, implementação e teste da ferramenta de exploração do Modelo (em curso).

6.1.2 Empreitadas

Subsistema de Alcântara

- Conceção/ construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara (em curso);
- Condução de fornecimento de água Alcântara - Cais do Sodré. Troço Alcântara Terra - Rua Tenente Valadim (concluída);
- Instalação de sistema de limpeza automática das lamelas dos Multiflo da ETAR de Alcântara (concluída);
- Instalação de solução semaforizada para a saída de pesados da ETAR de Alcântara (concluída);
- Construção do emissário da Praça do Império e descarregadores e infraestruturas associadas das bacias de drenagem D3 a D9 (em preparação de concurso);
- Benfeitorias nos sistemas elevatórios de Alcântara - fase I (em concurso);
- Reparação do Caneiro de Alcântara - Braço de Sete Rios/Twin Towers (em preparação de concurso).

Subsistema de Alverca

- Construção dos sistemas elevatórios de Avieiros e Icesa (concluída);
- Instalação de novo quadro elétrico na EE da Quinta das Drogas (concluída);
- Transferência do Posto de transformação da EE da Verdilha para a EE de Avieiros (em curso).

Subsistema de Beirolas

- Reabilitação de edifícios nos subsistemas de Chelas e Beirolas (concluída);
- Empreitada de ampliação e beneficiação do edifício das oficinas da ETAR de Beirolas (concluída).

Subsistema de Chelas

- Reabilitação de edifícios nos subsistemas de Chelas e Beirolas (concluída).

Subsistema de Frielas

- Execução do coletor do Bairro Maximino e das primeiras intervenções no futuro parque urbano ribeirinho - Vale do Forno (concluída).
- Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Frielas - Fase I (em preparação de concurso);
- Confinamento e desodorização do tanque de equalização da ETAR de Frielas (em concurso);
- Remodelação do sistema de desinfecção da ETAR de Frielas (em concurso);
- Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes (em curso);
- Sistema de doseamento de cal para as lamas desidratadas da ETAR de Frielas (em curso);
- Fornecimento e montagem de gasómetro na ETAR de Frielas (em curso);
- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo "bolha fina" para tanque de arejamento da ETAR de Frielas (em curso);
- Instalação de um autómato para controlo dos compressores de arejamento da ETAR de Frielas (concluída);
- NEREDA - Substituição da tubagem de saída de água em modo SBR (concluída);
- Fornecimento e montagem de escadas para os digestores e de tampas para a galeria das tubagens de reagentes da ETAR de Frielas (em curso).

Subsistemas do Município de Mafra

- Construção da ETAR da Foz do Lizandro (posse administrativa);
- Execução das serralharias da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Construção dos emissários da Foz do Lizandro - Fase I (parcialmente concluída);
- Construção dos emissários e condutas elevatórias do Subsistema da Foz do Lizandro - Fase II (parcialmente concluída);
- Construção da estação elevatória de Valbom - construção civil (concluída);
- Construção da estação elevatória de Valbom - equipamento eletromecânico e instalações elétricas (em curso);
- Execução da estação elevatória da Carvoeira - fase I (em concurso);
- Construção dos emissários gravíticos do subsistema da Ericeira - fase III (concluída);
- Beneficiação da estação elevatória I da Ericeira (concluída);
- Fornecimento e montagem de Quadro Elétrico e Grupo de Emergência na EEI da Ericeira (em conclusão);
- Ampliação e beneficiação do subsistema da Póvoa da Galega - Fase I - descarregadores de tempestade (em preparação de concurso);
- Remodelação da supervisão da ETAR da Malveira (em curso);
- Beneficiação e ampliação dos subsistemas de Igreja Nova, Cheleiros e Encarnação (em concurso).

Subsistema de Vila Franca de Xira

- Completamento do Emissário de Ligação de Quintas ao Subsistema da Castanheira (concluída).

SIMTEJO (Geral)

- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da SIMTEJO 2011/2012 (em curso);
- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da SIMTEJO 2013/2014 (em concurso);
- Conceção/construção do sistema de medição de caudal dos Subsistemas de Frielas, Beírolas e Vila Franca de Xira (em curso);
- Fornecimento e montagem dos medidores de caudal do Caneiro de Alcântara e Caneiro da Damaia (em curso);
- Remodelação do sistema de alarmes do subsistema da Ericeira (em curso);
- Ramal de ligação da minigeração da ETAR de Vila Franca de Xira (concluída);
- Compensação de energia reativa nas ETAR de Frielas e de Cheleiros (concluída);
- Recondicionamento das cabeças do grupo de cogeração n.º 1 da ETAR de Beírolas (concluída);
- Substituição dos autómatos da cogeração da ETAR de S. João da Talha (concluída);
- Recondicionamento geral do grupo n.º 2 de cogeração da ETAR de Frielas (concluída);
- Recondicionamento parcial do grupo n.º 2 de cogeração da ETAR de Chelas (concluída).

6.2 Exploração

6.2.1 Análise global e por subsistema

Em termos globais, os resultados de serviços de exploração prestados pela SIMTEJO durante o ano de 2012 foram positivos, tendo-se tratado durante o ano um volume global de cerca de 112 milhões de metros cúbicos de água residual.

Durante o ano de 2012 entraram em serviço três novas estações elevatórias (de Icesa e de Avieiros no subsistema de Alverca e da Foz do Lizandro no subsistema de Ericeira), tendo disso desativada uma estação elevatória (EE10 subsistema da Ericeira) passando o global de infraestruturas da SIMTEJO, no final de 2012, a ser de 29 ETAR, 77 estações elevatórias e 274 km de intercetores e condutas elevatórias.

A melhoria da fiabilidade das infraestruturas foi um dos objetivos da atividade da Empresa, tendo-se continuado a desenvolver ações de correção e de beneficiação em vários subsistemas. O desempenho do processo de tratamento continuou a ser a principal preocupação ao nível da operação dos sistemas, sendo a ocorrência de descargas industriais indevidas a principal condicionante. O programa de monitorização da rede e a sensibilização efetuada junto das indústrias permitiram uma redução significativa das descargas indevidas na ETAR de São João da Talha, local com maior histórico de descargas problemáticas. Também no Município de Mafra foi reforçado o programa de sensibilização junto das indústrias no sentido do cumprimento do regulamento de descarga. No caso de subsistema de

Alverca foi desenvolvido trabalho conjunto com a Valorsul destinado a melhorar a qualidade das águas residuais pré-tratadas provenientes do aterro sanitário de Mato da Cruz com o objetivo de as tornar compatíveis com o tratamento biológico existente na ETAR de Alverca.

A redução e otimização dos consumos de energia elétrica foram também objetivos primordiais, tendo sido continuada a aplicação do Plano Geral de Eficiência Energética. Para além da implementação das medidas de racionalização efetuadas em várias instalações, procedeu-se à definição de metodologias de monitorização dos consumos adequadas para medir o comportamento energético dos equipamentos e dos processos de tratamento.

Subsistema de Alcântara

A ETAR de Alcântara funcionou de forma mais ou menos regular não obstante a Empreitada de Conceção/ Construção e Completamento da ETAR de Alcântara ainda se encontrar a decorrer. Apesar de a ETAR ter produzido resultados de tratamento satisfatórios, a instalação ainda não funcionou em “velocidade de cruzeiro”, em particular no que diz respeito à linha de tratamento de tempo húmido. Foi realizada uma auditoria externa que recomendou a introdução de várias medidas de correção e melhoria.

A ETAR de Alcântara foi motivo de auditoria energética no âmbito do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia. O sistema de gestão da operação NAVIA foi completado e generalizou-se a todas as instalações deste Centro Operacional.

Subsistema de Alverca

A ETAR de Alverca consolidou o seu funcionamento regular, tendo os caudais tratados aumentado de forma considerável no segundo semestre de 2012. Este facto implicou a colocação em serviço da terceira linha de tratamento biológico.

Este acréscimo dos caudais tratados, que praticamente duplicaram, deveu-se ao arranque e à colocação em serviço regular dos dois novos sistemas elevatórias da Icesa e de Avieiros e do respetivo sistema interceptor, o que permitiu a recolha e tratamento das águas residuais geradas do lado Sul do subsistema de Alverca, em particular da Póvoa de Santa Iria e de Forte da Casa.

Prosseguiram as diligências, em colaboração com os SMAS de Vila Franca de Xira, no sentido de se sistematizarem procedimentos e de se conhecerem as descargas de águas residuais industriais que, em algumas situações, têm afetado negativamente o tratamento biológico da ETAR de Alverca. De salientar, como atrás se referiu, o trabalho realizado juntamente com a Valorsul destinado a melhorar a tratabilidade das águas residuais provenientes do aterro sanitário de Mato da Cruz.

Com vista a melhorar o conhecimento relativamente às diferentes variáveis que interferem no funcionamento hidráulico e processual da instalação, procedeu-se à construção de um modelo matemático, que após a necessária afinação do processo de calibração passará a ser uma ferramenta de apoio muito importante para a gestão da ETAR.

O sistema informático de apoio à gestão da operação NAVIA passou a ser assegurado em todas as instalações deste Centro Operacional.

Subsistema de Beirolas

O subsistema de Beirolas teve um bom desempenho, proporcionando um efluente final de excelente qualidade. Os esforços desenvolvidos, em estreita cooperação com os Serviços Municipalizados de Loures, no controlo de descargas de origem industrial foram frutuoso, tendo este tipo de ocorrência diminuído consideravelmente face a 2011.

No início de 2012 foi necessário proceder a reabilitações nos digestores de lamas, em serviço ininterrupto há mais de 12 anos e sujeitos a desgaste muito acentuado, dado o elevado grau de agressividade das lamas e do gás aí produzido. Este trabalho de reabilitação originou a libertação pontual de maus cheiros para o exterior.

A ETAR manteve o bom desempenho a nível de consumo energético.

Concluiu-se no final de 2012 a instalação de um sistema de doseamento de hipoclorito de sódio para reforço da desinfecção da água residual tratada com utilização externa, designadamente pela Câmara Municipal de Loures, Parque Expo e outros utilizadores, nomeadamente prestadores de serviços na área dos RSU e da limpeza urbana.

Subsistema de Chelas

O subsistema manteve-se a funcionar em boas condições, com excelentes resultados ao nível do tratamento. No ano 2012 mantiveram-se os esforços a nível da gestão energética, essencialmente procurados a nível do controlo do tratamento biológico. A minimização dos consumos de água potável foi outro dos aspetos em que foram efetuados esforços, designadamente ao nível da substituição de utilizações de água potável por água residual tratada, sendo exemplo o caso da água de reposição nas desodorizações.

Subsistema de Frielas

A ETAR de Frielas funcionou de forma regular, tendo registado no segundo semestre de 2012 na sequência de uma melhor e mais adequada separação sólido-líquido, uma melhoria progressiva da qualidade do efluente tratado e o cumprimento dos objetivos de tratamento. Observou-se também uma melhoria da eficiência do tratamento de afinação processado na biofiltração, após a reparação do equipamento de comando e controlo da lavagem dos filtros, garantindo uma melhor eficácia das lavagens e concomitantemente do processo de filtração.

No que concerne à implementação do plano de eficiência energética, procedeu-se à substituição do equipamento de difusão de ar do tanque de arejamento número 5, que se encontrava em muito mau estado de conservação, de modo a garantir uma maior eficiência de transferência de oxigénio e por consequência uma redução da energia consumida pelos arejadores.

Realizou-se durante o ano de 2012, o estudo prévio e o processo de concurso da empreitada de remodelação e otimização processual da ETAR de Frielas, a lançar em 2013, que considera a requalificação dos desarenadores/ desengorduradores e do equipamento de doseamento de químicos na decantação primária e a otimização do funcionamento dos tanques de equalização e do tratamento biológico (inclui decantação secundária).

No seguimento do Estudo de Controlo de Caudais Pluviais, foram finalizados os projetos dos órgãos de controlo de caudal das bacias de Alfornelos, Brandoa, Calçada de Carriche e Famões, estando prevista a realização da empreitada em 2013.

Subsistema de Bucelas

A ETAR de Bucelas caracteriza-se pela sua fiabilidade e estabilidade processual e qualidade da água tratada, que se mantiveram durante o ano de 2012.

Subsistema de São João da Talha

O Centro Operacional de São João da Talha funcionou de forma regular, sendo de destacar a evolução positiva registada, essencialmente, no segundo semestre de 2012. Tal facto deveu-se, de forma significativa, a uma nítida melhoria das características dos afluentes industriais a tratamento. Houve uma redução das descargas indevidas de origem industrial, o que permitiu uma melhoria significativa da qualidade do efluente tratado, possibilitando o cumprimento sistemático dos parâmetros qualitativos, face aos que figuram na licença de descarga da ETAR de São João da Talha.

Manteve-se uma parceria positiva com os SMAS de Loures, como entidade gestora das redes de drenagem em “baixa”, no sentido de se manter um diagnóstico permanente da situação.

Os menores consumos de água potável e a energia elétrica produzida internamente, através do aproveitamento do biogás produzido na digestão anaeróbia, tiveram bons reflexos nos custos globais da operação desta ETAR.

A exploração do sistema interceptor decorreu seguindo as rotinas implementadas. Realça-se a sistematização das inspeções programadas e das inspeções específicas, sempre que ocorrem fenómenos de precipitação mais intensos, que foram fundamentais para a ausência de situações problemáticas no nos interceptores Norte e Sul do sistema de São João da Talha ao longo de todo o ano de 2012,

Continuou-se a consolidação da utilização de plataformas informáticas de Operação, nomeadamente, a ferramenta de gestão NAVIA.

Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

No subsistema de Vila Franca de Xira é de dar destaque desempenho do tratamento na ETAR de Vila Franca de Xira com índices de qualidade muito bons, garantindo o cumprimento sistemático dos parâmetros da licença de descarga.

Realça-se a consolidação do funcionamento da digestão anaeróbia de lamas, com a utilização do biogás produzido na cogeração (calor e energia elétrica). A eletricidade produzida passou a ser injetada na rede pública em regime de minigeração com a venda ao exterior, garantindo um retorno apreciável, cerca de 50%, do consumo interno da ETAR.

Destaca-se também o funcionamento regular dos intercetores e estações elevatórias em serviço.

Os SMAS de Vila Franca de Xira prosseguiram a execução de novas ligações que, embora de forma mais significativa, contribuíram para o aumento dos caudais de águas residuais encaminhadas a tratamento em tempo seco. Os pequenos subsistemas do Centro Operacional de Vila Franca de Xira funcionaram em regime contínuo, com excelentes resultados de tratamento.

O sistema de gestão da operação NAVIA foi completado e generalizou-se a todos os subsistemas deste Centro Operacional.

Subsistemas do Município de Mafra

As 16 ETAR geridas pela SIMTEJO no Município de Mafra tiveram um funcionamento global satisfatório, continuando contudo a registar-se ocorrências de descargas de águas residuais industriais indevidas, com interferências nos desempenhos das ETAR do Barril, do Milharado, de Lagoa, da Encarnação e da Póvoa da Galega.

Verificou-se durante o ano de 2012 um reforço dos contactos junto das indústrias de forma a dar sistematização ao programa de controlo das águas residuais industriais do município, tendo sido realizadas campanhas de monitorização em vários pontos.

De referir a entrada em serviço de uma nova estação elevatória no subsistema da Ericeira, localizada na praia da Foz do Lizando, e a desativação da EE10 no mesmo subsistema, que deixou de ser necessária após a entrada em serviço de um novo troço de intercetor gravítico (Outeirinho).

O caudal na ETAR de Cheleiros aumentou de forma significativa, como resultado de novas ligações efetuadas das redes em "baixa" às infraestruturas da SIMTEJO.

6.2.1 Aspetos específicos

Caudais

A SIMTEJO tratou nas suas instalações, no ano de 2012, 111.762.507 m³ de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 306.199 m³ e representa uma diminuição global de 5,3% face a 2011. É de referir que se tratou de um ano com precipitação inferior em cerca de 20% face a 2011. A diminuição de caudais foi generalizada com exceção do caso de Alcântara onde o caudal se manteve praticamente inalterado, como consequência de maior estabilidade funcional da ETAR a nível da linha de tratamento. Também nas ETAR de Alverca, Cheleiros e Vila Nova, devido a aumento da população servida pelas novas ligações e novas infraestruturas, o caudal tratado aumentou 25%, 27% e 85%, respetivamente. No caso das ETAR da Quinta de Coutada e de Cachoeiras houve também registos de caudais superiores ao ano anterior, eventualmente como consequência da instalação de novo sistema de medição mais adequado aos caudais diminutos que aí afluem.

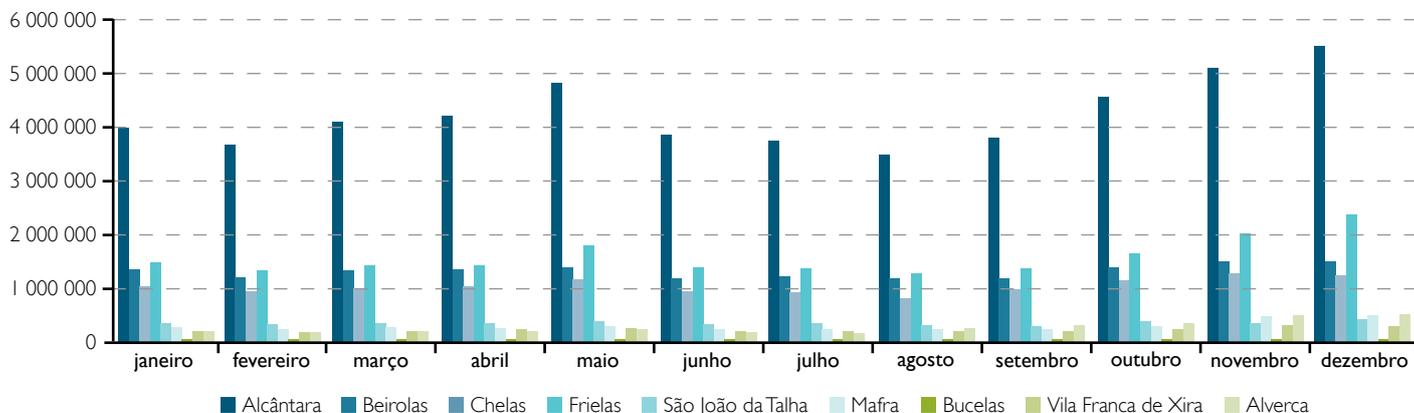
Caudais afluentes (m³)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra ⁽¹⁾	Bucelas	V.F.Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
janeiro	3.946.621	1.341.220	1.041.203	1.477.780	354.301	283.695	35.316	210.621	212.274	8.903.031
fevereiro	3.629.602	1.209.250	937.771	1.333.850	335.519	235.463	33.503	184.286	191.675	8.090.919
março	4.085.016	1.331.860	999.655	1.415.714	345.387	245.168	31.911	204.547	216.545	8.875.803
abril	4.172.492	1.342.690	1.022.304	1.434.160	361.272	261.763	33.649	227.948	209.838	9.066.116
maio	4.785.399	1.408.030	1.147.595	1.768.705	388.779	311.193	36.685	258.586	259.035	10.364.007
junho	3.829.599	1.188.730	932.736	1.383.179	335.956	228.762	25.519	196.067	191.650	8.312.198
julho	3.717.601	1.194.490	901.399	1.343.106	330.503	222.495	22.357	194.687	170.715	8.097.353
agosto	3.458.299	1.200.530	811.354	1.282.757	308.660	236.519	23.019	197.442	273.632	7.792.212
setembro	3.779.701	1.190.850	960.233	1.373.050	315.362	224.373	21.497	209.894	345.128	8.420.088
outubro	4.507.201	1.387.880	1.126.464	1.639.853	370.368	308.305	21.042	258.969	381.951	10.002.033
novembro	5.072.900	1.505.720	1.275.051	2.007.889	358.573	480.797	39.303	317.686	504.287	11.562.206
dezembro	5.456.500	1.470.730	1.218.706	2.351.803	391.255	510.489	45.726	302.874	528.458	12.276.541
Total	50.440.931	15.771.980	12.374.471	18.811.846	4.195.935	3.549.022	369.527	2.763.607	3.485.188	111.762.507

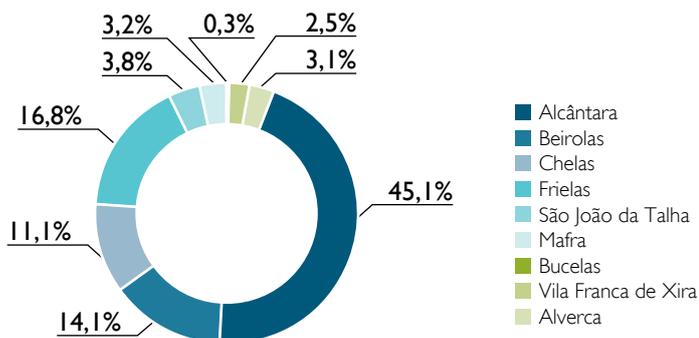
⁽¹⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

⁽²⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Caudais afluentes (m³)



Repartição de caudais por subsistema (%)



Remoção de areias e gradados

No ano de 2012 foram removidas das águas residuais tratadas 2.704 toneladas de areias e 2.250 toneladas de gradados e gorduras, correspondendo, respetivamente, a variações de +6,8% e +15,4% face ao ano anterior. Em termos de areias, ocorreram diminuições significativas em São João da Talha (-43%), Mafra (-29,4%) e Chelas (-15,5%), tendo ocorrido aumentos importantes em Vila Franca de Xira (+269%), Alverca (+26,7%), Frielas (+15,9%) e Alcântara (+14,8%). No que diz respeito aos gradados, registou-se um aumento generalizado em todos os locais com exceção de Mafra (-1,5%) e Vila Franca de Xira (-6,2%). São de destacar os aumentos em Alcântara (+25,3%), Chelas (+20%) e Beirolas (+10%). Em termos de remoção específica de areias, verifica-se que as ETAR Alcântara e Frielas são as que apresentam valores superiores. Na remoção específica de gradados, o valor mais alto foi registado na ETAR de Bucelas.

Remoção de resíduos (kg/m³)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Bucelas	Mafra ⁽¹⁾	V. F. Xira ⁽²⁾	Alverca
Remoção específica de areias	0,027	0,020	0,024	0,026	0,016	0,000	0,021	0,017	0,019
Remoção específica de gradados	0,018	0,025	0,018	0,019	0,025	0,065	0,024	0,023	0,034

⁽¹⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

⁽²⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Remoção de lamas

A produção de lamas atingiu em 2012 as 87.596 toneladas, o que representa um aumento de 6,2% face aos valores de 2011, mantendo-se Alcântara como o principal produtor com 48,2% do total, seguido de Frielas com 13,6%. Os maiores aumentos de produção ocorreram em Bucelas (+150%) e Alverca (35%), aqui como consequência do aumento de atividade na instalação, Mafra (24,3%) e em Frielas (13,3%) Em sentido contrário, de registar a redução de 32,5% em Vila Franca de Xira, resultantes do funcionamento durante a totalidade do ano do processo de digestão anaeróbia de lamas e Chelas (9,5%).

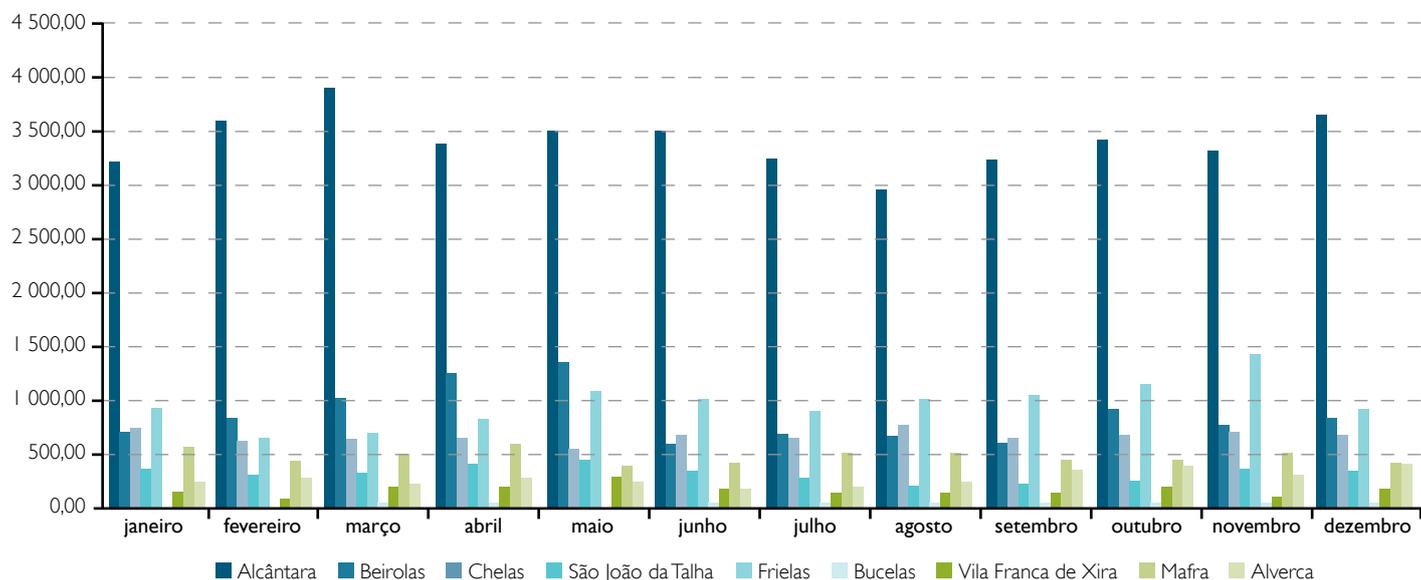
Remoção de lamas (ton.)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	S. J. da Talha	Frielas	Bucelas	V.F.Xira ⁽²⁾	Mafra ⁽²⁾	Alverca	Total
janeiro	3.213,47	717,92	740,16	353,82	933,40	0,00	120,05	548,84	236,02	6.863,7
fevereiro	3.581,90	801,32	616,74	282,86	629,06	0,00	60,00	422,18	266,74	6.660,8
março	3.877,68	996,34	613,14	299,50	679,22	11,94	180,00	508,05	207,58	7.373,4
abril	3.360,86	1.212,70	648,34	380,14	803,08	11,94	180,00	570,13	263,38	7.430,6
maio	3.506,55	1.336,34	540,88	420,22	1.074,96	0,00	270,00	381,59	227,04	7.757,6
junho	3.487,53	567,24	664,44	331,70	1.014,76	35,82	150,00	413,81	150,16	6.815,5
julho	3.239,40	656,86	635,38	248,68	890,22	17,91	120,00	515,14	168,44	6.492,0
agosto	2.950,68	645,34	735,92	186,82	1.021,54	11,94	120,00	524,55	239,54	6.436,3
setembro	3.227,14	605,40	624,78	191,04	1.042,74	29,85	120,00	429,64	327,64	6.598,2
outubro	3.412,36	904,83	674,20	242,12	1.134,12	23,88	180,00	448,38	377,20	7.397,1
novembro	3.304,84	763,64	698,16	341,00	1.418,62	23,88	90,00	508,81	291,96	7.440,9
dezembro	3.630,28	816,48	655,56	338,52	898,72	11,94	150,00	416,77	411,94	7.330,2
Total	40.792,7	10.024,4	7.847,7	3.616,4	11.540,4	179,1	1.740,1	5.687,9	3.167,6	84.596,3

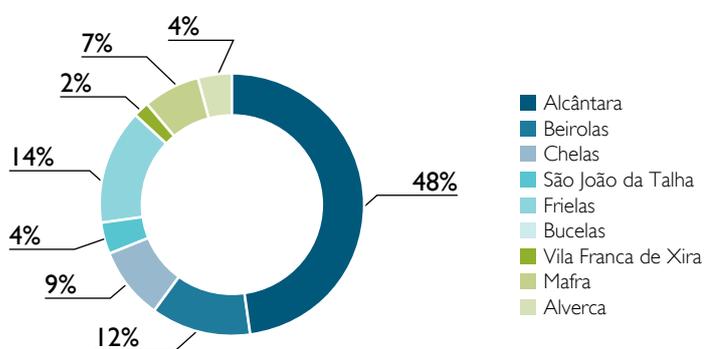
⁽¹⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

⁽²⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

Remoção de lamas (ton.)



Repartição da produção de lamas (%)



Energia

Em 2012 consumiram-se cerca de 54,9 milhões de kWh, o que traduz uma redução de 1,2% face a 2011. A esta redução de consumo correspondeu, no entanto, um aumento de 11% do custo tendo em conta o aumento das tarifas energéticas (que rondaram os 13%, mesmo na sequência de concurso público para o universo AdP). Verificou-se um aumento importante de energia apenas em Alverca (+14,9), resultante do aumento importante de atividade no subsistema, tendo ocorrido aumentos na ordem dos 2% em Beirolas, Vila Franca de Xira e São João da Talha. Houve reduções importantes de energia em Bucelas (-23,5%) e Frielas (-8,8%), tendo as variações em Alcântara e Chelas sido nulas.

Energia consumida (kWh)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra ⁽¹⁾	Bucelas	V.F. Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
janeiro	1.767.947	438.594	517.921	811.537	266.603	279.930	22.253	128.384	194.382	4.427.551
fevereiro	1.674.801	488.680	467.230	768.995	258.756	246.609	25.348	118.124	168.580	4.217.123
março	1.912.449	550.241	495.909	791.373	284.889	247.453	22.926	131.751	186.474	4.623.465
abril	1.717.461	494.214	470.322	805.595	261.165	300.747	22.154	131.645	195.554	4.398.857
maio	2.022.497	518.743	484.363	792.840	276.405	294.014	24.376	144.885	208.232	4.766.355
junho	1.870.096	485.257	472.350	834.258	254.330	270.288	22.206	132.664	204.774	4.546.223
julho	1.793.127	484.017	473.264	877.414	258.413	295.496	20.800	130.226	188.791	4.521.548
agosto	1.756.182	487.936	474.726	851.181	254.246	289.914	22.359	129.661	199.174	4.465.379
setembro	1.911.417	473.332	446.358	921.103	263.107	273.538	18.352	128.556	222.170	4.657.933
outubro	1.993.032	488.460	444.915	842.184	260.131	292.946	22.964	142.864	243.711	4.731.207
novembro	1.866.967	477.467	433.332	765.979	256.935	298.163	22.536	141.026	283.765	4.546.170
dezembro	2.183.609	494.483	485.648	877.741	267.426	301.192	21.993	148.071	316.296	5.096.459
Total	22.469.585	5.881.424	5.666.338	9.940.201	3.162.406	3.390.290	268.267	1.607.858	2.611.903	54.998.271
kWh/m ³	0,445	0,373	0,458	0,528	0,754	0,955	0,726	0,582	0,749	0,492

Energia Consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por Energia Consumida a soma da Energia Adquirida à Rede Elétrica com a Energia Produzida nas instalações de Cogeração (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas, São João da Talha e Vila Franca de Xira)

⁽¹⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

⁽²⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Custo da energia consumida (euros)

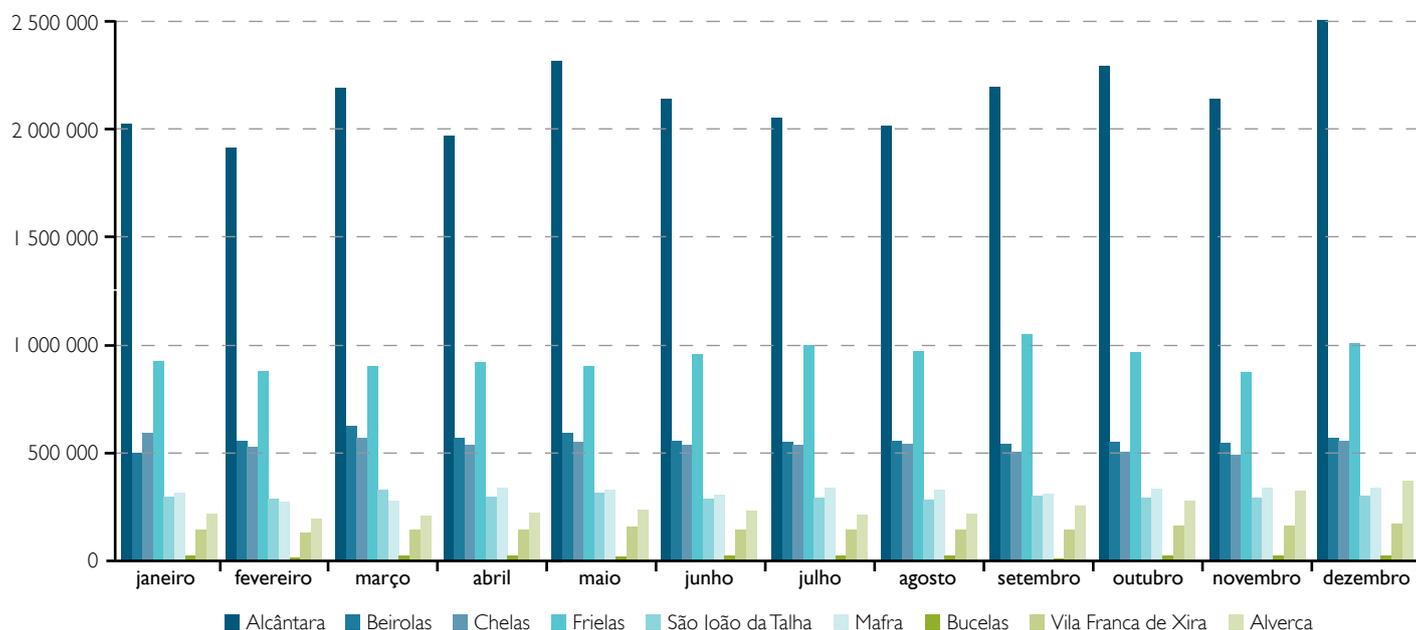
Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra ⁽¹⁾	Bucelas	V.F. Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
janeiro	183.920,03	42.729,66	44.394,76	66.838,59	20.582,02	33.472,68	2.272,83	15.542,70	20.504	430.257,31
fevereiro	176.953,77	50.182,39	34.495,15	65.178,72	20.655,63	29.969,96	2.622,56	13.730,59	18.100	411.888,54
março	198.224,69	55.517,31	36.575,82	59.623,37	22.275,61	30.210,94	2.354,59	14.062,93	19.843	438.688,20
abril	179.837,59	52.801,51	34.347,53	58.846,33	19.377,90	36.447,54	2.208,80	14.999,41	20.706	419.572,92
maio	211.709,09	53.531,45	36.802,39	62.216,09	19.215,44	35.584,70	2.475,90	10.495,67	21.752	453.783,13
junho	193.818,48	48.429,02	36.586,99	66.956,67	18.510,35	33.649,06	2.270,77	9.178,79	21.292	430.691,83
julho	187.805,56	41.279,59	39.001,86	69.593,30	16.756,26	36.102,25	2.123,08	9.306,84	19.862	421.831,07
agosto	182.667,19	43.704,87	38.579,97	74.589,93	16.513,58	35.589,56	2.286,93	11.097,68	20.723	425.752,35
setembro	200.299,91	38.031,76	34.546,35	80.328,15	18.227,09	33.723,86	1.911,46	10.234,24	23.023	440.325,54
outubro	206.694,45	35.556,67	34.096,49	75.054,48	17.663,99	35.428,80	2.313,50	10.524,11	26.164	443.496,03
novembro	194.458,42	36.517,47	34.318,86	66.465,50	18.594,80	36.035,58	2.299,39	9.829,75	29.549	428.069,20
dezembro	224.860,31	36.442,82	41.110,80	79.087,30	18.032,10	36.812,51	2.235,88	10.014,53	33.221	481.816,93
Total	2.341.249,50	534.724,51	444.856,98	824.778,42	226.404,77	413.027,45	27.375,69	139.017,24	274.738,51	5.226.173,05
kWh/m ³	0,1042	0,0909	0,0785	0,0830	0,0716	0,1218	0,1020	0,0865	0,1052	0,0950

Energia Consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por Energia Consumida a soma da Energia Adquirida à Rede Elétrica com a Energia Produzida nas instalações de Cogeração (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas, São João da Talha e Vila Franca de Xira). Ao custo da energia adquirida em Vila Franca de Xira é descontado o valor (proveito) da energia vendida no regime de minigeração.

⁽¹⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

⁽²⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Energia Consumida (kWh)



Energia produzida internamente e respetiva taxa de cobertura

Mês	Beirolas		Chelas		Frielas		S. J. Talha		V. F. Xira	
	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)
janeiro	23830	5,4	59940	11,6	184741	22,7	52655	19,8	-	0
fevereiro	-	0,0	127680	27,3	138036	17,8	49674	19,2	-	0
março	-	0,0	138720	28,0	218681	27,5	56851	20,0	8406	7
abril	1810	0,4	137160	29,2	219351	27,1	60590	23,2	-	0
maio	18640	3,6	120840	24,9	182176	22,8	81219	29,4	3295	30
junho	36151	7,4	104400	22,1	179161	21,4	65701	25,8	3154	32
julho	96790	20,0	85080	18,0	198196	22,4	89075	34,5	3023	31
agosto	85380	17,5	91380	19,2	118333	13,8	88934	35,0	2029	21
setembro	124329	26,3	102000	22,9	138292	15,3	78027	29,7	2485	26
outubro	161340	33,0	105240	23,7	99890	11,8	82390	31,7	2844	27
novembro	140570	29,4	98220	22,7	123924	16,0	71473	27,8	3129	31
dezembro	157889	31,9	72660	15,0	96630	11,0	84313	31,5	3347	31
Total	846.729	14%	1.243.320	22%	1.897.411	19%	860.902	27%	31.713	18

Nota: taxa de cobertura calculada em relação ao consumo de energia do subsistema.

No ano de 2012 registou-se uma redução de 5,3% da energia produzida, que se deveu, essencialmente, à redução da produção em Beirolas (-33,1%), resultante da intervenção de reabilitação dos digestores que implicaram a paragem da digestão durante algum tempo, e Frielas (-9,5%). Em Chelas e São João da Talha registaram-se aumentos de, respetivamente, 17,3% e 18,1%. De referir que, nos locais onde o desempenho da cogeração melhorou face a 2011, a variação dos custos de energia foi positiva face à variação do consumo e da tarifa, ocorrendo o oposto no caso dos subsistemas em que aquele desempenho piorou. É de destacar a ETAR de V.F. de Xira onde a partir de maio se passou a vender energia à rede, tendo sido vendidos 276.808 kWh dos 308.521 kWh produzidos (a diferença foi consumida internamente), correspondendo a uma receita de 41.493,52 euros (68,5% do custo da energia adquirida na ETAR durante a totalidade de 2012).

Reagentes

Em termos globais, verificou-se em 2012 um aumento (13,7%) do custo de reagentes, motivado, essencialmente, pelo aumento significativo registado em Alverca, Beirolas, Chelas, Frielas e São João da Talha. O aumento em Alverca explica-se pelo aumento significativo da atividade no subsistema, ao passo que nos restantes casos os aumentos se devem ao crescimento (previsto) de consumo de cal na estabilização de lamas, mas também a aumentos de consumo de floculante na desidratação de lamas. O consumo de floculante em Alcântara também cresceu mas foi compensado pela redução no consumo de cloreto férrico e floculante na fase líquida, tendo o custo de reagentes naquele subsistema aumentado 0,8%. Em sentido oposto foi a variação do custo de reagentes em Vila Franca de Xira que teve uma redução de cerca de 11%.

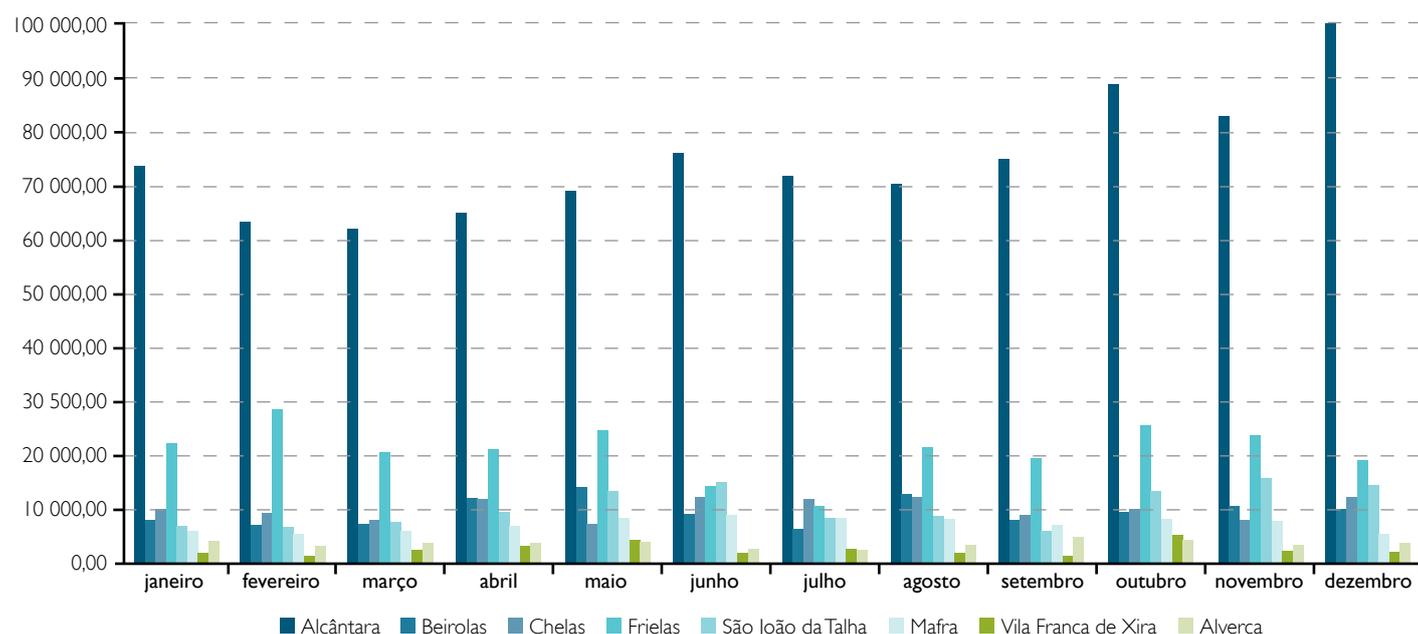
Custo de reagentes (euros)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. Talha	Mafra ⁽¹⁾	V. F. Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
janeiro	64.625,91	6.790,71	8.626,37	19.283,57	5.894,45	5.093,53	1.583,86	3.328,18	115.226,58
fevereiro	55.554,70	6.175,86	8.197,96	24.910,00	5.872,89	4.748,15	1.217,03	2.692,50	109.369,09
março	54.442,11	6.252,51	6.939,47	17.914,09	6.567,54	5.305,48	1.912,87	3.122,52	102.456,59
abril	56.549,01	10.488,80	10.442,25	18.370,85	8.133,00	5.784,98	2.636,98	3.118,97	115.524,85
maio	60.487,99	12.108,21	6.225,19	21.428,92	11.437,35	7.181,07	3.822,01	3.220,55	125.911,28
junho	66.824,56	7.672,45	10.652,26	12.538,86	13.036,14	7.632,22	1.800,21	2.432,29	122.588,99
julho	62.929,12	5.493,36	10.414,90	9.242,50	7.230,94	7.355,69	2.318,66	1.988,25	106.973,42
agosto	61.836,79	10.897,01	10.817,70	18.738,39	7.472,71	7.079,55	1.621,79	2.979,99	121.443,93
setembro	65.897,77	6.802,76	7.672,43	16.973,09	5.306,33	5.986,94	1.298,35	3.902,38	113.840,07
outubro	78.142,02	8.159,60	8.728,01	22.272,28	11.614,22	7.046,21	4.289,96	3.784,66	142.246,00
novembro	72.802,35	9.172,37	6.840,74	20.830,02	13.989,46	6.603,50	1.991,81	2.850,59	135.080,83
dezembro	88.153,29	8.642,48	10.736,78	16.704,64	12.712,02	4.684,66	1.700,98	3.259,01	146.593,86
Total	788.245,62	98.656,14	106.294,07	219.207,21	109.267,05	74.501,99	26.194,52	36.679,88	1.457.255,48

⁽¹⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

⁽²⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Custo de reagentes (euros)



Água potável

No ano de 2012 registou-se uma diminuição de cerca de 13% no consumo da água potável, a que correspondeu uma diminuição de custo de cerca de 9,5%. As diminuições foram generalizadas, rondando valores entre os 10 e os 25%, com exceção de Beirolos onde ocorreu um aumento de 12%. As reduções foram mais significativas em termos de volume em Alcântara e em termos percentuais em Chelas (-49%). As reduções de consumo resultaram de programas de substituição de água potável por água residual tratada.

De destacar o caso da ETAR de São João da Talha, onde a uma redução de consumo de 41% correspondeu um aumento de custo de 11%, devendo-se isto ao facto da ETAR consumir volumes baixos e as componentes fixas da tarifa terem aumentado significativamente.

Custo de água potável (euros)

Mês	Alcântara	Beirolos	Chelas	Frielas	S. J. Talha	Mafra ⁽¹⁾	Bucelas	V. F. Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
janeiro	8.829,73	2.298,77	1.513,05	3.325,07	436,56	2.295,96	7,82	2.511,08	1.837,50	23.055,54
fevereiro	5.855,28	1.681,56	2.042,76	3.370,92	430,51	2.452,39	6,78	2.739,39	1.183,11	19.762,71
março	10.317,06	1.487,77	1.019,16	3.330,09	126,51	2.305,87	7,82	2.602,78	1.578,24	22.775,30
abril	14.030,24	1.337,71	1.472,04	4.040,63	136,61	2.995,45	7,47	2.436,29	1.606,01	28.062,45
maio	22.495,57	1.303,30	888,22	3.475,12	492,11	2.913,37	457,92	2.509,58	2.208,42	36.743,62
junho	21.967,18	1.022,37	938,16	3.380,79	152,51	3.197,69	1.103,18	2.195,61	2.054,59	36.012,09
julho	21.138,54	1.176,00	923,80	2.623,75	133,48	2.884,30	910,57	2.661,97	1.020,02	33.472,42
agosto	34.293,90	1.371,39	883,93	3.263,50	133,48	3.151,14	383,47	2.449,44	1.073,99	47.004,24
setembro	17.191,46	2.017,15	749,21	3.210,25	107,39	2.999,73	393,27	1.942,14	1.260,31	29.870,92
outubro	18.644,35	2.820,83	972,35	3.152,32	117,02	2.977,28	735,98	2.416,97	1.931,20	33.768,30
novembro	8.039,12	2.091,31	1.290,81	3.538,63	127,65	2.244,63	271,44	2.002,46	1.075,57	20.681,62
dezembro	8.214,22	3.251,58	764,41	2.407,32	317,87	2.258,11	302,24	1.207,62	1.726,81	20.450,19
Total	191.016,65	21.859,74	13.457,90	39.118,41	2.711,70	32.675,92	4.587,97	27.675,33	18.555,77	351.659,40

Inclui os consumos da ETAR e das EE de cada subsistema

⁽¹⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

⁽²⁾ Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Resultados analíticos

Os resultados globais de tratamento foram positivos, tendo-se atingido 96,6% de população servida com tratamento satisfatório (indicador ERSAR). Mantêm-se, contudo, algumas dificuldades nas ETAR sujeitas a influência de descargas industriais indevidas, designadamente, as ETAR de Frielas, São João da Talha, Alverca, Alcainça, tendo estas as instalações maiores dificuldades na obtenção sistemática de resultados satisfatórios, mas sendo de destacar que, nos três primeiros casos se registou uma variação muito positiva face a 2011.

6.3 Manutenção

Durante o ano de 2012, realizaram-se intervenções de manutenção preventiva, preditiva, corretiva e de reparação. Consolidou-se no Sistema de Manutenção e Gestão de Ativos (sistema Máximo) na vertente manutenção preventiva, com elaboração e lançamento de percursos de lubrificação, mudança de óleo e verificação de instrumentos de campo. Efetuaram-se levantamentos e verificações com vista à renovação e beneficiação de equipamentos e instalações antigas e obsoletas.

Das reparações e substituições de equipamentos efetuadas destacam-se as seguintes:

- Recondicionamento geral do grupo de cogeração n.º 2 da ETAR de Frielas;
- Substituição dos pedestais das eletrobombas da EE3 de Frielas;
- Reabilitação da ponte raspadora e respetivo acionamento mecânico do espessador 2 da ETAR de Frielas;
- Reparação de eletrobomba de recirculação da instalação de desodorização da ETAR de Alcântara;
- Recondicionamento parcial do grupo de cogeração n.º 2 da ETAR de Chelas;

- Revisão dos raspadores de fundo da decantação primária da ETAR de Chelas;
- Reparação de tamisador da ETAR de Chelas;
- Execução de quadro elétrico e instalação elétrica para compressores de biogás para agitação da digestão na ETAR de São João da Talha;
- Reparação da cama e do parafuso de Arquimedes do 2º estágio da ETAR de São João da Talha;
- Reparação do purificador de biogás da ETAR de São João da Talha;
- Substituição dos autómatos da cogeração da ETAR de São João da Talha;
- Recuperação de permutador de lamas da ETAR de São João da Talha;
- Recondicionamento das cabeças do grupo de cogeração n.º1 da ETAR de Beirolas;
- Substituição de eletrobomba na EE18 do interceptor de Beirolas;
- Reparação de eletrobomba da EE16 do interceptor de Beirolas;
- Melhoria das condições de ventilação no Laboratório de Beirolas;
- Reabilitação da mini pá carregadora Bobcat.

6.4 Laboratórios

Durante o ano de 2012 foram recebidas 10.463 amostras, das quais 347 amostras foram extra plano, tendo sido realizados no total 41.644 ensaios, nas duas Unidades Laboratoriais. Foram subcontratados cerca de 2.604 ensaios, sendo que 96,5% do peso de subcontratação se encontrou alocado aos planos de rotina. O controlo de qualidade das lamas, para efeitos de avaliação da conformidade legal, correspondeu a 59,6% do total, 26,9% a controlo de processo e 4,4% ao controlo da qualidade do biogás produzido. A subcontratação decorrente de solicitações extra planos teve um peso de 3,5%, sendo de 5,5%, a subcontratação decorrente do cumprimento de outras obrigações legais (PRTR).

Concluiu-se a participação do laboratório na equipa envolvida no projeto WW4-life Environment, no âmbito do programa LIFE Ambiente, que envolveu a realização de cinco campanhas de amostragem que representaram uma logística de amostragem, separação e conservação de amostra, num esforço conjugado de vários parceiros do projeto, garantido a partir do laboratório e que se traduziu na monitorização de um mínimo de quatro pontos de colheita e um máximo de 10, tendo sido recolhidas 94 amostras e realizados 761 ensaios na componente analítica da SIMTEJO.

Decorreu por proposta e coordenação de HST e acompanhamento do Laboratório, um estágio de licenciatura no âmbito da Higiene e Segurança, que se encontra em fase de conclusão.

Em janeiro deu-se início com a área de I&D, via SIG e DO aos trabalhos de georreferenciação dos pontos de colheita, com vista à sua colocação no SIG, tendo sido dada sequência, com mais este desenvolvimento, aos objetivos traçados aquando da implementação do novo sistema de codificação efetuado em 2011. Pretende-se, na fase seguinte, relacionar cada ponto de colheita com o seu histórico de qualidade, por via da ligação direta ao Nautilus, AQUASAFE ou NAVIA.

O Laboratório participou ainda em ensaios interlaboratoriais para todo o âmbito da acreditação, promovidos pelas entidades IELAB e LGC, nos circuitos QWAS e QM (Aquachek) e Relacre tendo o desempenho sido globalmente satisfatório.

Em dezembro de 2012 o Laboratório integrou o ciclo de auditorias no âmbito do processo de Certificação em Qualidade Ambiente e Segurança, mantendo-se, englobado no mesmo como área complementar ou de suporte.

Como corolário do trabalho desenvolvido com o respirómetro Strathox e da parceria técnica desenvolvida, a SIMTEJO foi convidada, através do laboratório, a integrar equipa de projeto internacional (Escocesa, Portuguesa e Polaca), candidato ao programa FP7, com o projeto, “ASP-CON: *Dynamic control of the Activated Sludge process to achieve substantial and sustainable energy and CO₂ emissions reductions and improved treatment control by using a network of newly developed multi-parameter in-situ respirometers*”, a ser desenvolvido e coordenado, em caso de aprovação, pela área de I&D, com a colaboração da DO e do Laboratório.

6.5 Qualidade e Responsabilidade Social

Findo o 1º ciclo de Certificação de três anos do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança da SIMTEJO, o ano de 2012 implicou uma Auditoria de Renovação marcada principalmente pela alteração da localização da sede na nova ETAR de Alcântara.

No global, este foi um dos aspetos de maior relevância nesta auditoria face ao trabalho desenvolvido no sentido de dar cumprimento a todos os requisitos aplicáveis e outros e às condicionantes temporais desta alteração. Sendo uma Auditoria de Renovação, a extensão da amostragem e a verificação de requisitos total implicou uma avaliação exaustiva a todos os processos e procedimentos da SIMTEJO, tendo tido, no entanto, um resultado muito bom.

A SIMTEJO tem um sistema de gestão que está, globalmente, concebido, implementado e mantido de acordo com as normas e demonstra aptidão para, de uma forma consistente, cumprir os requisitos aplicáveis, e atingir os objetivos e realizar as políticas da Organização.

6.6 Comunicação e Educação Ambiental

No ano de 2012, a SIMTEJO deu a conhecer a missão da Empresa, o seu crescimento, os seus resultados e as ações que protagoniza e sensibilizou as populações locais para os benefícios e condicionamentos das empreitadas. Coordenou ainda a comunicação interna e externa da Empresa.

Foram desenvolvidas diversas atividades, das quais se destacam:

Desenvolvimento do Seminário “10 anos afirmando o Saneamento do Tejo e Trancão”

No âmbito dos 10 anos da SIMTEJO, foi realizado o Seminário “10 anos afirmando o Saneamento do Tejo e Trancão”, a 23 de março, no Centro de Congressos de Lisboa - Junqueira (antiga FIL) - integrado na AcquaLifeExpo. O Seminário debruçou-se sobre as principais obras e projetos de sucesso da Empresa e as soluções tecnológicas no tratamento da água para a próxima década. A SIMTEJO esteve ainda presente no evento AcquaLifeExpo com um *stand* onde disponibilizou diversos materiais informativos sobre a sua atividade, nomeadamente, um folheto sobre os “10 anos da SIMTEJO”.

Lançamento do site “Laboratórios SIMTEJO”

Com o objetivo de dar a conhecer as funções do Laboratório da Empresa e reforçar a credibilidade da atividade da Empresa externamente, foi criado o site “Laboratórios SIMTEJO” <http://www.simtejo.pt/laboratorio>. Para divulgar este site junto do público em geral, foi desenvolvido um concurso em parceria com o Jornal Água&Ambiente. No concurso, os participantes deveriam acertar na resposta à pergunta “Quantas análises são efetuadas nos laboratórios da SIMTEJO por ano?”, para poderem ganhar de prémio um *tablet*.



Realização do “Concurso de Ideias”

Em 2012 foi lançada a 1.ª edição do “Concurso de Ideias”, integrada nas comemorações dos 10 anos da SIMTEJO, para os Colaboradores da Empresa. O concurso convidava a apresentarem propostas para melhorar a eficiência operacional no local de trabalho.

Das 27 propostas apresentadas a concurso, foram distinguidos dois primeiros lugares com a ideia de intercâmbio interno de funções. Assim, foram entregues os seguintes prémios:

- 1º Prémio em ex aequo às propostas de Alverca (n.º de Trabalhador 249 Ana Catarina Fernandes Pecurto) e Sede (n.º de Trabalhador 175 - Ricardo Manuel Camilo Gonçalves), sendo atribuído a cada um deles um prémio de €400,00;
- 3º Prémio em ex aequo às propostas de Alcântara (n.º do Trabalhador 202- Paulo Alexandre Arcanjo Júlio da Fonseca Coelho) e Chelas (n.º de Trabalhador 71- Paulo Jorge Resende Duarte), sendo atribuído a cada um deles um prémio de €150,00.

Comemorações do 10º aniversário SIMTEJO

Concurso de Ideias - 2ª edição

Até 15 de Novembro de 2012 não perca a nova oportunidade de participar no seu futuro. Impressos não faltam. Ideias precisam-se! Por vezes, ideias simples são as muito importantes. Regulamento disponível na intranet.



"As boas ideias não têm idade, têm apenas futuro."
Autor: Robert Mallet

Os prémios:
 Vencedor: 500 Euros
 2º Classificado: 400 Euros
 3º Classificado: 300 Euros
 Menção Honrosa: 150 Euros (máx.5)

Escolha um tema:

1. Otimização de processos, tarefas ou atividades;
2. Melhorar o trabalho, no sentido não só de maior eficácia mas também de maior eficiência;
3. Otimizar recursos, nomeadamente os energéticos, mas também o consumo de água potável;
4. Prevenir acidentes e aumentar a segurança;
5. Minimizar os impactos ambientais e a pegada de carbono;
6. Promover a motivação individual e da organização;
7. Contribuir para a valorização da imagem da empresa.

Tendo em conta o sucesso da iniciativa, no final do ano foi lançada a 2ª edição do “Concurso de Ideias”.

Criação da Intranet SIMTEJO

Com o objetivo de melhorar a comunicação interna, foi desenvolvida uma plataforma *online* com notícias ligadas à atividade da Empresa e com assuntos de interesse geral. O “Programa Tolerância Zero ao Acidente” ou a ação de solidariedade da SIMTEJO à Ajuda de Mãe foram algumas das notícias veiculadas pela *intranet*.

Vila Franca de Xira comemora o Natal

Foi com grande animação que a equipa do Centro Operacional de Vila Franca de Xira se juntou ontem para preparar um jantar de Natal. A confraternização teve como ponto de partida a celebração de todos os elementos do CO.



Partilhem os vossos momentos natalícios na SIMTEJO e enviem fotos do almoço de NATAL da empresa. Enviam as imagens para Eugénia Dantas e dantas@simtejo.adp.pt



Esta entrada foi publicada em *Uncategorized* por Eugénia. [Ligação permanente](#).

Desembro 2012 por Eugénia

Equipa do CO de Frielas apoia a Casa do Infancado

A equipa da ETAR de Frielas juntou-se para promover uma iniciativa de cariz social, através da recolha de alimentos para constituir um Cabaz de Natal e ser entregue a uma Instituição de Solidariedade Social, em Loures.



Hoje foi visível o sucesso da ação pois foi necessário dois veículos transportar os géneros alimentícios. Com o contributo de todos foi possível constituir um enorme Cabaz de Natal entregue à Casa do Infancado, da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família.

Sobre a Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família

Desde 1966, data em que foi fundada, que a Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (A.P.D.M.F.) vem desenvolvendo a sua atividade nos domínios da proteção e defesa dos direitos da criança e da família. A Casa do Infancado da A.P.D.M.F. surgiu com a ajuda da Câmara Municipal de Loures que cede a instalação. <http://www.crescerser.org>

Esta entrada foi publicada em *Uncategorized* por Eugénia. [Ligação permanente](#).

Lançamento do novo sítio da SIMTEJO

Tendo em conta a necessidade de disponibilizar mais informação sobre a SIMTEJO, o sítio da Empresa na *internet* foi atualizado com mais dados e com um novo grafismo. Com o mesmo endereço, www.simtejo.pt, o sítio foca a atividade da Empresa nas suas diferentes áreas: Comunicação e Imagem, Educação Ambiental, Exploração, Qualidade, Ambiente e Segurança, Investigação e Desenvolvimento, Manutenção e Gestão de *Stock* e Recursos Humanos e Financeira. O sítio explica ainda as características do Sistema Multimunicipal e apresenta informação detalhada sobre os seus subsistemas.

Desenvolvimento da iniciativa “Hidrobox”

A SIMTEJO realizou a iniciativa itinerante “Hidrobox” para sensibilizar a população dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira para a importância da água. Esta iniciativa consistiu na exibição da peça “A História Sensorial da Água”, criada apenas com sons, sem recurso a imagens ou palavra. Nesta iniciativa é ainda exibido um filme da SIMTEJO sobre o funcionamento de uma Estação de Tratamentos de Águas Residuais. A “Hidrobox” contou com o apoio do GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, na coordenação da ação, e das autarquias, na divulgação da iniciativa junto da população e das escolas. Em 2012, a “Hidrobox” esteve aberta durante 22 dias, recebeu mais de 2.600 visitantes e esteve presente em: Amadora (Centro Comercial Dolce Vita Tejo); Odivelas (Senhor Roubado); Vila Franca de Xira (ETAR de Vila Franca de Xira e Jardim Municipal Constantino Palha); Idanha-a-Nova (evento ACANAC).



Open Day na ETAR de Vila Franca de Xira

No Dia Mundial do Ambiente (5 de junho), a SIMTEJO abriu as portas da ETAR de Vila Franca de Xira a toda a população que quisesse conhecer este Centro Operacional. Com a colaboração da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que divulgou a ação junto da população local, duas escolas do ensino secundário visitaram as instalações e ainda participaram na iniciativa “Hidrobox”.



7. Objetivos de Gestão

A Assembleia-Geral de Acionistas da SIMTEJO, de 17 de junho de 2010, aprovou orientações estratégicas para a administração da Empresa.

Orientações estratégicas gerais

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do Setor Empresarial do Estado, determina:

- As Empresas públicas que integram o Setor Empresarial do Estado devem, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança.
- As Empresas públicas que integram o Setor Empresarial do Estado devem ser socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos.
- As Empresas públicas prestadoras de serviços de interesse económico geral devem, em especial, promover o equilíbrio adequado, devidamente evidenciado nos seus instrumentos previsionais de gestão (IPG), entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, no quadro geral das respetivas fontes de financiamento, e da sua compatibilidade com o esforço financeiro global do Estado com o seu setor de atividade, tal como resulta das afetações de verbas constantes do orçamento do Estado em cada exercício.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprova os Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado determina que estas Empresas devem:

• **Contratualização da prestação de serviço público**

As Empresas encarregues da prestação de serviço público devem elaborar e apresentar ao Estado propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos auditáveis e que reflitam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas de mercado. Os contratos devem ser equilibrados e estabelecer direitos e obrigações recíprocos entre Estado e Empresas, bem como as correspondentes penalizações em caso de incumprimento.

• **Qualidade de serviço**

As Empresas públicas devem adotar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes/ utentes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria.

• **Política de recursos humanos e promoção da igualdade**

Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da Empresa, e conceber e implementar planos de igualdade, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

• **Encargos com pensões**

Proceder, nos casos em que tal não haja sucedido, à segregação das responsabilidades já existentes com pensões dos trabalhadores, incluindo a programação do respetivo financiamento, propondo ao Ministro das Finanças e aos ministros responsáveis pelos setores de atividade a adoção dos instrumentos adequados para o efeito.

• Política de inovação e sustentabilidade

Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental.

• Sistemas de informação e controlo de riscos

Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da Empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas.

• Política de compras ecológicas

Adotar os princípios da Estratégia Nacional para as Compras Ecológicas 2008-2010, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio, em articulação com a Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, e com a Agência Portuguesa do Ambiente.

O Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio de 2008, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, determina que, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro, devem as Empresas públicas não financeiras prestar informação, mediante o envio à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes elementos, e segundo os prazos que se seguem:

- Planos de atividades anuais e plurianuais, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, os objetivos e as orientações definidas pelo Estado, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, as orientações e os objetivos definidos pelo Estado, acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Documentos de prestação anual de contas individuais e consolidadas, bem como os relatórios produzidos pelos auditores externos, quando disponíveis, e o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data da Assembleia-Geral anual;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que sejam exigíveis, nos 30 dias subsequentes à data final do período a que respeitam;
- Cópias das atas das Assembleias-Gerais e das deliberações unânimes por escrito, nos 15 dias subsequentes à sua realização;
- Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da Empresa e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico-financeira, nos 10 dias subsequentes à realização do pedido, salvo indicação de prazo diverso.

Orientações estratégicas específicas

O Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de fevereiro de 2006, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, estabelece que o Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão corrente da Empresa, deve desenvolver a suas atividades tendo por base as seguintes orientações estratégicas:

- Cumprir as metas, as obrigações e as responsabilidades estabelecidas no Contrato de Concessão e nos contratos de fornecimento de água e recolha de águas residuais;
- Implementar, desenvolver e assegurar:
 - A conceção, a construção, o financiamento, a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal,
 - A disponibilização, aos seus utilizadores, de um serviço público regular, com o nível adequado e custos socialmente aceitáveis em linha com o previsto no Contrato de Concessão,
 - A sustentabilidade económica, financeira e social dos Sistemas através de uma gestão empresarial exigente e responsável,
 - A utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social,
 - A otimização da gestão do Sistema e a geração de economias de escala e de gama;
- Garantir o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos Acionistas no âmbito do contrato de gestão para a Empresa;

- Colaborar com o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto Concedente, na adaptação e adequação do Contrato de Concessão:
 - Às circunstâncias decorrentes da reestruturação e reorganização das concessões e das medidas de saneamento financeiro das concessionárias que se venham a revelar necessárias,
 - Aos ajustamentos dos investimentos previstos aos objetivos e à legislação em vigor em cada momento;
 - Desenvolver atividades que, com base na estratégia definida para o setor no PEAASAR para o período 2007-2013, permitam e possibilitem:
 - Alargar a outros municípios e territórios a prestação do serviço público disponibilizado, sempre que as economias daí resultantes o recomendem,
 - Garantir o cumprimento dos Planos de Atividades, dos Orçamentos e dos Planos de Investimentos anuais e plurianuais da Empresa;
 - Adotar, desenvolver e implementar medidas que, no quadro das orientações estratégicas que venham a ser determinadas, permitam:
 - A recuperação das dívidas respeitantes ao capital social por parte dos acionistas das empresas concessionárias,
 - A cobrança dos serviços prestados pela Empresa aos utilizadores e aos clientes,
 - A redução das dívidas acumuladas referentes aos serviços prestados,
 - Assegurar e garantir o cumprimento, por parte dos acionistas e dos utilizadores, de todas as obrigações devidamente contratualizadas;
 - Cumprir escrupulosa e atempadamente as obrigações para com o Concedente e o Regulador, garantindo que as determinações destes são acatadas;
 - Cumprir as obrigações ambientais decorrentes do quadro normativo em vigor, bem como as orientações estratégicas que vierem a ser estabelecidas pelas entidades competentes na área do ambiente e que abrangem a Empresa;
 - Promover a realização dos procedimentos que garantam a obtenção das autorizações, licenças e contratos que habilite a Empresa para o exercício das suas atividades;
 - Estabelecer prioridades de investimento, incluindo o desenvolvimento e apresentação de propostas de revisão do plano técnico constante do Contrato de Concessão junto do Concedente, se necessário;
 - Promover a elaboração e a implementação de um plano de ação de subcontratação de funções e tarefas relacionadas com a exploração, incluindo a operação e manutenção das infraestruturas integradas no Sistema, tendo em vista contribuir para o reforço do tecido empresarial nacional neste setor;
 - Implementar as medidas tendentes à certificação em Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social;
 - Reorganizar as suas áreas de intervenção através da associação ou fusão com Sistemas existentes, privilegiando aqueles cujas atividades sejam complementares ou possibilitem a criação de áreas de intervenção com coerência territorial e gerem economias de gama, de escala e de processo;
 - Elaborar e manter atualizado o plano de negócios da Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal;
 - Elaborar e implementar um plano de médio prazo para a área da formação dos recursos humanos, que permitam consolidar a estrutura em termos qualitativos e quantitativos e, promovam uma adequada gestão do conhecimento;
 - Adotar uma política de contenção do crescimento da massa salarial e dos encargos complementares, contribuindo deste modo para o esforço nacional de crescimento da competitividade da economia nacional;
 - Contribuir ativamente para a valorização e requalificação do tecido produtivo nacional, pela via da introdução de novas tecnologias ou processos tecnológicos associados à sua atividade;
 - Identificar e potenciar o desenvolvimento de áreas de negócio complementares às atividades da Empresa, visando a otimização de custos de exploração e num quadro de ecoeficiência;
 - Assegurar o desenvolvimento de projetos de I&D, devidamente enquadrados nos seus Planos de Atividade, e em estreita colaboração com as outras empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.
- Conselho de Administração, no âmbito dos assuntos de gestão geral, devem assumir a responsabilidade pelo:
- Assegurar a Gestão Operacional da Empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;
 - Garantir o bom funcionamento das infraestruturas cumprindo os objetivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;
 - Controlar a tesouraria e os meios financeiros necessários à execução do seu Plano de Atividades, nomeadamente os apoios provenientes do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários e dos empréstimos bancários, quando existam;

-
- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte e apoio do acionista maioritário, os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos no Orçamento e nos Planos de Atividade e de Investimento;
 - Assegurar que os seus membros e os colaboradores das empresas se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os municípios - acionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as empresas privadas;
 - Adotar as medidas e as ações que possibilitem implementar e cumprir orientações estratégicas e procedimentos uniformizados, em todas as empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os Acionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar ativamente com os Acionistas ou os seus representantes no desempenho das suas funções;
- Garantir a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo acionista;
- Reportar; com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes;
- Informar os Acionistas sobre todos os assuntos em análise com o Concedente e com o Regulador, designadamente:
 - Orçamentos, Planos de Atividade e projetos tarifários,
 - Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
 - Avaliação de infraestruturas,
 - Abertura a novas áreas de negócio complementares.

No âmbito das relações com o grupo Águas de Portugal, os membros do Conselho de Administração devem desenvolver a sua atividade de forma a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do plano de atividades, plano de investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- Garantir a execução dos contratos de gestão corporativa e de prestação de serviços de assistência técnica em todas as suas vertentes, assegurados e operacionalizados através da AdP Serviços Ambientais, S.A., em particular a que respeita a atividades relacionadas com a normalização de práticas e procedimentos;
- Propiciar o desenvolvimento na Empresa da cultura de grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração entre as estruturas internas da Empresa, com outras empresas concessionárias de sistemas multimunicipais e as estruturas do grupo AdP.

Os Objetivos de Gestão fixados para a SIMTEJO, S.A., para o ano de 2012, pelos Acionistas na Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010, bem como os resultados obtidos estão listados no quadro seguinte.

Objetivos de Gestão para o ano de 2012				
Indicadores			Valor Fixado ⁽¹⁾	Valor Atingido ⁽²⁾
Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
1.	ROCE	(%)	3,76%	4,80%
2.	EBITDA / Receitas	(%)	56%	61%
Indicadores Financeiros - Eficiência				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
3.	Custos com Pessoal / EBITDA	(%)	26%	16%
4.2	Cash-Cost Saneamento	(€/m ³)	0,17	0,18
Indicadores Financeiros - Investimento e Endividamento				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
5.	Investimento	(€)	18.463	13.059
Indicadores Financeiros - PMR e PMP				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
6.	Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	73	373
7.	Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	40	75
Indicadores de Serviço - Qualidade do Serviço				
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)				
8.	Volume de Atividade	(10 ³ m ³)	99.218	98.329
9.2	Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	97%	95%
10.2	Qualidade dos Efluentes Tratados	(%)	100%	100%
11.	Reforço da Eficiência Contratual	(%)	100%	93%
Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte				
(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)				
12.	Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	1,0	(1,4)
13.	Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%

VALOR FIXADO ⁽¹⁾ – Valor fixado pela Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010

VALOR ATINGIDO ⁽²⁾ – Valor alcançado no exercício de 2012

O atingimento das metas pré-definidas para 2012 esteve condicionado principalmente pelo aumento da dívida de clientes (e consequentemente de fornecedores), pelo aumento significativo do custo com a energia elétrica e de tratamento de lamas, bem como da desaceleração da realização do investimento, factos amplamente explicitados neste relatório.

8. Perspetivas para o futuro

A SIMTEJO procurará continuar a desenvolver o investimento, com especial incidência nas obras já adjudicadas e nas novas obras decorrentes da seleção aprovada de prioridades imediatas, tendo em conta as orientações gerais para o efeito, as condições financeiras de que disponha e a necessária sustentação ambiental do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão.

Na sequência das diligências e das soluções encontradas para conclusão adequada da empreitada relativa à ETAR de Alcântara, prevê-se a conclusão em 2013 da ETAR, em que foram já objeto de receção provisória a Vertente C1 (que assegura o tratamento secundário e a desinfecção) e parte significativa da Vertente C2 (que inclui aspetos complementares de tratamento e a desodorização).

Após a conclusão de dois sistemas elevatórios afluentes à ETAR de Alverca, será desenvolvida a intervenção na estação elevatória da Póvoa de Santa Iria, para concluir ao subsistema sul tributário daquela ETAR.

Espera-se também adjudicar e desenvolver as intervenções relativas à desinfecção na ETAR de Frielas, bem como ao confinamento e desodorização do seu tanque de equalização, e algumas outras obras de beneficiação em curso na mesma ETAR. O sistema da Foz do Lizandro deverá ficar em condições de poder arrancar no exercício de 2013.

Quanto aos investimentos que ainda não estão em curso, manterá a SIMTEJO o esforço da elaboração de projetos e procurará proceder ao lançamento das empreitadas previstas, sempre que as orientações e as circunstâncias financeiras acima referidas lho permitam.

É, designadamente, o caso das reabilitações do Caneiro de Alcântara, em Lisboa, e da Ribeira da Falagueira, na Amadora, cujos concursos devem ter significativo desenvolvimento.

São também importantes os investimentos previstos para a Praça do Império, em Lisboa.

Na pendência das soluções de médio e longo prazos relativas à disposição final das lamas produzidas e não havendo disponibilidade para investimentos em secagem solar de âmbito significativo, a SIMTEJO prevê adjudicar um concurso público internacional para a prestação de serviços de valorização agrícola de lamas, válido por um ano e renovável até mais dois anos.

Num outro plano, a SIMTEJO procurará consolidar a medição de caudais para fins de faturação, mantendo-se inteiramente disponível para a necessária colaboração para o efeito com os municípios servidos, a ERSAR e o Concedente. Serão também implementados vários projetos de I&D.

Na sequência dos acordos de pagamento celebrados com os municípios que tinham dívidas vencidas, a Empresa tem a expectativa de que possa haver em 2013 a disponibilidade, por todos os municípios, do pagamento pontual dos serviços prestados, que se impõe para permitir, em período de grandes restrições de acesso a financiamento, manter a disponibilidade financeira da Empresa para fazer face às suas obrigações.

A atividade da SIMTEJO deverá ainda ter presente a contenção de custos, pelo que se manterá o correspondente esforço, designadamente para manter a contenção possível de fornecimentos e serviços externos. Haverá uma atenção específica ao consumo de energia, através da continuidade das ações, já iniciadas, para maior eficiência energética, pelo que se continuará a desenvolver o respetivo Plano, com especial incidência na verificação da eficiência dos equipamentos e processos de tratamento.

Apesar da difícil conjuntura de redução salarial e de impossibilidade de ajustamento de remunerações, a SIMTEJO espera poder continuar a contar com o interesse dos seus Colaboradores. Tendo em conta que a SIMTEJO reduziu em 2012 em cinco elementos o número de Colaboradores, número que é reconhecidamente inferior aos valores de referência do Regulador, a SIMTEJO tem a expectativa de poder manter um quadro adequado à sua atividade.

Entrando na sua segunda década, a SIMTEJO continuará a cumprir os seus objetivos e o desenvolvimento do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão, de modo que este continue a constituir uma base importante para a consolidação das condições ambientais do Estuário do Tejo, do Vale do Trancão e das praias atlânticas de Mafra, com o correspondente benefício para as populações dos municípios envolventes.

9. Factos relevantes após o termo do exercício

Em 25 de janeiro de 2013 por despacho da Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território foi determinado que a taxa de referência para a rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos seria de 7,46%.

Em 22 de fevereiro de 2013 por despacho da Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território foi fixada a tarifa para o exercício de 2013, no montante de 0,4899 Eur/ m³.

Foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 20 de fevereiro de 2013, o acordo de pagamento com a SIMTEJO.

Foi efetuado, em 27 de fevereiro de 2013, o acordo de pagamento da Câmara Municipal de Mafra.

A SIMTEJO foi absolvida pelo Tribunal competente da coima aplicada pela Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, em 2010, referente à pretensa ocupação de salinas junto à ETAR de Alverca.

10. Sucursais da Sociedade

Não se aplica à SIMTEJO.

11. Considerações Finais

A SIMTEJO tem procurado manter uma forte articulação com o Concedente, representado por Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a ERSAR, como regulador estrutural da atividade desta concessionária, e regulador ambiental Agência Portuguesa do Ambiente.

No plano institucional e de colaboração técnica, são também essenciais para a atividade da Empresa os Acionistas Águas de Portugal, SGPS, S.A. e Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira, incluindo as suas Administração e Vereações, respetivamente, e os seus Corpos Técnicos. Os municípios não acionistas, já parceiros da SIMTEJO, podem também contar com a colaboração da Empresa.

O Conselho de Administração da SIMTEJO agradece todos, Concedente, Reguladores, Águas de Portugal e Municípios, a colaboração prestada em 2012, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia-Geral, ao Conselho Fiscal e ao Auditor, e reitera a sua disponibilidade para desenvolver ainda os laços institucionais.

A SIMTEJO está certa de que dessa colaboração, como o passado tem comprovado, só pode resultar a melhoria contínua dos serviços da Empresa prestados a Clientes e Utentes, bem como a beneficiação progressiva da qualidade ambiental dos meios recetores das águas residuais recolhidas e tratadas.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido, a SIMTEJO quer agradecer aos seus Colaboradores a cooperação e o interesse demonstrados no exercício de 2012, que é extensível à maioria dos prestadores externos.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2012, no valor positivo de €8.924.382,64 (oito milhões, novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- a) €446.219,13 (quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e dezanove euros e treze cêntimos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art. 295º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) €4.266.303,90 (quatro milhões, duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e três euros e noventa cêntimos), para distribuição de Dividendos aos Acionistas, a efetuar de acordo com o definido no Contrato de Concessão;
- c) €1.882.820,24 (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte euros e vinte e quatro cêntimos) para a conta de reservas contratuais, podendo esta ser usada para aumento de capital, cobertura de prejuízos e distribuição de dividendos;
- d) O remanescente, €2.329.039,37 (dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, e trinta e nove euros e trinta e sete cêntimos), para a conta de resultados transitados.

13. Anexo ao Relatório

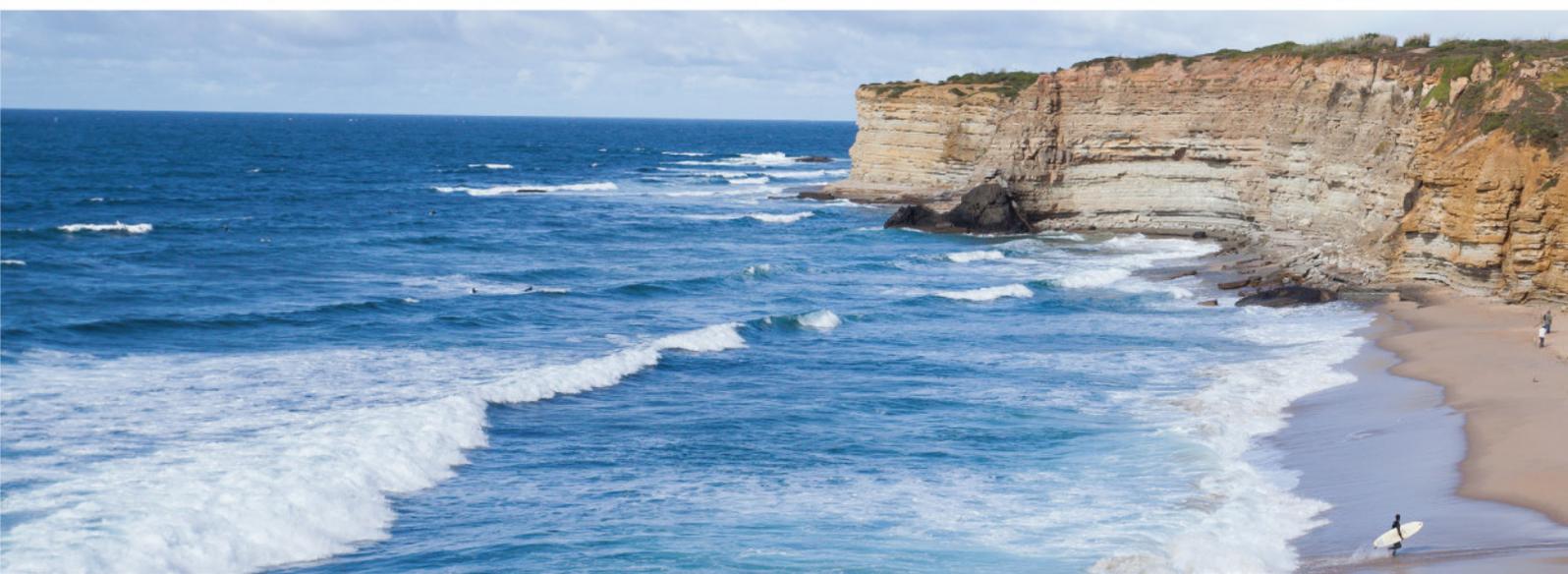
Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da SIMTEJO, S.A. era, em 31 de dezembro de 2012, integralmente detido pelos Acionistas que constam do quadro seguinte:

		Capital subscrito	Ações detidas
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	19.543.500	3.908.700
Município de Lisboa	23,50%	9.094.500	1.818.900
Município de Loures	11,50%	4.450.500	890.100
Município de Vila Franca de Xira	4,00%	1.548.000	309.600
Município de Amadora	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Mafra	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Odivelas	3,50%	1.354.500	270.900
	100%	38.700.000	7.740.000

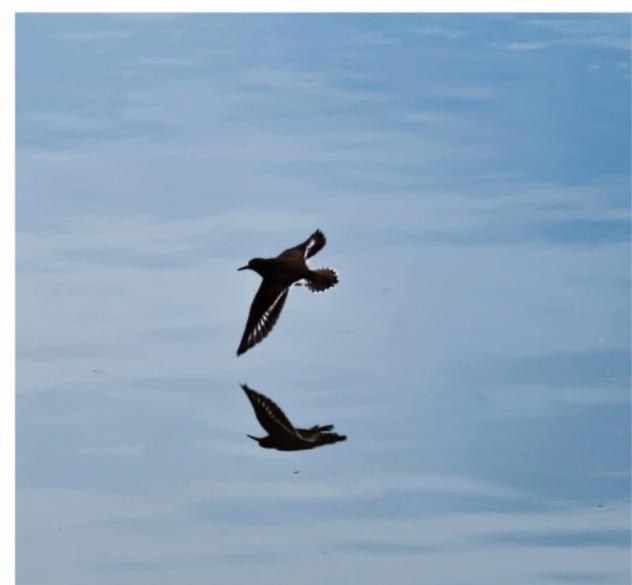
Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.908.700 de ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), correspondentes a 50,5% do Capital Social da SIMTEJO, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2011:

- A Sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores;
- A Sociedade não tem qualquer sucursal.



C - Contas do Exercício





C - Contas do Exercício de 2012

Demonstração da posição financeira

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Unidade: euros			
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	273.657.100	274.331.735
Investimentos financeiros	7	6.870.161	5.875.479
Impostos diferidos ativos	8	28.279.284	21.315.488
Clientes e outros ativos não correntes	10	12.683.526	-
Total dos ativos não correntes		321.490.072	301.522.702
Ativos correntes			
Inventários	9	113.694	123.252
Clientes	10	52.891.283	37.815.810
Estado e outros entes públicos	11	256.582	382.034
Outros ativos correntes	12	4.333.673	10.040.257
Caixa e seus equivalentes	13	12.180.507	22.726.889
Total dos ativos correntes		69.775.738	71.088.243
Total do ativo		391.265.810	372.610.945
Capital próprio dos acionistas majoritários			
Capital social	14	38.700.000	38.700.000
Reservas e outros ajustamentos	14	11.569.572	1.700.081
Resultados transitados	14	7.659.811	15.143.013
Resultado líquido do exercício	14	8.924.383	7.735.259
Total do capital próprio		66.853.766	63.278.354
Passivos não correntes			
Provisões	15	173.600	99.177
Empréstimos	16	171.470.293	163.002.134
Impostos diferidos passivos	8	17.105.593	14.360.558
Acréscimos de custos do investimento contratual	17	58.649.705	60.467.049
Subsídios ao investimento	18	39.268.905	40.390.258
Total dos passivos não correntes		286.668.096	278.319.176
Passivos correntes			
Empréstimos	16	10.559.123	8.817.095
Fornecedores	19	14.308.035	7.598.096
Outros passivos correntes	20	10.789.275	12.932.317
Imposto sobre o rendimento do exercício	21	1.161.715	795.819
Estado e outros entes públicos	11	925.801	870.089
Total dos passivos correntes		37.743.948	31.013.416
Total do passivo		324.412.044	309.332.591
Total do passivo e do capital próprio		391.265.810	372.610.945

Demonstração dos resultados por naturezas

Unidade: euros

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Vendas	22	32.596	41.742
Prestações de serviços	22	47.778.220	46.555.317
Volume de negócios		47.810.816	46.597.059
Custo das vendas/variação dos inventários	23	(2.478.870)	(2.213.073)
Margem bruta		45.331.947	44.383.986
Fornecimentos e serviços externos	24	(12.264.833)	(12.740.854)
Gastos com pessoal	25	(4.723.793)	(5.188.005)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	26	(16.982.164)	(16.923.467)
Provisões e reversões do exercício	27	(74.423)	(12.666)
Perdas por imparidade e reversões	28	5.839	(11.534)
Subsídios ao investimento	19	1.121.353	5.546.511
Outros gastos e perdas operacionais	29	(460.571)	(290.394)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	307.798	102.461
Resultados operacionais		12.261.153	14.866.039
Gastos financeiros	31	(4.883.826)	(5.839.698)
Rendimentos financeiros	32	3.795.232	2.235.578
Resultados financeiros		(1.088.594)	(3.604.120)
Resultados antes de impostos		11.172.559	11.261.918
Imposto do exercício	22	(6.466.937)	(6.130.445)
Imposto diferido	8 e 22	4.218.761	2.603.786
Resultado líquido do exercício		8.924.383	7.735.259
Rendimento integral do exercício		8.924.383	7.735.259
Resultado por ação (básico e diluído)	14	1,15	1,00
Resultado integral por ação (básico e diluído)	14	1,15	1,00

Demonstração das variações do capital próprio

Unidade: euros

	Capital social	Reserva legal	Reserva contratual	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2010	38.700.000	1.413.153	-	13.068.898	5.738.571	58.920.622
Aplicação do resultado líquido do exercício 2011	-	286.929	-	2.074.116	(2.361.044)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(3.377.527)	(3.377.527)
Resultado líquido do exercício 2011	-	-	-	-	7.735.259	7.735.259
Saldo a 31 de dezembro de 2011	38.700.000	1.700.081	-	15.143.013	7.735.259	63.278.354
Aplicação do resultado líquido do exercício 2011	-	386.763	806.381	1.193.144	(2.386.288)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(5.348.971)	(5.348.971)
Constituição de reserva contratual	-	-	8.676.347	(8.676.347)	-	-
Resultado líquido do exercício 2011	-	-	-	-	8.924.383	8.924.383
Saldo a 31 de dezembro de 2012	38.700.000	2.086.844	9.482.728	7.659.811	8.924.383	66.853.766

Demonstração dos fluxos de caixa

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	26.964.0732	27.492.866
Pagamentos a fornecedores	(19.695.517)	(17.948.507)
Pagamentos ao pessoal	(3.824.245)	(4.467.944)
Pagamento/Recebimento do IRC	(6.373.812)	(7.980.036)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(743.886)	(2.628.129)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(3.673.387)	(5.531.750)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de subsídios de investimento	7.070.130	634.319
Recebimentos de juros e rendimentos similares	-	1.277.245
Pagamentos de investimentos financeiros	(994.682)	(994.682)
Pagamentos de ativos intangíveis	(15.384.167)	(21.262.201)
	(9.308.719)	(20.345.319)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	31.337.387	-
Outros recebimentos de atividades de financiamento	392.204	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	(13.000.000)	-
Pagamentos de juros e gastos similares	(4.385.648)	(9.282.876)
Pagamentos de dividendos	(4.097.861)	(2.989.563)
	10.246.082	(12.272.439)
Variação de caixa e seus equivalentes	(2.736.024)	(38.149.509)
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.909.794	52.059.303
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.173.771	13.909.794
Variação de caixa e seus equivalentes	(2.736.024)	(38.149.509)

Decomposição de caixa e seus equivalentes

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	4.688	4.549
Depósitos à ordem	12.175.819	422.340
Depósitos a prazo	-	22.300.000
	12.180.507	22.726.889
Descobertos bancários	(1.006.736)	(8.817.095)
	11.173.771	13.909.794

Notas às demonstrações financeiras

I. Atividade económica da SIMTEJO, S.A.

I.1 Introdução

A SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. (adiante designada também por SIMTEJO ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 10 de novembro de 2001, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, em Lisboa. A Empresa tem como atividade principal a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão.

I.2 Atividade

A SIMTEJO foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e a sua estrutura acionista é composta pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e pelos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos, "...a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão para recolha, tratamento, rejeição de efluentes dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira."

A concessão da exploração e gestão do Sistema à SIMTEJO foi efetuada através de um contrato celebrado com o Estado Português em 3 de dezembro de 2001, e por um período de 30 anos, que tem por objeto os seguintes pressupostos:

- Conceção e construção de todos os órgãos necessários à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- A aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes que o sistema deva receber;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Em setembro de 2009 foi assinado pelo Concedente o Aditamento ao Contrato de Concessão, instrumento fundamental para garantir a viabilidade económica e financeira da Empresa, tendo como principal alteração a prorrogação do prazo por mais treze anos, totalizando deste modo um período de 43 anos.

I.3 Acionistas

São acionistas da Empresa a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (50,5% do capital social), o Município de Lisboa (23,5%), o Município de Loures (11,5%), o Município de Vila Franca de Xira (4%), o Município de Amadora (3,5%), o Município de Mafra (3,5%) e o Município de Odivelas (3,5%).

I.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade no dia 1 de março de 2013.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da SIMTEJO foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 31 de dezembro de 2011.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de junho de 2012 e 1 de janeiro de 2013:

IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)	A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na demonstração do rendimento integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).
Sem Impacto na Empresa	
	Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na demonstração de rendimento integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.
	<i>As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.</i>

IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - economias hiperinflacionárias (Emenda)	Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os ativos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses ativos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.
Sem Impacto na Empresa	
	A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.
	<i>As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.</i>

<p>IFRS 1 (Emenda) Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - IFRS 9 e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais</p>	<p>A emenda estabelece uma exceção na aplicação retrospectiva da IFRS 9 instrumentos financeiros e IAS 20 contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais.</p> <p>Esta emenda requer que as entidades que apliquem a IFRS 1 apliquem prospectivamente os requisitos exigidos pela IAS 20 relativamente a empréstimos governamentais que existam à data da transição para as IFRS. No entanto, as entidades podem optar por aplicar os requisitos previstos na IFRS 9 (ou IAS 39, conforme aplicável) e IAS 20 a empréstimos governamentais retrospectivamente se a informação necessária tenha sido obtida na data de reconhecimento inicial desses empréstimos.</p>
<p>Sem Impacto na Empresa</p>	<p>Esta adoção permite aos primeiros adotantes um alívio da aplicação retrospectiva da mensuração de empréstimos governamentais com uma taxa de juro inferior à taxa de juro de mercado. Como resultado da não aplicação retrospectiva da IFRS 9 (ou IAS 39) e IAS 20, os adotantes pela primeira vez não necessitam de reconhecer o correspondente benefício de uma taxa inferior à taxa de juro de mercado num empréstimo governamental como subsídio.</p> <p><i>As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.</i></p>

<p>IFRS 7 (Emenda) Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros</p>	<p>Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na demonstração da posição financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 instrumentos financeiros: apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.</p>
<p>Sem Impacto na Empresa</p>	<p><i>As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 compensação de ativos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.</i></p>

**IFRS 9 - Instrumentos financeiros
(Introduz novos requisitos de classificação
e mensuração de ativos e passivos
financeiros)**

Sem Impacto na Empresa

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor:

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor. Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da demonstração de rendimento integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de **i)** na demonstração de rendimento integral ou **(ii)** proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para venda devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9, incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

Sem Impacto na Empresa

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e, conseqüentemente, ser incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

Sem Impacto na Empresa

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas - contribuições não monetárias por empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registrar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

Sem Impacto na Empresa

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor	A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.
Sem Impacto na Empresa	O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.
	<i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.</i>
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento	A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.
Sem Impacto na Empresa	Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.
	<i>As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.</i>
IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)	Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.
Sem Impacto no grupo AdP	<i>As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 podem ser antecipadas desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.</i>
IAS 28 - Investimentos em associadas e joint ventures	Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.
Sem Impacto na Empresa	<i>As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.</i>

**IAS 32 - Instrumentos financeiros
(Compensação de ativos financeiros e
passivos financeiros)**

Sem Impacto na Empresa

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

IFRIC 20 - Custos de separação de resíduos durante a fase de produção numa mina à superfície

Sem Impacto na Empresa

Esta interpretação aplica-se à remoção de resíduos incorridos numa mina de superfície durante a fase de produção.

Se o benefício decorrente da atividade de separação de resíduos for realizado no período corrente, uma entidade deve reconhecer esses custos de separação e remoção de resíduos como custos de inventários. Quando o benefício se refere a um acesso melhorado ao minério então a entidade deverá reconhecer esses custos como ativos não correntes se determinados critérios de reconhecimento forem cumpridos. Os ativos de separação e remoção de resíduos devem ser contabilizados como uma adição ou melhoramentos a ativos já existentes.

Se os custos da atividade de separação de resíduos que reúnem as condições para serem reconhecidos como um ativo e o inventário produzido não for identificáveis separadamente, uma entidade deve alocar estes custos por ambos os ativos utilizando um método de alocação baseado numa medida relevante de produção.

Após a mensuração inicial, o ativo resultante da atividade de separação e remoção de resíduos deve estar registado ao seu valor de custo ou ao valor reavaliado, líquido de amortizações e imparidades, utilizando os mesmos critérios de valorização dos ativos de que esta componente faça parte integrante.

A IFRIC 20 é aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, pode no entanto ser aplicada antecipadamente desde que devidamente divulgada. A IFRIC não requer a total aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, emitidas pelo IASB

IFRS 1 (Emenda) Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

Sem Impacto na Empresa

Clarifica que uma entidade que parou de aplicar as IFRS pode escolher entre: **(i)** voltar a aplicar a IFRS 1, apesar de já o ter feito num período anterior; ou **(ii)** aplicar retrospectivamente de acordo com a IAS 8, como se nunca tivesse deixado de aplicar as IFRS. Se uma entidade voltar a aplicar a IFRS 1 ou aplicar a IAS 8, deve divulgar as razões porque deixou de aplicar as IFRS e subsequentemente reatou a aplicação das IFRS.

Clarifica que, na adoção das IFRS, uma entidade que tenha capitalizado custos de financiamento de acordo com o anterior normativo, pode manter esse montante capitalizado sem qualquer ajustamento na demonstração da posição financeira na data de transição.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras	<p>Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.</p>
Sem Impacto na Empresa	<p>Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.</p>
	<p>Adicionalmente, o balanço de abertura do da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira.</p>
	<p>O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.</p>
IAS 16 - Ativos fixos tangíveis	<p>Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.</p>
Sem Impacto na Empresa	
IAS 32 - Instrumentos financeiros	<p>Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.</p>
Sem Impacto na Empresa	
IAS 34 - Relato financeiro intercalar	<p>Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de ativos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.</p>
Sem Impacto na Empresa	<p>De acordo com esta emenda, o total de ativos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.</p>
	<p><i>As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.</i></p>
Guia de aplicação para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12	<p>Clarifica algumas disposições transitórias das IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.</p>
Sem Impacto na Empresa	<p><i>Este guia de aplicação será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 podendo ser antecipado se a entidade aplicar a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 antecipadamente.</i></p>

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da SIMTEJO estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da SIMTEJO e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da SIMTEJO de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	31.12.2012		31.12.2011	
		médio	final	médio	final
Franco Suíço	CHF	0,8203	0,8284	0,8123	0,8216
Libra Esterlina	GBP	1,1884	1,2253	1,1514	1,1933
Coroa Norueguesa	NOK	0,1321	0,1361	0,1282	0,1287

2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

2.3.1 Introdução

A SIMTEJO, enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR – Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 151/2002, de 23 de maio, e Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder Concedente, mediante o parecer do Regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a SIMTEJO, S.A., com atividade regulada, adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras determinam que a Empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se:

- (i) um órgão credenciado (como o Regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e
- (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) for determinado de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da SIMTEJO, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o Regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do Regulador; **(i)** uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; **(ii)** uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo Regulador em períodos subsequentes.

2.3.2 Acréscimos de custos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da Concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao Contrato de Concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da Concessão. Nos termos desta norma a SIMTEJO presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só Contrato de Concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11.A

empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o Contrato de Concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do Concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do Contrato de Concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor; e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Concedente pelos serviços de construção; o Concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o Concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou Concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou Concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a SIMTEJO assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do Concedente e/ou extensão do prazo de Concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a SIMTEJO como concessionária de sistema multimunicipal classifica as infraestruturas dos sistemas que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da Concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da Concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo Regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do Regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da Concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao Contrato de Concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Ano	Total do investimento do Contrato de Concessão (€)	Número de anos do Contrato de Concessão	Total de caudais do Contrato de Concessão (m ³)	Total do investimento da Concessão revisto (€)	Número de anos da Concessão	Total de caudais revisto (m ³)	Taxa média de amortização do ano de 2011
2012	494.925.839	30	3.111.702.000	724.859.541	43	4.226.874.143	2,77%

2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da Concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros - valor a receber.

2.4.5 Rédito - serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 - Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 - contratos de construção. A SIMTEJO na fase de construção das infraestruturas atua como um "agente"/ intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da SIMTEJO o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo Regulador.

2.4.6 Prazo da Concessão e indexante

	Tipo	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
SIMTEJO	Concessão	43 anos	2001-2044	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

¹ A taxa a aplicar em 2012 foi determinada por despacho do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território em 25 de janeiro de 2013, e foi fixada em 7,46%.

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela SIMTEJO. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.5.1 Locação financeira

As locações de ativos, relativamente aos quais a SIMTEJO, S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação.

2.6 Ativos intangíveis

2.6.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.2.

2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente

de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.7 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: **(i)** expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou **(ii)** o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.7.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da SIMTEJO são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A SIMTEJO classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a SIMTEJO não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a SIMTEJO tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.7.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.7.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a SIMTEJO, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela SIMTEJO no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito - curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.11 Imparidade

2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

É analisado a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a SIMTEJO não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iii)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da SIMTEJO são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para *Goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da Concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o Regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da SIMTEJO. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a SIMTEJO efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.13 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.14 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a SIMTEJO cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar:

2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SIMTEJO divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 a SIMTEJO apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação da tarifa aprovada pelo Concedente e escrutinadas pelo Regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.18 Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em valores mínimos garantidos.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do serviço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

2.18.1 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a SIMTEJO reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.19 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.20 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.21 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da SIMTEJO estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A SIMTEJO está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 10 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. No Orçamento de Estado para 2012, no n.º 1 do artigo 58º estabeleceu que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico e dos resíduos deveriam apresentar até ao dia 15 de fevereiro de 2012, ao ministério da tutela sectorial, as condições de regularização dos respetivos débitos. O Conselho de Administração da SIMTEJO e da AdP SGPS encontra-se a avaliar à adoção de outras medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, e o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da SIMTEJO continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMTEJO ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2012, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	31.12.2012
Depósitos à ordem	12.175.819
Fundo de reconstituição do capital	6.870.161
	19.045.980

Rating	31.12.2012
A2 (Moody's)	27.666
B1 (Moody's)	5.880
Ba1 (Moody's)	13.583
Ba3 (Moody's)	18.998.851
	19.045.980

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2013.

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da SIMTEJO pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A SIMTEJO efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a SIMTEJO atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a SIMTEJO procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da SIMTEJO por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	10.559.123	27.904.909	143.565.384
Fornecedores e outros passivos	25.097.310	-	-

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da SIMTEJO advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a SIMTEJO ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a SIMTEJO ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

		31.12.2012	31.12.2011
Juros suportados	Real	4.600.027	1.424.690
Juros suportados	tx média +1%	4.662.407	1.438.937
Juros suportados	tx média -1%	4.570.082	1.410.443

3.5 Risco de capital

O objetivo da SIMTEJO em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos Acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da SIMTEJO é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos não correntes	171.470.293	163.002.134
Empréstimos correntes	10.559.123	8.817.095
Disponibilidades	(12.180.507)	(22.726.889)
Dívida	169.848.909	149.092.340
Subsídios ao investimento	39.268.905	40.390.258
Total do capital próprio	66.853.766	63.278.354
Capital	106.122.671	103.668.612
Dívida/total do capital	1,60	1,44

O modelo de financiamento da SIMTEJO assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela SIMTEJO. O Regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a SIMTEJO têm procurado acompanhar mais de perto as atividades do Regulador; procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

A esta data o Conselho de Administração da SIMTEJO não tem conhecimento de eventuais decisões tomadas por parte do Concedente no âmbito da provável reestruturação do setor, reconhecendo no entanto que a ocorrerem, as mesmas podem ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras da SIMTEJO.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SIMTEJO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A SIMTEJO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A SIMTEJO é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber

são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da Concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMTEJO, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à SIMTEJO. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da SIMTEJO os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da SIMTEJO, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros. À data de emissão das demonstrações financeiras da SIMTEJO não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da SIMTEJO.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2012
Ativos intangíveis	-	-	-	273.657.100	273.657.100
Investimentos financeiros	6.870.161	-	6.870.161	-	6.870.161
Impostos diferidos ativos	-	-	-	28.279.284	28.279.284
Inventários	-	-	-	113.694	113.694
Clientes	65.574.808	-	65.574.808	-	65.574.808
Estado e outros entes públicos	256.582	-	256.582	-	256.582
Outros ativos correntes	4.333.673	-	4.333.673	-	4.333.673
Caixa e seus equivalentes	12.180.507	-	12.180.507	-	12.180.507
Total do ativo	89.215.731	-	89.215.731	302.050.079	391.265.810
Provisões	-	-	-	173.600	173.600
Empréstimos não correntes	-	182.029.416	182.029.416	-	182.029.416
Impostos diferidos passivos	-	-	-	17.105.593	17.105.593
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	-	58.649.705	58.649.705
Subsídios ao investimento	-	-	-	39.268.905	39.268.905
Fornecedores	-	14.308.035	14.308.035	-	14.308.035
Outros passivos correntes	-	10.789.275	10.789.275	-	10.789.275
Imposto sobre rendim. do exercício	-	-	-	1.161.715	1.161.715
Estado e outros entes públicos	-	-	-	925.801	925.801
Total do passivo	-	207.126.726	207.126.726	117.285.318	324.412.044

6. Ativos intangíveis

	31.12.2012	31.12.2011
Despesas de desenvolvimento	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	170.080	178.878
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	265.421.883	223.004.174
Ativos em Curso	8.065.137	51.148.683
	273.657.100	274.331.735

6.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2011	Aumentos	Ajustam.	Transfer.	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	962.690	-	-	-	962.690
Propr. industrial e outros direitos	577.472	-	-	-	577.472
DUI	271.836.209	1.174.673	-	60.033.746	333.044.627
Ativos Intangíveis em Curso	51.148.683	16.950.199	-	(60.033.746)	8.065.137
	324.525.054	18.124.872	-	-	342.649.926

Amortizações acumuladas	31.12.2011	Aumentos	Ajustam.	Transfer.	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	(962.690)	-	-	-	(962.690)
Propr. industrial e outros direitos	(398.595)	(8.797)	-	-	(407.392)
DUI	(48.832.034)	(7.520.066)	(12.988)	(11.257.657)	(67.622.744)
	(50.193.319)	(7.528.863)	(12.988)	(11.257.657)	(68.992.826)
Valor líquido	274.331.735	10.596.009	(12.988)	(11.257.657)	273.657.100

Durante o ano de 2012 foram transferidos de ativos intangíveis em curso para firme 60 milhões de euros, sendo os principais projetos os seguintes:

- Vertente C2 da empreitada da ETAR de Alcântara (41,9 milhões de euros);
- Foz do Lizandro, fase I e II (4,3 milhões de euros);
- Ericeira (1 milhão de euros);
- Alverca (6,4 milhões de euros).

De acordo com o estipulado no Contrato de Concessão e com as regras regulatórias foram transferidos 11,2 milhões de euros de acréscimos de custos do investimento contratual relativos às infraestruturas transferidas para DUI (ver notas 2.3.2 e 17).

6.2 DUI – movimentos do período

	31.12.2012	31.12.2011
DUI Líquido (saldo inicial)	223.004.174	200.552.516
Adições	61.208.419	54.649.288
Abates	-	(14.733)
Amortizações do exercício	(7.520.066)	(6.130.938)
Reversões de amortizações e ajustamentos	(12.988)	13.835
Transferências/ajustamentos	(11.257.657)	(26.065.792)
DUI Líquido (saldo final)	265.421.883	223.004.174

7. Investimentos financeiros

	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de reconstituição de capital social	6.870.161	5.875.479
	6.870.161	5.875.479

De acordo com a cláusula 18.^a do Contrato de Concessão, a SIMTEJO está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social. Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a SIMTEJO poderá, a todo o tempo, utilizá-los.

O valor da dotação do ano de 2012 – 994.682 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 38,7 milhões de euros.

8. Impostos diferidos

	31.12.2011	Ajustamentos	Saldo inicial	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2012
Investimento contratual	73.501.681	2.562.188	76.063.869		9.440.312	(1.177.077)	84.327.104
Diferença amortizações	-	7.174.696	7.174.696		-	(593.835)	6.580.861
Diferença subsídios	-	3.791.728	3.791.728		-	(435.412)	3.356.316
	73.501.681	13.528.613	87.030.294		9.440.312	(2.206.324)	94.264.281
Imposto diferido ativo	21.315.488	3.923.298	25.238.785	870.303	2.832.094	(661.897)	28.279.284

	31.12.2011	Ajustamentos	Saldo inicial	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2012
Investimento contratual	49.444.346	2.200.613	51.644.959		-	(1.564.999)	50.079.960
Diferença amortizações	-	4.337.914	4.337.914		-	(1.419.535)	2.918.379
Diferença subsídios	-	4.258.606	4.258.606		-	(238.301)	4.020.305
	49.444.346	10.797.133	60.241.479		-	(3.222.835)	57.018.644
Imposto diferido passivo	14.360.558	3.131.169	17.470.029	602.415	-	(966.851)	17.105.593

A taxa utilizada no apuramento do imposto diferido foi de 29% em 2011 e 30% em 2012.

Impostos diferidos ativos

A SIMTEJO procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo Regulador em períodos subsequentes.

Impostos diferidos passivos

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas

Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a SIMTEJO o desconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da Concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de Concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de Concessão, devendo a SIMTEJO aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP - Água de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Ver nota 22.4 – Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da Concessão.

9. Inventários

	31.12.2012	31.12.2011
Matérias-primas e subsidiárias	113.694	123.252
	113.694	123.252

10. Clientes

	31.12.2012	31.12.2011
Clientes - não corrente		
Município de Loures	9.184.777	-
Município de Odivelas	3.498.749	-
Total não corrente	12.683.526	-
Clientes - corrente		
Município de Lisboa	46.311.539	20.694.474
Município de Loures	2.961.975	11.387.518
Município de Odivelas	1.283.842	3.463.313
Município de Vila Franca de Xira	388.724	682.807
Município de Mafra	1.291.529	943.195
Município de Amadora	436.092	428.452
SMAS Oeiras	93.933	92.340
	52.767.633	37.692.100
Clientes municipais - total	65.451.159	37.692.100
Outros	123.649	123.710
Total corrente	52.891.283	37.815.810
Total corrente e não corrente	65.574.808	37.815.810

10.1 Clientes - Municípios

Clientes municipais	Serviço	TRH	Juros de mora	Acordos	31.12.2012	31.12.2011
Município de Lisboa	44.548.957	767.604	994.977	-	46.311.539	20.694.474
Município de Loures	2.593.459	46.214	322.302	9.184.777	12.146.751	11.387.518
Município de Odivelas	740.904	16.297	22.921	4.002.469	4.782.591	3.463.313
Município de Vila Franca de Xira	368.734	10.741	9.248	-	388.724	682.807
Município de Mafra	1.239.005	18.455	34.068	-	1.291.529	943.195
Município de Amadora	427.253	8.839	-	-	436.092	428.452
SMAS Oeiras	91.698	2.235	-	-	93.933	92.340
	50.010.011	870.385	1.383.516	13.187.246	65.451.159	37.692.100

No final de 2012 a SIMTEJO efetuou acordos de pagamentos com os Municípios de Loures e Odivelas que preveem o pagamento dos valores em dívida em 4,5 anos. A SIMTEJO debita juros de mora para os saldos em dívida para além do prazo de pagamento definido contratualmente (60 dias). A taxa aplicada em 2012 foi de 8%, definida no Aviso n.º 9944/2012.

10.2 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

Clientes municipais	serv/trh/jur	Corrente		Não corrente	
		Acordos	Total	Acordos	Total
Município de Lisboa	46.311.539		46.311.539		46.311.539
Município de Loures	2.961.975		2.961.975	9.184.777	12.146.751
Município de Odivelas	780.122	503.720	1.283.842	3.498.749	4.782.591
Município de Vila Franca de Xira	388.724		388.724		388.724
Município de Mafra	1.291.529		1.291.529		1.291.529
Município de Amadora	436.092		436.092		436.092
SMAS Oeiras	93.933		93.933		93.933
	52.263.913	503.720	52.767.633	12.683.526	65.451.159

10.3 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Clientes municipais	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Lisboa	113.867	17.994.806	23.661.709	41.770.382	4.541.157	46.311.539
Município de Loures	-	-	1.639.791	1.639.791	10.506.961	12.146.751
Município de Odivelas	-	-	22.921	22.921	4.759.670	4.782.591
Município de Vila Franca de Xira	87.217	-	-	87.217	301.507	388.724
Município de Mafra	-	-	974.526	974.526	317.003	1.291.529
Município de Amadora	-	-	-	-	436.092	436.092
SMAS Oeiras	-	-	-	-	93.933	93.933
	201.084	17.994.806	26.298.947	44.494.836	20.956.323	65.451.159

11. Estado e outros entes públicos

	31.12.2012	31.12.2011
IVA a receber	256.582	382.034
Outros	-	-
EOEP ativos	256.582	382.034
IVA a pagar	-	-
Retenções - IRS	45.256	54.151
Retenções - Segurança Social	108.847	113.696
Retenções - Outros	377	242
Outras Tributações - TRH	771.321	702.000
EOEP passivos	925.801	870.089
	(669.219)	(488.054)

12. Outros ativos correntes

	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de Coesão a receber	2.573.986	9.138.068
Adiantamentos a fornecedores	1.347.500	478.217
Outros devedores	33.699	19.693
Acréscimos de proveitos	374.129	355.931
Diferimentos de encargos	4.360	48.348
	4.333.673	10.040.257

No que respeita aos valores a receber junto do Fundo de Coesão, estes resultam de investimento realizado totalmente concluído e cujo saldo final se espera receber durante o ano de 2013 (compreende a candidatura 2000/PT/16/C/PE/014 SIMTEJO). Durante o exercício a SIMTEJO recebeu aproximadamente 7 milhões de euros de subsídios.

13. Caixa e bancos

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	4.688	4.549
Depósitos à ordem	12.175.819	422.340
Depósitos a prazo	-	22.300.000
	12.180.507	22.726.889

14. Capital

		Capital subscrito 31.12.2012	Capital realizado 31.12.2012	Capital subscrito 31.12.2011	Capital realizado 31.12.2011
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,5%	19.543.500	19.543.500	19.543.500	19.543.500
Município de Lisboa	23,5%	9.094.500	9.094.500	9.094.500	9.094.500
Município de Loures	11,5%	4.450.500	4.450.500	4.450.500	4.450.500
Município de Vila Franca de Xira	4,0%	1.548.000	1.548.000	1.548.000	1.548.000
Município de Amadora	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Mafra	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Odivelas	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
	100%	38.700.000	38.700.000	38.700.000	38.700.000

14.1 Resultado por ação

	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido	8.924.383	7.735.259
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	7.740.000	7.740.000
Resultado por ação	1,15	1,00

14.2 Movimentos do período

	31.12.2011	Afetação do resultado líquido	Constit. de reservas	Dividendos	Resultado líquido	31.12.2012
Reservas e outros ajustamentos	1.700.081	1.193.144	8.676.347			11.569.572
Resultados transitados	15.143.013	1.193.144	(8.676.347)			7.659.811
Resultado líquido do exercício	7.735.259	(2.386.288)		(5.348.971)	8.924.383	8.924.383
	24.578.354	0	0	(5.348.971)	8.924.383	28.153.766

15. Provisões

	31.12.2012	31.12.2011
Provisões para processos judiciais	173.600	99.177
	173.600	99.177

15.1 Movimentos do período

	31.12.2011	Aumentos	Reversões	31.12.2012
Provisões para processos judiciais	99.177	74.423	-	173.600
	99.177	74.423	-	173.600

16. Empréstimos

	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos bancários BEI	154.470.293	133.002.134
Empréstimos - AdP SGPS	17.000.000	30.000.000
Não correntes	171.470.293	163.002.134
Descobertos bancários	9.344.123	8.817.095
Empréstimos bancários BEI	1.215.000	-
Correntes	10.559.123	8.817.095
Total de empréstimos	182.029.416	171.819.229

Em dezembro de 2012 a SIMTEJO contratualizou um novo financiamento junto do BEI no montante de 23 milhões de euros com vencimento em 2029. Simultaneamente amortizou parte do suprimento no montante de 13 milhões de euros.

16.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 ano	10.559.123	8.817.095
De 1 a 2 anos	18.215.000	31.215.000
De 2 a 3 anos	2.024.271	1.215.000
De 3 a 4 anos	3.725.390	1.843.560
De 4 a 5 anos	3.940.248	3.285.400
Superior a 5 anos	143.565.384	125.443.174
	182.029.416	171.819.229

16.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 anos	10.559.123	8.817.095
De 1 a 2 anos	17.967.500	30.967.500
De 2 a 3 anos	967.500	967.500
Superior a 3 anos	38.782.793	40.714.425
	68.276.916	81.466.520

Taxa de juro fixa	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 anos	-	-
De 1 a 2 anos	247.500	247.500
De 2 a 3 anos	1.056.771	247.500
Superior a 3 anos	112.448.229	89.857.709
	113.752.500	90.352.709
	182.029.416	171.819.229

16.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

	31.12.2012	31.12.2011
Expira num ano (taxa variável)	1.000.000	3.682.905
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	-	-
	1.000.000	3.682.905

16.4 Justo valor dos financiamentos

	Valor contabilist. 31.12.2012	Valor contabilist. 31.12.2011	Justo valor 31.12.2012	Justo valor 31.12.2011
Empréstimos bancários BEI	154.470.293	133.002.134	55.929.019	35.490.934
Empréstimos - Empresa-mãe	17.000.000	30.000.000	16.118.622	19.059.781
Não correntes	171.470.293	163.002.134	72.047.641	54.550.715

As taxas de juros utilizadas para o apuramento do justo valor foram para os anos de 2011 e 2012, de 8,42%.

17. Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2012	31.12.2011
Acréscimos de custos de investimento contratual	58.649.705	60.467.049
	58.649.705	60.467.049

17.1 Movimentos do período

	31.12.2012
Saldo inicial	60.467.049
Dotação do exercício	9.440.312
Transferência para direito de utilização de infraestruturas ^(a)	(11.257.657)
Saldo final	58.649.705

^(a) ver nota 6.1.

18. Subsídios ao investimento

	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de Coesão	38.415.028	39.511.414
Outros subsídios	853.877	878.845
	39.268.905	40.390.258

18.1 Movimentos do período

	31.12.2011	Resultados	31.12.2012
Fundo de Coesão	39.511.414	(1.096.386)	38.415.028
Outros subsídios	878.845	(24.967)	853.877
	40.390.258	(1.121.353)	39.268.905

19. Fornecedores correntes

	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores de investimentos	9.073.933	6.357.765
Fornecedores gerais	1.919.948	963.078
Fornecedores empresas do Grupo	3.273.830	113.673
Fornecedores faturas em recepção e conferência	40.324	163.580
	14.308.035	7.598.096

O aumento do prazo médio de recebimento, e consequente deterioração da tesouraria da SIMTEJO, implicou atrasos e aumentos dos saldos a pagar a fornecedores com particular incidência ao Grupo.

20. Outros passivos correntes

	31.12.2012	31.12.2011
Acréscimos com férias e subsídio de férias	395.855	413.451
Dividendos	1.257.008	388.416
Outros acréscimos e diferimentos	1.940.755	2.092.637
Outros credores	1.432.165	1.652.560
Integração de infraestruturas municipais	5.763.492	8.385.254
<i>Município de Amadora</i>	374.260	374.260
<i>Município de Lisboa</i>	4.782.430	4.782.430
<i>Município de Loures</i>	-	2.155.727
<i>Município de Mafra</i>	-	105.214
<i>Município de Odivelas</i>	-	360.821
<i>Município de Vila Franca de Xira</i>	606.802	606.801
	10.789.275	12.932.317

Aquando da outorga do Aditamento ao Contrato de Concessão, foi considerada a antecipação do pagamento das prestações relativas ao período 2010 a 2031 para o período 2010 a 2012. No mesmo Aditamento ao Contrato de Concessão foi ainda prevista a integração das infraestruturas do Município de Amadora, tendo sido o correspondente valor posteriormente validado pelo Concedente. No decurso de 2012 foram pagos os respetivos valores a Loures, Mafra e Odivelas.

21. Imposto sobre o rendimento

	31.12.2012	31.12.2011
Estimativa de imposto a pagar	1.161.715	795.819
	1.161.715	795.819

21.1 Imposto do exercício

	31.12.2012	31.12.2011
Imposto corrente	(6.619.692)	(6.130.445)
Imposto diferido	4.218.761	2.603.786
Excesso/ (insuficiência) de estimativa de impostos	152.755	-
	(2.400.931)	(3.526.659)

21.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	2012	2011
Resultados antes de impostos	11.172.559	11.261.918
Variações patrimoniais positivas	2.984.534	1.715.156
Variações patrimoniais negativas	(435.412)	-
Diferenças temporárias	7.995.583	8.211.891
Matéria coletável (lucro tributável)	21.717.264	21.188.965

	2012	2011
Resultados antes de impostos	11.172.559	11.261.918
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	12,5%
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	25,0%	25,0%
Taxa(s) de Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa(s) de Derrama Estadual	2,5%	2,5%
Imposto sobre o rendimento	2.793.140	2.813.917
Derrama Municipal	167.588	168.929
Derrama Estadual	313.628	231.548
Total	3.274.356	3.214.394
Lucro Tributável	21.717.264	21.188.965
Imposto sobre o rendimento	5.429.316	5.295.679
Derrama Municipal	325.759	317.834
Derrama Estadual	840.863	479.724
Total	6.595.938	6.093.237
Tributações autónomas	23.754	37.208
Excesso de Estimativa de Impostos	(152.755)	-
Imposto total	6.466.937	6.130.445
Taxa média	29,78%	28,93%
Taxa efetiva	57,88%	54,44%

21.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

21.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da Concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC e, conseqüentemente, da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se manteve inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que o Grupo está vinculado. As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas a 31 de dezembro de 2010, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. O Grupo considerou que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao

longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadram as empresas concessionárias do grupo AdP. Assim, este foi o procedimento adotado pelo Grupo, nos seus registos contabilísticos do exercício de 2010 e 2011, bem como nos Modelos 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei n.º 66-B/2012, onde no seu art.º 255, onde se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A. De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do Contrato de Concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim, a Empresa manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da Concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei 159/2009, ou seja 5 anos.

A Empresa irá efetuar os procedimentos fiscais e legais, para proceder as alterações dos modelos 22 já entregues, e efetuar o pagamento dos impostos em falta, se tal for aplicável, bem como dos juros e coimas correspondentes.

22. Vendas e prestação de serviços

	31.12.2012	31.12.2011
Vendas	32.596	41.742
Prestações de serviços	47.778.220	46.555.317
	47.810.816	46.597.059

A SIMTEJO fatura os seus serviços através dos valores mínimos garantidos – ver nota 2.17.

22.1 Desagregação das vendas e prestações de serviços por cliente

	31.12.2012	31.12.2011
Município de Lisboa	25.187.620	25.098.414
Município de Loures	7.339.978	7.269.202
Município de Odivelas	4.193.798	4.124.513
SMAS de Loures	-	(916.236)
Município de Vila Franca de Xira	3.339.961	3.339.961
Município de Amadora	4.836.831	4.786.702
Município de Mafra	1.753.310	1.714.845
SMAS de Oeiras e Amadora	1.038.086	1.028.683
Outros clientes não municipais	121.233	150.973
	47.810.816	46.597.059

23. Custo das vendas

	31.12.2012	31.12.2011
CMVMC - Matérias subsidiárias	2.478.870	2.213.073
	2.478.870	2.213.073

Esta rubrica inclui os reagentes utilizados no processo produtivo da Empresa, bem como materiais e artigos utilizados nas intervenções relacionadas com a área de manutenção. Engloba igualmente os reagentes e materiais utilizados e consumidos nas atividades laboratoriais da SIMTEJO. A variação está diretamente relacionada com o consumo de reagentes pela entrada em funcionamento em pleno da ETAR de Alcântara (12 meses em 2012 e a partir de maio em 2011).

24. Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2012	31.12.2011
Assistência técnica	93.220	164.090
Tratamento de resíduos	214.680	211.766
Tratamento e valorização de lamas	2.038.744	1.924.159
Fee's Gestão	704.267	701.629
Publicidade e propaganda	60.643	295.213
Honorários	70.086	84.013
Conservação e reparação	964.081	707.185
Fornecimento de água	470.791	426.427
Seguros	363.692	318.336
Rendas e alugueres	549.179	736.881
Energia	5.008.029	4.812.845
Comunicação	241.336	326.771
Outros fornecimentos e serviços	1.732.691	2.267.435
	12.511.439	12.976.750
FSE's capitalizados	(246.606)	(235.896)
	12.264.833	12.740.854

A diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos resulta da política de contenção e racionalização de recursos da SIMTEJO, ainda que alguns gastos diretamente relacionados com o acréscimo da atividade (por exemplo, tratamento de resíduos e lamas) tenham aumentado devido à entrada em funcionamento em pleno da ETAR de Alcântara a partir de maio de 2011 (7 meses em 2011, e 12 em 2012), nomeadamente o aumento da quantidade de lamas para tratamento. Saliente-se que o aumento dos gastos com energia advém do aumento da tarifa (aproximadamente 13%), uma vez que o consumo baixou ligeiramente.

25. Gastos com pessoal

	31.12.2012	31.12.2011
Remunerações	4.266.082	4.717.556
Encargos sociais sobre remunerações	924.962	998.338
Outros custos com pessoal	301.539	410.045
	5.492.583	6.125.938
Gastos com pessoal capitalizados	(768.791)	(937.933)
	(768.791)	(937.933)
	4.723.793	5.188.005

Estando integrada no Setor Empresarial do Estado, a SIMTEJO incorporou e aplicou as disposições relativas às reduções remuneratórias nos moldes definidos pelo disposto no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011), e nos artigos 21.º e 25.º, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012).

25.1 Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2012	31.12.2011
Órgãos sociais ¹	9	10
Trabalhadores efetivos e outros	214	216
	223	226

Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2012	31.12.2011
Órgãos sociais ¹	9	10
Trabalhadores efetivos e outros	212	217
	221	227

¹ Sem Mesa da Assembleia-Geral (3 membros).

26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2012	31.12.2011
Depreciação de outros ativos intangíveis	8.797	8.797
Amortizações de ativos intangíveis	7.520.066	6.130.938
Acréscimos de custos do investimento contratual	9.440.312	10.783.732
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	12.989	-
	16.982.164	16.923.467

27. Provisões e reversões do exercício

	31.12.2012	31.12.2011
Provisões para processos judiciais	158.500	29.040
Provisões para acidentes de trabalho	-	-
	158.500	29.040
Reversões de provisões para processos judiciais	(84.077)	(16.374)
Reversões de provisões para acidentes de trabalho	-	-
	(84.077)	(16.374)
	74.423	12.666

28. Perdas por imparidades e reversões

	31.12.2012	31.12.2011
Perdas por imparidade de clientes	-	11.534
Perdas por imparidade de outros devedores	-	-
	-	11.534
Reversões de perdas por imparidade	(5.839)	-
	(5.839)	11.534

A SIMTEJO constitui perdas por imparidades a alguns clientes que usufruíram dos serviços de descargas de efluentes, atendendo aos prazos já bastante dilatados que apresentam as faturas já vencidas.

29. Outros gastos operacionais

	31.12.2012	31.12.2011
Impostos e taxas	398.555	361.460
Perdas em imobilizações	-	899
Donativos	20.450	20.768
Outros gastos operacionais	41.567	62.985
Capitalizações de ativos intangíveis	-	(155.717)
	460.571	290.394

Os impostos e taxas correspondem na sua quase totalidade às taxas pagas à entidade reguladora (ERSAR).

30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2012	31.12.2011
Rendimentos suplementares	33.591	-
Ganhos em imobilizados	189	74.605
Outros rendimentos e ganhos operacionais	274.019	2.238
Restituição de impostos	-	25.618
	307.798	102.461

31. Gastos financeiros

	31.12.2012	31.12.2011
Juros suportados	4.735.598	5.021.530
Comissões bancárias	1.427.341	937.645
Desconto de dívidas	-	2.182.681
Outros gastos financeiros	26.035	25.125
	6.188.973	8.166.982
Gastos financeiros capitalizados	(1.305.148)	(2.327.284)
	4.883.826	5.839.698

Apesar do aumento do endividamento, verifica-se uma diminuição dos juros suportados em 2012, que resulta essencialmente da diminuição da Euribor no decurso do exercício, que é o indexante utilizado na grande maioria dos financiamentos. O aumento do valor das comissões bancárias resulta do incremento aplicado pelos bancos a este tipo de encargos, bem como do facto de a SIMTEJO ter contratualizado no segundo semestre de 2012 novas linhas de crédito de curto prazo.

Saliente-se que em 2011 foi efetuado o reconhecimento do desconto da dívida decorrente da integração de infraestruturas municipais, conforme já referido em anteriores capítulos, decorrentes da transferência de dívida não corrente (anteriormente a liquidar até ao ano de 2031) para dívida corrente (a liquidar até ao ano de 2012).

32. Rendimentos financeiros

	31.12.2012	31.12.2011
Juros obtidos	571.523	1.819.636
Juros de mora ^(a)	3.223.709	415.942
	3.795.232	2.235.578

^(a) Ver nota 10.1.

A diminuição dos juros obtidos resulta da diminuição do nível de disponibilidades ao longo do ano, em virtude do aumento da dívida de clientes, dívida esta que está diretamente relacionada com o aumento do débito de juros de mora.

33. Transações com entidades relacionadas

	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2011
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	-	3.232.354	-	2.376.118
AdP Serviços, S.A.	-	374.213	-	423.993
Aquasis, S.A.	-	27.130	-	23.700
Empresa Geral do Fomento, S.A.	-	-	-	3.241
EPAL, S.A.	-	124.126	-	144.006
Valorsul, S.A.	112	94.564	-	98.576
AdP Energias, S.A.	-	-	-	22.680
Águas do Oeste, S.A.	-	-	-	160
Município de Lisboa	25.187.620	-	25.433.601	-
Município de Loures	7.339.978	-	7.715.732	-
Município de Odivelas	4.193.798	-	4.239.522	-
SMAS de Loures	-	-	-	1.372.188
Município de Vila Franca de Xira	3.339.961	-	3.339.961	-
Município de Amadora	4.836.831	-	4.786.702	-
Município de Mafra	1.753.310	-	1.751.160	-

	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2011
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	-	20.047.960	-	30.113.885
AdP Serviços, S.A.	2.027	315.588	-	34.664
Aquasis, S.A.	-	1.161	-	-
Empresa Geral do Fomento, S.A.	-	-	19	-
EPAL, S.A.	-	11.450	-	10.759
Valorsul, S.A.	119	17.175	-	12.646
AdP Energias, S.A.	-	-	-	10.229
Município de Lisboa	46.311.539	4.782.430	20.694.474	-
Município de Loures	12.146.751	-	11.387.518	-
Município de Odivelas	4.782.591	-	3.463.313	-
Município de Vila Franca de Xira	388.724	606.801	682.807	-
Município de Amadora	436.092	374.260	428.452	-
Município de Mafra	1.291.529	-	943.195	-

As transações com os municípios acionistas da SIMTEJO resultam da atividade normal da empresa (serviço de saneamento). As transações com outras empresas do grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à SIMTEJO, bem como ao suprimento concedido à SIMTEJO pela AdP SGPS.

34. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 724 milhões de euros, dos quais 333 milhões de euros já se encontram realizados e 8 milhões de euros encontram-se em curso.

Investimento reversível	
Investimento do contrato de concessão	673.985.493
Outros investimentos reversíveis	3.976.493
Património integrado	46.897.564
Investimento total	724.859.541
Investimento já realizado	333.044.628
Investimento em curso	8.065.137
Investimento contratual (regulado) a realizar	383.749.776

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Projeto	Designação	Adjudicação	Faturação	Saldo
I3140011	Sistema de informação geográfico	529.499,69	472.270,81	57.228,88
I3140017	Construção do sistema de drenagem e interceção de águas residuais da bacia do rio seco (D12) e descarregadores e emissários associados	61.850,00	47.401,00	14.449,00
I3140019	Construção dos emissários da Foz do Lizandro - fase I	5.398.389,00	1.884.104,46	3.514.284,54
I3140024	Intercetor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO	2.987.576,57	2.157.364,59	830.211,98
I3140041	Construção dos emissários e condutas elevatórias do subsistema da Foz do Lizandro - Fase II - Obra A	1.905.563,97	1.198.924,47	706.639,50
I3140047	Transferência do posto de transformação da EE da Verdelha para a EE de Avieiros	6.522,29	2.608,92	3.913,37
I3140048	Intercetores gravíticos, sistemas elevatórios do subsistema do Carvalhal	61.377,00	50.873,50	10.503,50
I3140057	Coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara	186.675,00	112.005,00	74.670,00
I3140063	Conceção/ Construção da Adaptação e Completamento da ETAR de Alcântara	68.272.432,95	66.594.048,13	1.678.384,82
	Instalação de sistema de limpeza automática das lamelas dos Multiflo da ETAR de Alcântara	414.000,00	124.200,00	289.800,00
I3140072	Intercetores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	143.735,00	131.614,00	12.121,00
I3140078	Beneficiação e ampliação dos subsistemas de A-da-Pêrra e Barril	29.470,00	23.950,00	5.520,00
I3140097	Conceção/Construção do sistema de medição de caudal dos subsistemas de Frielas, Beirolas e Vila Franca de Xira	2.166.320,23	2.150.728,09	15.592,14
I3140099	NEREDA - Substituição da tubagem de saída de água em modo SBR	7.524,81	0,00	7.524,81
I3140101	ETAR de Frielas - Otimização do tratamento preliminar e do tratamento biológico	73.841,00	34.752,30	39.088,70
I3140102	Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes	97.236,60	0,00	97.236,60
	Fornecimento e montagem de gasómetro na ETAR de Frielas	63.277,25	0,00	63.277,25
I3140109	Int. Apelação, Camarate	150.130,00	0,00	150.130,00
I3140150	Controlo de caudais pluviais - Frielas Fase I	217.712,10	146.712,45	70.999,65
I3140163	Recondicionamento das cabeças do grupo de cogeração n.º I da ETAR de Beirolas	24.466,73	0,00	24.466,73
I3140168	Emissário de ligação do Bairro Maximino ao intercetor Serra da Luz/Vale do Forno	48.875,73	46.875,73	2.000,00
Total Geral		82.846.475,92	75.178.433,45	7.668.042,47

35. Ativos e passivos contingentes

35.1 Garantias prestadas

A SIMTEJO tem ativas as seguintes garantias bancárias:

Objeto	Total
Trabalhos de construção civil	517.455,80
Expropriações	2.500,00
Utilização de recursos hídricos para construção	9.871,76
Utilização de recursos hídricos para descarga de águas residuais	694.375,00

35.2 Processos judiciais

A Empresa tem as seguintes ações a correr em tribunal, já devidamente contestadas:

1. Ação judicial intentada por Paulo Alexandre Furtado Mendes (insistência em tribunal distinto), no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa (3.ª Unidade Orgânica, Proc. 1394/11.8 belsb), para pagamento de indemnização de €12.140,00 e juros de mora;
2. Ação intentada pela Ambilogos - Equipamentos Industriais, Lda., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (Proc. 700/12.2BELSB), para pagamento de €402.509,60;
3. Injunção intentada pela Massa Insolvente da Hidrocontrato - Contratação e Coordenação de Empreendimentos de Engenharia, Lda., a correr pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (5.ª U.O., Proc. 1254/12.5BELSB), para pagamento de €221.385,49, acrescido de juros de mora de €12.585,41;
4. Ação de impugnação de coima, no Tribunal de Família e de Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, aplicada pela Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, em 11 de maio de 2010, referente à pretensa ocupação de salinas junto à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alverca do Ribatejo, no valor de €15.100.

A SIMTEJO entende que não incorrerá em custos nas ações em causa, tendo constituído, por razões cautelares, provisão para o processo referido no n.º 3.

36. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais

A SIMTEJO, S.A. não concedeu aos seus Administradores, quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus Administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324º do Código das Sociedades Comerciais

A SIMTEJO, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias, nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

A SIMTEJO não tem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2012 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro

A SIMTEJO pretende beneficiar de um crédito fiscal suportado numa candidatura dirigida à Comissão Certificadora do SIFIDE, relativa a despesas de atividades de investigação e desenvolvimento incorridas no exercício de 2012, no montante de 1.255.271,87 euros. Caso essa candidatura seja aprovada, estima-se que a dedução à coleta possa ascender a um valor entre 271 mil e 332 mil euros consoante a metodologia de cálculo que venha a ser validada pela Comissão Certificadora do SIFIDE no que diz respeito à limitação da elegibilidade das despesas com pessoal técnico, que está prevista na referida lei para as Grandes Empresas. Por prudência a SIMTEJO não incluiu aquele montante na estimativa de imposto de 2012, não obstante o poder vir a efetuar no Modelo 22 a entregar no prazo legal.

37. Rendimento garantido

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2011	Remuneração do exercício de 2012	Distribuição durante o Exercício de 2012	Situação em 31 de dezembro de 2012
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	2.701.230	2.154.483	(2.701.230)	2.154.483
Município de Lisboa	1.257.008	1.002.581	-	2.259.590
Município de Loures	1.003.547	490.625	(1.003.547)	490.625
Município de Vila Franca de Xira	213.959	170.652	(213.959)	170.652
Município de Mafra	187.214	149.321	(187.214)	149.321
Município de Odivelas	187.214	149.321	(187.214)	149.321
Município de Amadora	187.214	149.321	(187.214)	149.321
Total	5.737.386	4.266.304	(4.480.378)	5.523.312

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2011	10,24%	3,00%	13,24%
2012	7,46% ^(a)	3,00%	10,46%

^(a) Taxa determinada por despacho do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território em 25 de janeiro de 2013.

38. Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2013 por despacho do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território foi determinado que a taxa de referência para a rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos seria de 7,46%.

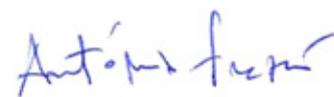
Lisboa, 1 de março de 2013



Carlos Manuel Martins
(Presidente do Conselho de Administração)



José Henrique Guimarães Salgado Zenha
(Vogal do Conselho de Administração)



António Alberto Côrte-Real Frazão
(Vogal do Conselho de Administração)



Joaquim Carlos Correia Peres
(Vogal do Conselho de Administração)



José Fernando da Silva Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



José Esteves Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



Ricardo Alexandre da Silva Bastos
(Vogal do Conselho de Administração)



7310

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel
(Técnico Oficial de Contas)



João Paulo Pinto Esteves Martins
(Diretor Administrativo e Financeiro)

[Página em branco]



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Sociedade SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2012.
2. Desde a sua eleição pela Assembleia Geral realizada em 2011, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões com regularidade, tendo contado com a presença do Presidente da Comissão Executiva, do Diretor dos Serviços Administrativos e Financeiros e do Revisor Oficial de Contas. Efetuou, também, uma reunião específica com o Revisor Oficial de Contas, no sentido de avaliar o âmbito e a extensão do trabalho de auditoria conducente à emissão da Certificação Legal de Contas relativa ao exercício.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. O Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, não tendo detetado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas e que mereceu o seu acordo.
6. Nos termos das orientações veiculadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, relativas ao processo de prestação de contas referente a 2012, constata-se que no Relatório de Gestão, no seu Capítulo 14, consta informação sobre o grau de cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, veiculadas através de instruções, despachos e legislação

diversa, sendo de concluir por um abrangente cumprimento de tais recomendações por parte da empresa.

7. De destacar o facto de a SIMTEJO assegurar que deu cumprimento integral no que respeita às reduções remuneratórias dos trabalhadores e dos gestores públicos.
8. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Balanço em 31 de dezembro de 2012, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às Demonstrações Financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se geraram os resultados e se desenrolou a atividade, assim como os principais riscos a que se encontra exposta a Sociedade.
9. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve por parte do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas.

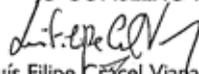
PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2012;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 1 de março de 2013.

O CONSELHO FISCAL


Luís Filipe Crácel Viana (Presidente)


José Manuel Ribeiro Lopes Tomé (Vogal)

[Página em branco]



Certificação Legal das Contas



ERNST & YOUNG

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 391.265.810 Euros e um total de capital próprio de 66.853.766 Euros, incluindo um resultado líquido de 8.924.383 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

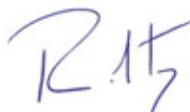
9. Sem afectar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:

9.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

9.2 A Empresa utiliza nas suas estimativas a informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que concerne aos valores do investimento e caudais, as quais, ainda que não tenham sido submetidas à aprovação do Concedente, têm vindo a ser incorporados e aprovados pelo Concedente no âmbito da preparação do Orçamento de Projecto Tarifário. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras terá um efeito significativo nas mesmas.

Lisboa, 01 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'R. A. S.' or similar, written in a cursive style.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

[Página em branco]

SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

ETAR de Alcântara - Avenida de Ceuta | 1300-254 | Lisboa

Telefone: 213 107 900 | Telefax: 213 107 901

E-mail: geral@simtejo.adp.pt | www.simtejo.pt

Edição: SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A..

Desenho gráfico: AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
Direção de Marketing e Comunicação

